



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Ocupações das Escolas no Brasil:**  
**Um Estudo das Preferências Políticas e da Forma de Ação dos Estudantes**

Daniel Leonel da Rocha

2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS NO BRASIL: UM ESTUDO DAS  
PREFERÊNCIAS POLÍTICAS E DA FORMA DE AÇÃO DOS  
ESTUDANTES**

**DANIEL LEONEL DA ROCHA**

Sob a Orientação do Prof. Dr.  
**Nelson Rojas de Carvalho**

Dissertação submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências  
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais.

Rio de Janeiro  
Julho de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R672o ROCHA, DANIEL LEONEL DA, 1984-  
Ocupações das Escolas no Brasil: Um Estudo das  
Preferências Políticas e da Forma de Ação dos  
Estudantes / DANIEL LEONEL DA ROCHA. - NOVA  
IGUAÇU, 2019.  
104 f.

Orientador: NELSON ROJAS DE CARVALHO.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro, PPGCS, 2019.

1. Ocupação-das-Escolas. 2. Preferências-Políticas.  
3. Formas-de-Ação. 4. Valores-de-Autoexpressão. I.  
CARVALHO, NELSON ROJAS DE, 1961-, orient. II  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. PPGCS  
III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**DANIEL LEONEL DA ROCHA**

Dissertação submetida como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 05/07/2019

---

Presidente

Dr. Nelson Rojas de Carvalho, UFRRJ

---

Examinador Interno

Dr. Marco Antônio Perruso, UFRRJ

---

Examinador Externo à Instituição

Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro, UEM

## **Agradecimentos**

Agradeço aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRRJ por todo aprendizado.

Agradeço em especial ao meu Orientador Nelson Rojas de Carvalho por toda dedicação e paciência neste percurso acadêmico.

Agradeço aos meus familiares e amigos pelo o apoio e partilha.

Agradeço aos estudantes que aceitaram participar das entrevistas que compõem esta dissertação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – (CAPES) – Finance Code 001

## RESUMO

ROCHA, Daniel Leonel da. **Ocupações das escolas no Brasil: um estudo das preferências políticas e da forma de ação**. 2019. 104p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

Esta dissertação tem como tema as ocupações das instituições de ensino no Brasil nos anos de 2015 e 2016, na qual investigo a relação entre as formas de ação e os valores que foram compartilhados entre os estudantes durante o processo de ocupação. Esta pesquisa está inserida no campo de estudos sobre cultura política com destaque para o pensamento de Ronald Inglehart. Do referido autor ressaltou três aspectos que orientam toda reflexão. O primeiro é o conceito de “valores de autoexpressão”, que segundo o autor é a base para futuras transformações políticas na direção da democracia. O segundo é a importância das ações coletivas que, quando informadas por valores de autoexpressão, pressionam as elites políticas para mudanças na direção da democracia. O terceiro é o fator socioeconômico que, segundo o autor, favorece a ascensão de valores de autoexpressão. Diante disso, meu objetivo nessa dissertação é verificar se os valores que mobilizaram os estudantes são valores de autoexpressão. A metodologia empregada consta do levantamento bibliográfico e de investigação a partir de um questionário de entrevista. A formulação das perguntas e das alternativas de resposta foram pensadas com o objetivo de verificar se as preferências dos estudantes se caracterizam como valores de autoexpressão. Os resultados indicam que, entre os entrevistados, há uma forte correlação entre os valores e as formas de ação adotadas no processo de ocupação e que os valores identificados associam-se aos valores de autoexpressão. Diante disso, postula-se que o fenômeno de ocupações das escolas aponta para um novo tipo de civismo, crítico dos modelos tradicionais de mobilização e favorável aos modelos mais espontâneos de ação direta, com perfil mais individualizado e com foco em temas voltados para qualidade de vida.

**Palavras-Chave:** Ocupação-das-Escolas, Preferências-Políticas, Formas-de-Ação, Valores-de-Autoexpressão

## ABSTRACT

ROCHA, Daniel Leonel da. **Occupancy in brazilian schools: a study of the political preferences and the forms of action**. 2019. 104p. Dissertation (Master of Social Sciences). Institute of Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ.

This dissertation has as its main subject theme the occupation of educational institutions in Brazil during the years 2015 and 2016, in which I investigate the relationship between the forms of action and the values shared by the students during the occupation process. This research is located in the field of studies on political culture with emphasis on Ronald Inglehart's writings on New Political Culture. From this author, I have resorted to three lines of reasoning that guide all reflection. The first is the concept of "self-expression values", which according to the author is the basis for political transformations in the direction of democracy. The second is the importance of forms of collective actions that, when informed by values of self-expression, press the political elites for changes in the direction of democracy. The third is the socioeconomic factor that, according to the author, favors the rise of self-expression values. Therefore, my goal in this dissertation is to verify whether the values that mobilized the students are self-expression values. The methodology used is the bibliographical and research survey based on an interview questionnaire. The formulation of questions and response alternatives were designed with the objective of verifying whether students' preferences can be depicted as self-expression values. The results indicate that, among the interviewees, there is a strong correlation between the values and the forms of action adopted in the occupation process and that the values identified are associated with the values of self-expression. Therefore, it is postulated that the phenomenon of occupations of schools point to a new type of civic participation, critical of traditional models of mobilization and favorable to more spontaneous models of direct action, with a more individualized profile and focusing on themes aimed at quality of life.

**Keyword:** School-Occupancy, Political-Preferences, Forms-of-Action, Selfexpression-Values

## **Lista dos Quadros**

- Quadro 1 – Relação entre a estratégia, a forma e os valores compartilhados no processo de ocupações das escolas.
- Quadro 2 – Marcos históricos, forma de ação e interesses em disputa
- Quadro 3 – Cronologia dos eventos e manifestações
- Quadro 5 – Síntese das interpretações consideradas por Gianfranco Pasquino (1998)
- Quadro 6 - Síntese das interpretações consideradas por Ângela Alonso (2009)
- Quadro 7 - Estruturas de oportunidades políticas favoráveis
- Quadro 8 – Resumo das abordagens e de seus desdobramentos no campo de estudos sobre cultura política
- Quadro 9 – Tipos de cultura política conforme teoria de ALMOND e VERBA (1970)
- Quadro 10 – Panorama das transformações políticas na Itália descritas por Putnam
- Quadro 11 – Critérios de abordagem para compreensão da mudança cultural
- Quadro 12 – Combinação de fatores que favorecem as transições políticas
- Quadro 13 – Carga fatorial das variáveis
- Quadro 14 – Carga fatorial das variáveis agrupadas no fator “orientação pró-identidade e bem-estar social”
- Quadro 15 - Carga fatorial das variáveis agrupadas no fator “preferência por formas de ação política mais individualizada”

## **Lista das Tabelas**

- Tabela 1 – Confissão religiosa
- Tabela 2 – Nível escolar
- Tabela 3 – Tempo diário na Internet
- Tabela 4 – Perspectiva de futuro na escolha do curso universitário e da carreira profissional
- Tabela 5 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política
- Tabela 5.1 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política
- Tabela 5.2 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política
- Tabela 6 – Confia ou não confia nas seguintes instituições
- Tabela 7 – Grau de simpatia pelas seguintes modalidades de participação política
- Tabela 8 – Posição em relação a temas diversos da agenda política
- Tabela 9 – Sua relação com os seguintes movimentos e instituições
- Tabela 10 – Grau de conhecimento e interesse em relação aos seguintes movimentos

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
Capítulo 1	
Ocupações das escolas e a cultura política: aproximações teóricas e metodológicas.....	16
1. As Ocupações das Escolas no Brasil em 2015 e 2016.....	16
1.1 Observações preliminares a partir de uma escola ocupada.....	18
1.2 Estratégia de ação e orientação política.....	21
2 O Comportamento Político dos Estudantes Colide com a Cultura Política Brasileira?.....	23
3. Alguns Aspectos que Provocam a Reflexão.....	27
4 Dilema Teórico: Por Onde Devo Seguir?.....	31
4.1 Algumas abordagens possíveis no campo de estudos sobre movimentos sociais.....	31
4.2. Marco teórico da cultura política.....	47
4.3 Contribuições de Ronald Inglehart.....	40
5. Observações Metodológicas.....	46
Capítulo 2	
Ocupações das escolas: estado da arte e apontamentos teóricos.....	48
1 Revisão Bibliográfica.....	48
1.1 Observações sobre as notícias e os artigos publicados em dois jornais de grande circulação.....	53
2 Observações Preliminares sobre as Ocupações das Escolas.....	67
Capítulo 3	
Formas de ação e preferências políticas: apresentação e discussão dos dados.....	70
1. Apresentação e Discussão dos Dados.....	71
Conclusão.....	93
Bibliografia.....	97
Anexo 1 – Questionário de Entrevista.....	100

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como tema as ocupações das escolas no Brasil: um estudo das preferências políticas e das formas de ação dos estudantes. Estima-se um pouco mais de 1.350 ocupações, das quais boa parte ocorreu nas regiões sul e sudeste, embora as regiões norte, nordeste e centro-oeste também tenham registrado esses eventos. Identifico duas ondas de ocupações. A primeira foi protagonizada por secundaristas, com uma agenda mais localizada no nível dos próprios interesses e que variava de escola para escola. A segunda se caracterizou pela atuação dos universitários e por uma agenda mais universal, crítica das medidas implementadas pelo governo Temer no campo econômico e educacional. No seu conjunto, as ocupações das escolas repercutiram dentro e fora do país e reacqueram a reflexão sobre o tema da educação pública de qualidade.

As ocupações das escolas se caracterizaram pela forma descentralizada de ação, uma vez que se verificou entre os estudantes um comportamento avesso aos modelos tradicionais de mobilização. Por que os estudantes adotaram um perfil de ação descentralizado e crítico dos modelos tradicionais de mobilização? Essa questão é passível de diversas abordagens. Nesta pesquisa, considero duas: uma que dialoga com a teoria sobre movimentos sociais, e outra que dialoga com a teoria sobre cultura política. A escolha pelo marco teórico da cultura política se justifica, nesta dissertação, diante do que me propus a estudar: a relação entre as formas de ação e os valores que foram compartilhados entre os estudantes durante o processo de ocupações. As questões desse campo se concentram nos fatores que tornam possível a democracia.

Uma pesquisa de grande relevância é de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture* em 1963, que faz um estudo comparativo entre cinco países e procura analisar a relação entre as atitudes políticas e a democracia. Nesse estudo, os autores classificam três tipos de comportamento: cognitivo, afetivo e avaliativo e postulam que há uma relação entre as formas de organização política e os valores subjetivos que são compartilhados entre os indivíduos. Outro aspecto é o elo causal entre modernização e democracia. Argumenta-se que maiores níveis de renda e de instrução favorecem a diversificação das relações sociais e

ampliam as demandas por instituições democráticas. Esses fatores são mais evidentes nas metrópoles, o que levou diversos autores a considerar a influência das grandes cidades na formação de valores democráticos. Conclui-se que tanto os valores subjetivos quanto as condições estruturais se tornam variáveis explicativas para a consolidação da democracia.

Ronald Inglehart e Welzel (2009), no livro *Modernização, mudança cultural e democracia*, defendem que não é o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico que gera democracia, mas os valores de autoexpressão que se caracterizam pela ampliação da escolha humana. Para eles, o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico reduz as restrições à sobrevivência humana, o que, no longo prazo, modifica as preferências dos indivíduos de valores de sobrevivência para valores de autoexpressão. Esses últimos geram forças sociais que influenciam os indivíduos e orientam as pautas políticas dos movimentos de massa. Nesse cenário, as ações coletivas pressionam as elites políticas para a consolidação da democracia. Por isso, a democracia é resultado de múltiplos fatores, mas que tem seu ponto central nas forças sociais geradas pelos valores de autoexpressão.

A opção pelo teórico Ronald Inglehart se justifica pela solidez dos seus argumentos, demonstrados empiricamente com base em dados contidos no projeto internacional *World Value Survey* – Pesquisa Mundial de Valores – no qual se constatou uma mudança gradativa nos valores políticos dos indivíduos em escala mundial. A relação entre “mudança cultural”, “modernização” e “democracia” se constitui no eixo central do seu pensamento. Destaco três aspectos que devem orientar toda reflexão nesta pesquisa. O primeiro é o conceito de “valores de autoexpressão”, base para futuras transformações políticas na direção da democracia. O segundo, a importância das ações coletivas que, quando informadas por valores de autoexpressão, pressionam as elites para mudanças na direção da democracia. O terceiro é o fator socioeconômico que favorece a ascensão de valores de autoexpressão. Diante disso, meu objetivo é verificar se os valores que mobilizaram os estudantes foram os de autoexpressão. Para tanto, estabeleci os seguintes objetivos específicos:

- Descrever como se deu o processo de ocupações no Brasil;
- Identificar quais foram as estratégias de ação e quais foram os valores compartilhados;
- Abordar a teoria sobre cultura política e destacar a contribuição de Ronald Inglehart;
- Propor uma metodologia de pesquisa para analisar o comportamento e os valores dos estudantes;

- Apresentar e discutir os dados colhidos mediante entrevista com estudantes que ocuparam escolas.

Estudos de caso que abordam eventos de massa podem indicar como as forças sociais geradas pelos valores de autoexpressão estão atuando na direção da democracia. Por isso, esta dissertação adquire grande importância, já que realiza exatamente esse tipo de estudo a partir do caso das ocupações das escolas no Brasil. Não obstante, outros dois elementos a justificam. O primeiro elemento é a profunda desigualdade social que vigora no Brasil; o segundo, a nossa herança cultural marcada pela baixa vocação para vida cívica. Esses fatores seriam impeditivos da disseminação de valores de autoexpressão na sociedade brasileira. Por isso, se a forma de ação dos estudantes é motivada por valores de autoexpressão, isso indica que, apesar das condições contrárias, as ocupações das escolas representam um fenômeno social singular e digno de estudo.

O levantamento bibliográfico que fiz dá conta de informar que as ocupações das escolas se caracterizaram por ações descentralizadas e que os temas debatidos não estavam reduzidos à questão educacional, mas também debateram sobre diversidade, inclusão, igualdade de gênero, participação política; também foram críticos dos partidos políticos, movimentos estudantis, ou seja, das instâncias de representação política. Se as ocupações representam um fenômeno social que pressiona por mais democracia, precisamos investigar que tipo de democracia está em pauta.

Para identificar os valores e as preferências dos estudantes, optei pelo método quantitativo de investigação, a partir de um questionário de entrevista. A formulação das perguntas e das alternativas de resposta foram pensadas com o objetivo de verificar se os valores dos estudantes se caracterizam como valores de autoexpressão. Os modelos de classificação dos valores e preferências serão apresentados no decorrer da pesquisa.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O capítulo 1 tem como título “Ocupações das escolas e a cultura política: aproximações teóricas e metodológicas” e está estruturado em cinco seções. Na primeira, “As ocupações das escolas no Brasil em 2015 e 2016”, faço uma breve contextualização do fenômeno das ocupações, bem como compartilho a descrição de cinco entrevistas que fiz com estudantes de uma escola localizada em Nova Iguaçu-RJ, baixada fluminense. Diante disso, apresento um quadro explicativo que assinala o perfil das ocupações a partir de três eixos: a forma de ação, a estratégia de ação e os valores

compartilhados. Na segunda seção, reflito sobre a seguinte pergunta: O comportamento político dos estudantes colide com a cultura política brasileira? A partir dessa provocação, procuro indicar o perfil incomum adotado pelos estudantes que ocuparam as escolas e o seu significado político. Na terceira seção, abordo as principais motivações que justificam a presente pesquisa, dentre elas, como, num ambiente desfavorável, a cooperação, resistente a agendas liberais que valorizam o reconhecimento de novas identidades, com pouca tradição cívica, pôde surgir um fenômeno tão extenso e diverso quanto as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016? Na quarta seção, comento o dilema teórico que tive de resolver: qual marco teórico deveria adotar. Por um lado, a teoria sobre movimentos sociais era adequada, pois fornecia categorias explicativas para compreender os repertórios de ação, os conflitos e a conjuntura política. De outro lado, a teoria sobre cultura política atendeu de maneira mais efetiva às questões que eu estava querendo investigar e, por isso, a escolhi como marco teórico. Na quinta seção, apresento algumas observações metodológicas da pesquisa.

O capítulo 2 tem como título “Ocupações das escolas: estado da arte e apontamentos teóricos” e está dividido em duas partes. A primeira se constitui em uma revisão bibliográfica sobre o tema das ocupações a partir de dois tipos de fontes: artigos publicados em revistas acadêmicas e artigos e/ou notícias publicadas em dois jornais de grande circulação, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*<sup>1</sup>. Diante disso, destaco três eixos de abordagem: i. a luta por uma educação pública de qualidade; ii. a utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem como ferramenta de mobilização; iii. a disputa em torno do discurso sobre a legitimidade da ação dos estudantes. A segunda seção se constitui de observações sobre o processo de ação dos estudantes à luz da teoria da cultura política, em especial o papel dos movimentos de massa.

O capítulo 3 tem como título “Formas de ação e preferências políticas: apresentação e discussão dos dados” e possui somente uma seção. Nela, faço dois tipos de apresentação: a primeira segue de uma estatística descritiva. Os resultados são interpretados a partir das contribuições de Ronald Inglehart para teoria da cultura política. A segunda é uma tentativa de sintetizar as informações colhidas pelo questionário de entrevista, e, para isso, utilizei a

---

<sup>1</sup> A escolha dessas duas fontes se deu por serem jornais de grande tiragem e circulação, ao lado do *Jornal “Super Notícia”* em Minas Gerais (fonte não utilizada nesta dissertação), segundo a Associação Nacional de Jornais – ANJ (fonte: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>), contribuindo para a formação de opinião sobre diversos assuntos. Para esta pesquisa, selecionei 100 artigos, publicados no jornal *O Globo* e no jornal *Folha de São Paulo*, que mencionaram o tema das ocupações das escolas, entre os anos de 2015 e 2016.

análise fatorial. Dela, pude classificar duas orientações predominantes: “orientação pró-identidade e bem-estar social” e “preferência por formas de ação política mais individualizada”. O resultado das entrevistas reforça a ideia de que as orientações políticas dos estudantes estão correlacionadas com a forma de ação adotada no processo de ocupação das escolas.

Uma conclusão da presente dissertação é demonstrar que, entre os entrevistados, há uma forte correlação entre os valores e as formas de ação adotadas no processo de ocupação. Também se conclui que os valores identificados nas respostas dos entrevistados se associam aos valores de autoexpressão. Diante disso, postula-se que o fenômeno de ocupações das escolas indica um novo tipo de civismo, crítico dos modelos tradicionais de mobilização e favorável aos modelos mais espontâneos e diretos de ação, com perfil mais individualizado e com foco em temas voltados para qualidade de vida.

## **CAPÍTULO 1**

### **OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS E A CULTURA POLÍTICA: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Qualquer tentativa de delimitação do tema ou do problema de pesquisa tem seus riscos (BECKER, 2007). O primeiro deles é a imagem que se pode construir do objeto de estudo, que pode ser idealizado ou enviesado. A imagem que construo do objeto resulta em parte da tensão entre as convenções sociais e científicas associadas ao tema. O segundo risco, que segue do primeiro, são narrativas que procuro elaborar de maneira lógica, com o objetivo de conceder inteligibilidade ao tema. A narrativa acaba sendo uma “condução” que, em diálogo com diversas fontes, elege alguns aspectos e negligencia outros. O objetivo é concluir algo sobre o tema estudado, o que interessa diretamente ao pesquisador e ao público com o qual se está dialogando. O terceiro risco são as hipóteses que, quando testadas, exigem coerência textual na narrativa e congruência entre os fatos observados e a teoria mobilizada (BECKER, 2007, p. 24). Diante disso, reconheço os limites da investigação que proponho nesta dissertação e que não há neutralidade, seja na escolha do tema, do método ou da teoria mobilizada.

Imagino que a maioria das pesquisas começa por uma vaga ideia daquilo que realmente se deseja investigar. Ao menos, esse foi o meu caso. Contudo, no momento em que escrevo este capítulo, já consigo definir três etapas do meu processo de pesquisa. A primeira etapa se deu com a intuição sobre o tema, quando tive contato com uma escola ocupada pelos estudantes, em abril de 2016, no município de Nova Iguaçu-RJ. Por ser professor do estado, a visão que tive da maneira como os jovens se organizavam despertou minha atenção. A forma descentralizada, as aulas públicas e a coragem de enfrentar ameaças do poder público (a escola divide muros com a Regional Metropolitana da Seeduc), dos estudantes contrários à ocupação, das constantes ameaças de reintegração de posse, inclusive com uso de força policial, e da pressão dos pais, tudo isso contribuiu para que eu escolhesse o fenômeno das ocupações como tema de pesquisa. Eu me questionava na época: “Como era possível que

estudantes secundaristas pudessem ocupar uma escola?”. Eram adolescentes fazendo política e isso me impressionou.

A segunda etapa se subdividiu em três subetapas: **(a) recolher informações sobre o tema.** Para tanto, pesquisei uma série de artigos acadêmicos e uma centena de notícias e artigos publicados em jornais. O resultado dessa revisão bibliográfica está registrado no Capítulo 2; **(b) elaboração do questionário de entrevista.** Os critérios de seleção das variáveis investigadas pelo questionário serão objeto de reflexão neste capítulo; **(c) escolha da perspectiva teórica que seria adotada.** Dois caminhos eram possíveis: o primeiro seria uma abordagem pela perspectiva da teoria sobre movimentos sociais e o segundo seria uma abordagem pela perspectiva da teoria da cultura política. A terceira etapa foi a organização dos capítulos, contribuição da minha qualificação, no dia 29/11/2018. Esse processo de pesquisa não foi solitário. A presença contínua do orientador, as trocas de experiências nas aulas e nos congressos e, por fim, a presença e apontamentos da banca de qualificação contribuíram para o amadurecimento do tema de pesquisa.

Neste capítulo, meu objetivo é apresentar e contextualizar o tema de pesquisa, indicar o marco teórico e a metodologia de análise. Para tanto, na primeira seção faço uma breve descrição das ocupações das escolas no Brasil em 2015 e 2016, contextualizando-o com o momento político que o Brasil vivia. Na segunda seção procuro refletir o comportamento político dos estudantes a partir da cultura política brasileira. Na terceira seção indico alguns aspectos que provocam a reflexão sobre as ocupações das escolas. Na quarta seção apresento o marco teórico da presente pesquisa. Na quinta seção, faço algumas observações metodológicas.

## **1. As Ocupações das Escolas no Brasil em 2015 e 2016**

As ocupações das escolas no Brasil, ocorridas entre os anos de 2015 e 2016, alcançaram notoriedade pelo número de escolas em poder dos estudantes – estima-se um pouco mais de 1.350 instituições de ensino<sup>2</sup> – e pela estratégia de ação adotada, com destaque

---

<sup>2</sup> As fontes pesquisadas para se chegar a esse número de ocupações foram os sites da União Nacional dos Estudantes (UNE) (<<http://www.une.org.br/noticias/estudantes-ocupam-407-escolas-e-universidades-contraretrocessos-na-educacao/>>), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) (<<http://ubes.org.br/2016/ubes-divulga-lista-de-escolas-ocupadas-e-pautas-das-mobilizacoes/>>), listas que foram atualizadas em redes sociais, como Facebook, e em notícias sobre as ocupações que foram publicadas na *Folha de São Paulo* e *O Globo* on-line. Tentei contato com representantes da UNE e Ubes para confirmar os dados publicados nos respectivos sites, mas sem sucesso. Numa oportunidade, tive contato com um jornalista de *O*

para performances artísticas, pela presença mais evidente de lideranças femininas, pela rejeição de estruturas verticais de organização, pela resistência à representação de movimentos estudantis organizados e partidos políticos.

As primeiras escolas ocupadas, Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, seguida da Escola Estadual Fernão Dias, na zona oeste de São Paulo, tornaram-se referência para a estratégia de ação de estudantes em outros estados brasileiros. O fenômeno das ocupações no Brasil alcançou visibilidade inclusive da imprensa internacional. Segundo o editorial publicado no dia 15/12/2015, pelo jornal *The New York Times*, “o movimento de estudantes paulistas que ocuparam as escolas em protesto contra o governo é mais importante para o país de que a crise econômica, o caos político e até as investigações de corrupção”<sup>3</sup>.

As ocupações das escolas ocorreram dentro do contexto brasileiro de crise política e econômica. Após as eleições presidenciais de 2014, na qual Dilma Rousseff (PT) foi reeleita, o consenso em relação a sua legitimidade como chefe do executivo não foi amplo. Principalmente, porque sua vitória sobre Aécio Neves (PSDB) se deu por uma diferença mínima. A polarização também se refletiu no Congresso Nacional, que, desde o início, não facilitou a aprovação de pautas importantes para o Brasil. Somada à crise política, a crise econômica também acelerou o desgaste da figura de Dilma Rousseff. A garantia de que nenhum processo de *impeachment* seria levado para frente estava nas mãos do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que, em princípio, era aliado do governo. Esse apoio findou quando, acusado por corrupção, Eduardo Cunha não foi apoiado pelo PT no Conselho de Ética da câmara. Desse momento em diante, a conjuntura favoreceu o *impeachment* de Dilma Rousseff.

A crise política em nível federal se somou à crise financeira dos estados, com prejuízo direto aos serviços públicos. Diversas categorias do funcionalismo público se mobilizaram em greves que se estenderam por meses, com destaque para a dos professores. O desgaste da opinião pública em relação aos serviços prestados também se estendeu ao grau de satisfação com as instituições e políticos e se aprofundou com a deflagração da Operação Lava a Jato, em 2014. Os desvios de dinheiro que chegaram à escala dos bilhões trouxeram ainda mais

---

*Globo* que me forneceu uma planilha de escolas ocupadas. Por isso, o número de escolas ocupadas é só uma estimativa.

<sup>3</sup> BUARQUE, Daniel. Estudantes de SP têm potencial de mudar a democracia do país, diz 'NYT'. **Blog do brasilianismo**. 15/12/2015. Disponível em: <<https://brasilianismo.blogosfera.uol.com.br/2015/12/15/estudantes-de-sp-tem-potencial-de-mudar-a-democracia-do-pais-diz-nyt/?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 06/01/2018.

descrédito para esfera política. Apesar dos escândalos de corrupção, pela primeira vez na história do Brasil, a classe política e empresarial foi investigada de maneira sistemática. A cassação do mandato de Delcídio do Amaral, em maio de 2016, a prisão do ex-governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em novembro do mesmo ano, e a investigação e prisão de empresários e políticos despertaram entre os brasileiros a sensação, reforçada pelo discurso da mídia, de que era possível haver punição para quem cometesse crimes de corrupção. De forma genérica, posso dizer que a crise da elite política e econômica contribuiu para a narrativa da “mudança” e do que hoje alguns chamam de “nova política”.

As ocupações das escolas em 2015 e 2016 estão inseridas no contexto de crise política e econômica dos estados, com o agravante das denúncias de corrupção contra classe política e empresarial. O foco principal das ocupações caminha na direção das demandas por melhorias na educação pública. Sobre esse ponto, tive a oportunidade de entrevistar cinco estudantes que participaram da ocupação do Instituto de Educação Rangel Pestana (Ierp), em abril de 2016, em Nova Iguaçu-RJ. Mesmo que não seja ilustrativo para todas as ocupações, as questões levantadas pelos estudantes entrevistados delineiam alguns aspectos que desejo pesquisar nesta dissertação. É importante reforçar que o conteúdo disponibilizado a seguir retrata o período de abril até maio de 2016.

### **1.1. Observações preliminares a partir de uma escola ocupada**

O sentimento comum entre os entrevistados foi a falta de acesso à direção. Por exemplo, segundo informações colhidas, havia entre alguns estudantes dois problemas: dependência de álcool e a bulimia. Segundo essa mesma fonte, foi solicitada a presença de um profissional da saúde para tratar desses assuntos na escola, sem sucesso. Outras solicitações como melhorias na alimentação, climatização das salas, Xerox, manutenção da parte externa, foram negadas. A principal alegação da direção era a falta de recursos financeiros.

Uma das principais questões, segundo outra fonte, era alimentação. A escola, que funciona em período integral, tinha, pela manhã, um desjejum de “cinco biscoitos com um copo de achocolatado” (sic). Passava-se a manhã com esse lanche até a hora do almoço. A principal refeição nem sempre era satisfatória, “e não podia repetir” (sic). Em várias situações, foi encontrado “cabelo, tapurú, lesma” (sic) na comida. Na parte da tarde, novamente era fornecido o lanche com cinco biscoitos. A má alimentação somada à sala extremamente

quente levava, com frequência, a problemas de saúde. Conforme um dos entrevistados, certa vez, foi chamada uma ambulância para socorrer um aluno. Porém, “a direção não permitiu que ela entrasse na escola” (sic). Tiveram que levar o aluno para fora da escola para ser atendido.

Os fatos relatados demonstram uma relação conflituosa entre os estudantes e a direção da escola. O sentimento de insatisfação crescia, não só pela má alimentação, salas desconfortáveis e a falta de diálogos. A precariedade de material para estudo também configurava um ponto de insatisfação. A estratégia era dividir um livro com “cinco alunos em sala” (sic) ou realizar fotocópias fora da escola, o que onerava financeiramente os estudantes. Uma fonte revelou que gastava uma quantia significativa com Xerox. Para surpresa dos estudantes, no período da ocupação, foi descoberta uma sala com vários livros novos que poderiam ter sido distribuídos entre os alunos.

O acesso aos espaços da escola não era facilitado aos estudantes. Segundo um dos entrevistados, existia um teatro que “quase nunca era utilizado pelos estudantes, mas frequentemente utilizado para reuniões administrativas” (sic). A restrição aos espaços atesta o que, nas entrevistas, apareceu em algumas falas, sobre a falta do conhecimento por parte dos estudantes da escola como um todo. A vida escolar estava restrita à entrada, ao refeitório, ao espaço de convivência e às salas de aula. Portanto, a ideia da escola como um espaço público, de todos, era fragmentada pelos limites impostos pela direção. Essa limitação não estava restrita só aos estudantes, estendia-se também aos pais e toda comunidade escolar.

O período de ocupação foi marcado por pressões da gestão da escola. As primeiras medidas, segundo os entrevistados, foi o corte do Rio Card. A direção trancou a cozinha, a dispensa, a biblioteca, laboratório de informática e toda parte administrativa. Segundo uma das fontes, houve também a instrumentalização, por parte da direção, de estudantes contrários à ocupação. A Metro I organizou reunião entre os descontentes e os ocupados para, segundo uma das entrevistadas, “provocar conflito” (sic). Além das pressões, houve também ameaças. A mãe de um dos entrevistados, que é servidora do estado e diretora de uma escola em outra área metropolitana, foi ameaçada de exoneração, caso o filho continuasse na ocupação. Alguns alunos receberam ameaças por ligações, do tipo, “quando esta ocupação acabar, você não perde por esperar” (sic). Em outra situação, “o pai de uma aluna ligou para polícia para agredir os estudantes” (sic).

Os ataques pela Internet também estão inclusos nessas pressões e ameaças. Boatos como “maconha, venda de drogas, orgias” (sic) ocorriam. Conforme os entrevistados, o momento mais tenso da ocupação ocorreu com a articulação do movimento “desocupa”, que agenciou alunos de outras escolas, professores e diretores para fazer pressão em frente do Ierp, com pedras e caixotes. Uma das fontes revelou que algumas escolas terminaram a aula mais cedo, para convocar os estudantes para protestar. A violência que ocorreu em outras ocupações, como Mendes de Moraes, na Ilha, e do Ciep 335, em Queimados, trazia insegurança aos estudantes. Segundo uma aluna, no Ciep 335, “houve uma aliança entre alguns integrantes do desocupa e traficantes da região”, para pressionar o fim da ocupação nessa escola. No Mendes de Moraes, também houve problemas com traficantes. Ali, o “desocupa” junto com traficantes conseguiu entrar e depredar o patrimônio. Segundo uma professora entrevistada, o governo do estado do Rio de Janeiro não se preocupou com a segurança dos alunos ocupados. Alguns policiais, inclusive, “caçavam aluno e professor como se fossem bicho” (sic).

A ocupação representou para os estudantes o momento de conhecer os problemas estruturais da escola. Salas trancadas com livros novos lacrados, espaços de pesquisa e de atividades que existiam e que não eram conhecidos por eles. A possibilidade de “conhecer a escola como um todo” (sic) contribuiu para que muitos alunos contrários à ocupação mudassem de ideia. A principal pauta dos estudantes era: a volta da educação especial, destituição da direção e eleição de uma nova, climatização das salas, melhor alimentação, Xerox na escola. As solicitações atendidas foram: a transferência da direção para outra metropolitana e melhoria na alimentação. A climatização não foi atendida por questões financeiras, mas a Seeduc doou R\$ 15 mil para manutenção da escola. Com esse valor, foi possível comprar mais ventiladores para as salas e amenizar o desconforto com o calor. A eleição para direção foi outra conquista.

Ao contrário dos boatos sobre a ocupação, de que tinha venda de drogas e orgias, haviam oficinas temáticas. Para segurança dos estudantes, havia também um controle das visitas na portaria. Essa era uma iniciativa importante para dar visibilidade à ocupação: a possibilidade de que todos vissem o que estava ocorrendo. Os estudantes realizaram a manutenção da escola, com pintura em algumas áreas, limpeza e capina, organização de espaços de lazer. A utilização dos espaços da escola foi uma conquista da ocupação.

Pode-se dizer que três heranças políticas se destacam: a primeira é o coletivo “filhas da luta”, um grupo de jovens que se mobilizou a partir das oficinas sobre gênero e diversidade sexual. A segunda foi a eleição do grêmio estudantil. Um aspecto interessante desse grêmio é que a chapa vencedora tem integrantes do movimento Ocupa e Desocupa, o que, segundo um dos entrevistados, “mostra a maturidade dos estudantes” (sic). A terceira é a eleição da nova direção.

A mudança no perfil dos estudantes também é um dado para destaque. Há maior informação, pelo canal aberto entre os estudantes e a nova direção, e maior conhecimento das necessidades da escola. As turmas já estão utilizando os laboratórios que antes estavam fechados. Uma aluna disse: “Agora temos aula de biologia no laboratório” (sic).

Perguntei para uma aluna, “Qual é importância da escola na sua vida?”. Ela, que já é adulta, com uma filha estudando na mesma escola, compartilhou a dificuldade de retornar aos estudos depois de tanto tempo, das críticas que recebeu do filho e do ex-marido, dos problemas financeiros que tem vivido. Segundo ela, voltar para escola no contexto das ocupações deu novo sentido para vida, novo comprometimento e um olhar político diferenciado.

## **1.2. Estratégia de ação e orientação política**

Dois são os aspectos que pretendo investigar. O primeiro é a estratégia de ação dos estudantes. O segundo são os valores compartilhados por eles.

A estratégia de ocupar escolas, utilizada pelos estudantes aqui no Brasil, é similar ao movimento que ocorreu no Chile, em 2006 e 2011, quando os alunos ocuparam escolas e universidades contra medidas neoliberais no setor da educação. No Brasil, a ideia de ocupar uma escola foi concebida por um manual que circulou entre os docentes. Segundo Bárbara Virgínia Groff da Silva e Eduardo Cristiano Hass da Silva (2016, p. 235), foram três versões desse manual, “sendo uma encontrada em um blog<sup>4</sup> e duas postadas na página do Facebook *Escolas Gaúchas em luta*”. Segundo os autores, o manual disponibilizado pelo Facebook “Escolas Gaúchas em Luta” possuía mais páginas que a versão do blog e fornecia mais orientações, inclusive para manifestações na rua.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>>. Acesso em: 05/01/2019.

Chamo a atenção para alguns elementos que deram forma à estratégia de ação dos estudantes: (1) a preferência por deliberações em assembleia e a comissão de comunicação interna salientam a dimensão horizontalizada da ação dos estudantes. Acrescento que estas estratégias de ação favoreceram a dimensão ativa da participação dos alunos durante o processo de ocupação; (2) as comissões compostas por homens e mulheres, sem sobreposição de um pelo outro, testemunham o tema da igualdade de gênero como um valor fundamental durante o processo de ocupações. O estilo de automobilização, resistentes a organizações verticais, com papéis de gênero definidos equitativamente, caracterizam os elementos primordiais que desejo investigar nesta dissertação.

Os valores compartilhados pelos estudantes são mais invisíveis. Contudo, pude intuir parte deles através da minha observação e entrevista com cinco estudantes do IERP, pelos artigos acadêmicos pesquisados e pelas notícias e artigos publicados nos jornais. Confirmei várias dessas intuições por meio das respostas ao questionário que apliquei, com o intuito de verificar as preferências e valores dos estudantes que ocuparam escolas. Somente para critério de delimitação do tema de pesquisa, adianto alguns desses valores: (1) apoio à união homoafetiva; (2) apoio à adoção de crianças por casais homoafetivos; (3) apoio ao direito de abortar; (4) apoio à liberação de drogas leves; (5) a satisfação pessoal é largamente mais importante do que a satisfação material; (6) baixa confiança na Igreja, no Congresso Nacional, nos partidos políticos; (7) muita simpatia pela participação por via das redes sociais e assinatura de petições; (8) direitos humanos, direito de minorias e meio ambiente são temas muito importantes; (9) alto grau de apoio político ao movimento estudantil, redes sociais e manifestações espontâneas; (10) baixo grau de conhecimento sobre movimentos internacionais que se caracterizaram por estratégias de automobilização.

**Quadro 1 – Relação entre a estratégia, a forma e os valores compartilhados no processo de ocupações das escolas.**

	<b>Forma de ação</b>	
<b>Estratégia de ação</b>	Decisões tomadas de maneira coletiva por meio de assembleia	<b>Valores compartilhados</b>
Ocupação de escolas	Divisão dos serviços e a busca pela igualdade de gênero	Horizontalidade
Tranços das ruas	Resistentes quanto à interferência de movimentos sociais e partidos políticos	Igualdade

Passeatas nas ruas

Aulas e oficinas temáticas

Cooperação

Ativismo *on-line*

Atividades culturais

Tolerância

---

Fonte: Elaboração própria.

## 2. O Comportamento Político dos Estudantes Colide com a Cultura Política Brasileira?

Quando visitei a ocupação de uma escola em Nova Iguaçu-RJ, fui surpreendido pelo grau de comprometimento dos estudantes. Nessa época, os professores do estado, incluindo eu, estavam fazendo greve. Ao menos nessa escola com a qual tive contato, observei que os estudantes conduziam sozinhos o processo de ocupação. Eram jovens tomando decisões, organizando as atividades, desejosos de melhores condições para sua escola. Esse dado particular se repetiu em outras ocupações. Sei disso a partir dos artigos que foram consultados. O estilo de automobilização e as relações horizontais caracterizaram a participação ativa dos estudantes e são elementos que merecem atenção, principalmente, quando considerada a herança cultural brasileira.

Segundo dados disponibilizados por Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009), o Brasil figura numa zona cultural historicamente católica, que possui uma estrutura tradicionalmente vertical.

a Igreja Católica Romana foi o protótipo da instituição hierárquica, centralmente controlada; (...) dominação por uma hierarquia parece ter importantes consequências de longo prazo para confiança interpessoal. As sociedades que enfatizam laços *verticais* baseados em hierarquias fortes, tendem a fazê-lo às custas dos laços horizontais. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 101).

O perfil cultural brasileiro, religioso e conservador nos costumes, não se identifica necessariamente com a virtude “cristã” para solidariedade e bem comum. É, antes de mais nada, a ênfase da individualidade, ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda (2014, p. 36), a “cultura da personalidade”. Segundo essa visão, cultivamos um tipo de comportamento de autossuficiência que nos impele para valorização da superação de si e do mérito pessoal. “É dela que resulta largamente a singular tibieza das formas de organização, de todas as associações que impliquem solidariedade” (HOLANDA, 2014, p. 37). Nesse sentido, toda interferência externa – das instituições políticas – quase nunca se manifesta na direção de associar os indivíduos para o bem comum, porque expressam, na esfera pública, o personalismo verificado no âmbito individual.

Sérgio Buarque (2014) assinala que existe, na cultura brasileira, um saudosismo do passado – lê-se Idade Média e sua cosmovisão –, herança colonial, que compreende o presente como instável. Isso demonstra nossa incapacidade para criação espontânea que move nossas orientações para conservação da ordem. Contudo, a segurança que a hierarquia poderia fornecer, aqui entre nós, “funda-se necessariamente em privilégios” (HOLANDA, 2014, p. 40). A hierarquia não almeja ao bem coletivo, mas à manutenção de privilégios particulares. Os privilégios reforçam a cultura da personalidade, da superação, do mérito, da individualidade.

A cosmovisão medieval católica compreendia que as atividades virtuosas eram aquelas “essencialmente inativas, pelas quais o indivíduo se reflete sobre si mesmo e renuncia a modificar a face do mundo” (HOLANDA, 2014, p. 44). Portanto, tudo que era exterior, como o trabalho físico e as relações econômicas, em si atividades que implicam em cooperação e racionalização, não estavam compreendidas dentro da cosmovisão medieval católica. Essa cosmovisão marcou a cultura brasileira, ao ponto de contribuir para a nossa inabilidade para cooperação e racionalização das atividades. Sérgio Buarque de Holanda (2014) assim caracteriza as relações sociais brasileiras,

solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional. (p. 45)

Ainda, segundo o autor de *Raízes do Brasil*, o “homem cordial”, hospitaleiro e generoso, tem sua razão de ser nos padrões de convívio “informados no meio rural e patriarcal”, que não significam boas maneiras ou civilidade, mas antes “legítimas de um fundo emotivo” (HOLANDA, 2014, p. 176). Não é fruto da educação ou comportamentos diplomáticos. O trato com os outros e a maneira de cuidar do que é público reproduz as relações sentimentais familiares. A falha é seguida de culpa e remorso. As relações de poder e a administração pública refletem esse fundo emotivo.

Segundo Oliveira Viana (2005), “são escassíssimas as instituições de solidariedade social em nosso povo”, com exceção, por exemplo, de grupos de caridade que são a expressão do tipo de solidariedade vicinal motivado por “impulsos de afetividade e delicadeza moral”, mas que “não são verdadeiramente formas de cooperação social, de ação em conjunto para

obtenção de uma utilidade pública” (VIANA, 2005, p. 231-233). Ao explicar os motivos pelos quais são escassas as instituições de solidariedade social, ele afirma que não há nenhum tipo de pressão para sua existência, “vinda do alto: do poder; vinda de baixo: da classe inferior; vinda de fora: do inimigo interno e externo” (VIANA, 2005, p. 235). Segundo o autor, existem dois tipos de solidariedade: uma forçada ou defensiva, e a outra, voluntária ou pacífica. A solidariedade forçada é aquela que tem por objetivo a garantia da segurança física, ou seja, unimo-nos para nos proteger. Não é por imposição que nos unimos, mas por necessidade. É esse tipo de sentimento de busca por proteção que caracteriza as solidariedades dos grandes domínios rurais, que Viana chama de “espírito de clã”.

Esse perfil de solidariedade não visa necessariamente ao interesse comum, mas ao interesse privado. Ao mesmo tempo, como ele assinala, não há nenhuma motivação para pedir socorro às instituições, pois “as instituições de ordem administrativa e política (...) não amparam nunca, de modo cabal, os cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade” (VIANA, 2005, p. 221). Por isso, as instituições de ordem administrativa e política não gozam de confiança social. Embora o sentimento de busca por proteção promova solidariedade forçada, aqui entre nós, não é suficiente para estabelecer um tipo de solidariedade mais ampla, que ultrapasse o grande domínio rural ou supere os impulsos de afetividade e delicadeza moral.

A solidariedade voluntária, por sua vez, é aquela “para conquista do interesse comum” (VIANA, 2005, p. 238). Uma das principais características motivadoras das solidariedades voluntárias é a divisão social do trabalho, que forma classes sociais independentes. A descentralização das atividades e a especialização do trabalho, quase sempre promovida ou pelo Estado ou pela iniciativa privada, favorecem a organização de “sindicatos, cooperativas, ligas, clubes, associações, sociedades, de caráter econômico, moral, artístico, científico, político, ou puramente recreativo, procurando realizar fins de utilidade comum” (VIANA, 2005, p. 240). Segundo Oliveira Viana, esses tipos de organizações sociais, quando existem entre nós, possuem somente uma “vida artificial e efêmera. Normalmente, o círculo de nossa simpatia ativa não vai, com efeito, além da solidariedade de clã” (VIANA, 2005, p. 241).

Nestor Duarte (2006), no livro *A ordem privada e a organização nacional*, destaca como herança cultural a proeminência da organização familiar e da Igreja como fortes

instituições que dão caráter moral para a sociedade brasileira. Sobre a família, ele explica que dado

à falta de grandes vínculos efetivos de associação e intercâmbio, esse meio só poderia favorecer a grupos fechados, exclusivistas, como o grupo familiar, que, por sua vez, haveria de dificultar e impossibilitar todo e qualquer processo de unidade maior a que pudesse propender essa ordem social. (DUARTE, 2006, p. 125)

A família, no contexto retratado pelo autor, é uma ordem privada que atua como antagonista da sociedade civil e do Estado. Sérgio Buarque de Holanda (2014) escreve algo semelhante: “onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – principalmente, onde predomine a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e a evolução da sociedade” (p. 172). O núcleo familiar fechado, com rígidos códigos de mando e obediência, informa nossa mentalidade cultural.

Nestor Duarte (2006) escreve que não há vínculo de associação fora da vida doméstica, com exceção da Igreja. Segundo o autor, ela “senhora da jurisdição civil, entra também para o ciclo de convergência da família e se torna culto privado, ordem também privada, para melhor corresponder ao único elo de aglutinação entre os homens” (DUARTE, 2006, p. 144). A Igreja, a única que rivaliza com o poder moral da família, atua como poder moderador entre ela e o Estado.

Pode-se utilizar uma terminologia clássica para descrever o tipo de organização social que figura no Brasil. Verificamos por aqui um tipo de solidariedade mecânica, que se caracteriza pela imposição de uma forte moral coletiva sobre as orientações subjetivas, valores assimilados no processo de socialização desde o núcleo familiar. Esse modelo de convivência sobreviveu ao processo de transformação econômica que mudou a estrutura social brasileira. Apesar da diversidade que explode nos grandes centros urbanos e que também circula pelas mídias sociais, o conservadorismo brasileiro ainda se impõe sobre agenda política dos costumes.

Conforme dados disponibilizados pela Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*, WVS), o Brasil concentra fortes valores tradicionais (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 85-86 / Gráficos 2.1 e 2.2.a). Segundo Inglehart e Welzel (2009), as variáveis que informam o perfil mais tradicional em uma sociedade são: (1) Deus é importante para a vida; (2) é mais importante para uma criança aprender obediência e fé religiosa do que autonomia e

determinação; (3) o aborto nunca é justificável; (4) forte sentimento de orgulho nacional; (5) é a favor de mais respeito pela autoridade; (6) prioriza segurança econômica e física sobre autoexpressão e qualidade de vida; (7) descreve-se como não muito feliz; (8) a homossexualidade nunca é justificável; (9) nunca participou e não participaria de um abaixo-assinado; (10) tem de ter muito cuidado para confiar nas pessoas (p. 79). O perfil dos estudantes que ocuparam as escolas é muito distinto dos valores que caracterizam uma sociedade tradicional, e esse é um dado que chama a atenção. A contradição entre o comportamento apresentado pelos estudantes e a herança cultural brasileira provocou três questões sobre as quais desejo refletir:

**a) No Brasil, estamos vivendo uma mudança de valores?** O que me levou a essa questão foram as seguintes interrogações: Como valores não tradicionais puderam orientar as ações dos estudantes? Como preferências por uma organização horizontal puderam firmar-se entre os estudantes? Considerando os valores e as estratégias dos estudantes, teríamos eventos semelhantes no futuro, ou as ocupações se caracterizam por um evento único?

**b) Existe correlação entre as formas de ação e os valores que foram compartilhados entre os estudantes?** O que me levou a essa pergunta foram as seguintes interrogações: Qual a relação entre as estruturas objetivas de organização e os valores subjetivos que foram compartilhados entre os estudantes que ocuparam as escolas? Qual o significado político desse fenômeno, quando consideramos, no contexto brasileiro marcado pela desigualdade social e pouca vocação para vida cívica, um movimento pautado por valores tais como igualdade, solidariedade e tolerância?

**c) O que eu posso intuir para o futuro?** O que me levou a essa questão foram as seguintes interrogações: Diante da magnitude da ação dos estudantes em 2015 e 2016, posso identificar uma modificação no comportamento político dos brasileiros? Se existe mudança no comportamento político, quais seriam os principais traços?

### **3. Alguns Aspectos que Provocam a Reflexão**

As manifestações populares do ano de 2013 no Brasil, caracterizadas, em grande medida, por ações com ideologias diversas e agendas múltiplas, foram interpretadas a partir das demandas relacionadas ao direito à cidade, assim como refletido no livro *Cidades rebeldes* (MARICATO, 2013). Esse lugar, a cidade, representa o capital simbólico aqui materializado

pelos bens e serviços – moradia, educação, lazer, saúde, segurança, mobilidade – que não são acessíveis de forma igualitária aos indivíduos. A dificuldade de se viver na cidade, por estar ficando cada vez mais cara e violenta, costurava o sentimento de insatisfação que mobilizava os manifestantes em 2013.

O perfil heterogêneo das manifestações de 2013 no Brasil não é um fato isolado. Maria da Glória Gohn (2003), quando descreve movimentos antiglobalização, destaca características similares, tanto na forma quanto no objeto que motiva a ação. Segundo ela,

uma das características marcantes do movimento antiglobalização é a heterogeneidade de sua composição social: ele é composto por uma rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado, destacando-se: defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais rurais, centrais sindicais, alas de partidos políticos e organizações de esquerda, redes de interlocução de pequenos grupos etc. Cada um desses grupos tem origens, ideologias, instituições de apoio e trajetórias historicamente diferenciadas. (p.35)

A autora faz uma síntese histórica sobre a conjuntura que envolve esses movimentos e que nos interessa nesta dissertação.

#### **Quadro 2 – Marcos históricos, forma de ação e interesses em disputa**

<b>Marco temporal</b>	<b>Forma de ação</b>	<b>Interesses em disputa</b>
1999/2000	Nova gramática no repertório das demandas e dos conflitos sociais	O modo de vida capitalista ocidental moderno e seus efeitos destrutivos sobre a natureza
	Atos de desobediência civil e propostas alternativas à forma atual de globalização	Pauta para outro tipo de globalização, baseado na solidariedade e respeito às culturas, voltada para um novo tipo de modelo civilizatório, com desenvolvimento econômico, mas também com justiça e igualdade social

Fonte: Elaboração própria. Ref. GONH, 2003, p. 34.

#### **Quadro 3 – Cronologia dos eventos e manifestações**

<b>Ano</b>	<b>Contexto</b>
1996	Primeiro Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, organizado pelos zapatistas
1997	Campanha organizada pela Global Trade Watch contra a OCDC (Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico) e Marcha Europeia contra o Desemprego, com o apoio de sindicatos e organizações de direitos humanos
1998	Primeiras mobilizações antiglobalização na Europa, em Genebra, convocadas pela AMP (Ação Mundial dos Povos), durante Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio –

	OMC, contra o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI)
1999	Seattle, nos Estados Unidos, foi palco do início das grandes manifestações de protesto do movimento durante a III Conferência Ministerial da OMC. Cem mil manifestantes se reuniram naquela cidade americana (sede de indústrias de alta tecnologia)
2000	Davos, Suíça, protesto contra o Fórum Mundial Econômico; Washington, dez mil manifestantes protestam em razão da reunião do FMI e do Bird; Em Colônia, na Alemanha, mobilizações em razão da reunião do G-8; Bancoq, protesto durante a reunião da Unctad; no Japão e em Melbourne (Austrália), protesto durante o Fórum Econômico Mundial; em Praga, na República Checa, protesto no encontro do FMI e Bird; os movimentos antiglobalização ganham uma sigla para planejá-los (Inpeg – Iniciativas contra a Globalização Econômica); Nice, França, manifestação durante a reunião da Conferência da Cúpula da União Europeia
2001	Em Porto Alegre, Brasil, Fórum Social Mundial com o tema “Um outro mundo é possível”; Buenos Aires, Argentina, durante a reunião de dirigentes latino-americanos para a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas); Em Quebec, Canadá, protesto durante a Reunião de 34 chefes de Estado da Cúpula das Américas; Gotemburgo, Suécia, protestos durante a reunião para discutir sobre a ampliação da União Europeia; Barcelona, Espanha, reunião do Bird cancelada em razão da falta de segurança devido aos protestos; Salzburgo, na Áustria, protestos durante o Fórum Econômico Europeu

Fonte: Elaboração própria. Ref. GONH, 2003, p. 38-40.

Concomitante com os protestos contra o processo de globalização, temos também um longo processo de democratização em escala mundial. Fukuyama (2018), em recente artigo, assinala o crescimento das democracias em todo o mundo – 35 para mais de 110 – relacionado à melhoria nas condições de vida das pessoas – com queda da pobreza extrema de 42% em 1993, para 18% em 2008 –, especialmente em países desenvolvidos. No entanto, o desenvolvimento econômico não significa necessariamente redução das desigualdades sociais. Por isso, em países como o Brasil, diversos grupos minoritários se organizaram para reivindicar direitos de igualdade. A inclusão social, tema importante para qualidade da democracia, se firmou através de políticas públicas de redistribuição de renda, ampliação de polos universitários e acesso à universidade, cotas em concursos e reconhecimento de direitos, como união homoafetiva e adoção de crianças por casais homoafetivos. Outras políticas, como criminalização de atos de violência de gênero (homofobia e o feminicídio) e a ampliação do discurso em defesa dos direitos humanos também foram verificados. Fukuyama (2018) convencionou chamar essas políticas de “política de identidade”.

A sobreposição da agenda identitária em relação a temas conservadores provocou uma mudança das prioridades nas políticas públicas em diversos países. Para Fukuyama (2018), os grupos e setores que ficaram à margem dos ganhos adquiridos pelo avanço das democracias e melhoria nas condições de vida são os principais protagonistas da política “contra identidade”.

A eleição de Donald Trump, em 2016, nos Estados Unidos, a ascensão das direitas na Europa e a recente eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, para presidente do Brasil seriam resultantes da insatisfação desses grupos. Inglehart e Welzel (2009, p. 70) escrevem que “mudanças rápidas associadas à pós-industrialização estimulam reações defensivas entre seguimentos marginalizados da população”. Esses seguimentos são compostos de grupos sociais que não tiveram pleno acesso à educação e têm muita dificuldade para conquistar uma posição no mercado de trabalho. A falta de instrução e qualificação é comum na maioria dos países, mas o problema é que essa condição, dentro de um país rico, inferioriza ainda mais esses grupos marginalizados da sociedade. Países ricos tendem a desenvolver valores no âmbito individual muito mais associados à livre escolha, autonomia e autoexpressão. Esses valores pressionam as estruturas políticas, de maneira que os sistemas de participação e as leis estejam mais voltadas para esses públicos. Grupos que não foram contemplados nesse processo político adotam comportamentos defensivos.

Diante disso, a meu ver, os movimentos “antiglobalização” propõem uma questão paradoxal: se o crescimento das democracias e a redução da pobreza estão vinculados às taxas de desenvolvimento econômico, que também são acelerados pela globalização, então, contra o que realmente são os protestos intitulados de “antiglobalização”? Talvez não seja a globalização o centro das críticas, mas as demandas por reconhecimento de valores e atitudes individuais que ainda não foram contemplados pelas estruturas sociais. Nesta dissertação, o aspecto dos valores e atitudes me interessam. Esse enfoque parece ser importante para compreender os recentes eventos de massa no Brasil.

Inglehart e Welzel (2009), em seu livro *Modernização, mudança cultural e democracia*, fazem uma breve descrição do processo de transformação socioeconômica que influencia a mudança de valores.

O desenvolvimento socioeconômico começa com inovações tecnológicas que aumentam a produtividade do trabalho, a seguir, ela gera especialização ocupacional, aumentando os níveis educacionais e de renda, diversifica a interação humana, transferindo ênfase de relações de autoridade para relações de negociação; no longo prazo, isso gera mudanças culturais, tais como mudança nos papéis de gênero, mudanças nas atitudes em relação à autoridade, mudanças nas normas sexuais, declínio das taxas de fecundidade, ampliação da participação política e públicos mais críticos, menos facilmente manipuláveis. (p. 40)

As transformações socioeconômicas, ocorridas em nível mundial, têm provocado alterações no modo de vida das pessoas de maneira favorável à consolidação das democracias e ao surgimento de novas agendas no campo político e social. A melhoria da qualidade de vida preconiza os valores relacionados à livre escolha, autonomia e autoexpressão. Penso que o fenômeno das ocupações das escolas está inserido nesse contexto maior, de maneira que não poderia ser pensado de modo isolado. Imediatamente, o que me provoca reflexão é o número de instituições de ensino – escolas e universidades – ocupadas. A forma de organização e o objeto da ação também são atrativos para pesquisa. Pensar as ocupações das escolas inseridas no contexto das manifestações de 2013 e, por conseguinte, pensar esses eventos inseridos na plataforma de reivindicações dos movimentos “antiglobalização”, por si, já é um atrativo para pesquisa. Não obstante, quando o objeto de investigação não está na demanda visível – a distribuição de forma igual dos benefícios decorrentes do desenvolvimento econômico –, mas na investigação dos valores que mobilizam e dão forma para ação, isso me atrai de maneira particular. Não menos importante, a herança cultural brasileira também é um fator interessante para pesquisa, dada sua origem colonial, rural, familista, patrimonialista e patriarcalista. Como, num ambiente desfavorável à cooperação, resistente a agendas liberais que valorizam o reconhecimento de novas identidades, com pouca tradição cívica, pôde surgir um fenômeno tão extenso e diverso quanto as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016?

#### **4. Dilema Teórico: Por Onde Devo Seguir?**

Antes de apresentar os argumentos propostos dentro do marco teórico da cultura política, considero outra abordagem possível inserida no campo de estudos sobre movimentos sociais. Isso porque os diversos artigos consultados, que estudaram o processo de ocupação das escolas, utilizam categorias que dialogam com a teoria sobre movimentos sociais. Embora esse não seja nosso enfoque teórico, vale ressaltar essa abordagem.

##### **4.1. Algumas abordagens possíveis no campo de estudos sobre movimentos sociais**

As ocupações das escolas podem ser classificadas como um movimento social? Os artigos consultados, objeto de estudo no segundo capítulo desta dissertação, não arriscam classificar a ação dos estudantes como movimento social. No máximo, compreendem as

ocupações dentro do contexto do movimento estudantil. Ainda assim, apresento, nesta subseção, algumas abordagens possíveis no campo de estudos sobre movimentos sociais.

Gianfranco Pasquino (1998, p. 788-790) define os movimentos sociais como fenômenos coletivos de grupo caracterizados “pela consciência de um destino comum e pela persuasão de uma comum esperança”. Em diálogo com a literatura sobre o tema, recorda algumas abordagens. A primeira compreende o comportamento coletivo como primeiro estágio de mudança social e apresenta quatro fatores que caracterizam a conjuntura política de mudança social: i) a predisposição do sistema social a ser permeado por comportamentos coletivos; ii) a tensão estrutural; iii) o surgimento e difusão de crença generalizada; iv) a intervenção do controle social. Nessa concepção, as mobilizações sociais são resultantes de tensões externas a elas. A segunda abordagem compreende o comportamento coletivo como resultado de processos históricos, através dos conflitos de classe e dos acordos políticos. Aqui três princípios regem a lógica interna do comportamento coletivo: identidade (definição de si), oposição (o adversário) e totalidade (sistema de ação histórica). Diferente da primeira abordagem, essa segunda acredita que o comportamento coletivo faz explodir as contradições, e não o contrário. Enquanto a primeira dá mais importância às crenças e valores para gênese dos comportamentos coletivos, a segunda enfatiza as estruturas. A terceira abordagem analisa o comportamento coletivo como resultante de rupturas de velhas solidariedades e de transição para novas. Nessa perspectiva, a dinâmica do comportamento coletivo é marcada pelo processo de ruptura-criação-ruptura com as estruturas políticas que favorecem as regras de sociabilidades.

**Quadro 5 – Síntese das interpretações consideradas por Gianfranco Pasquino (1998)**

	Como se situam?	Quais as causas?	Quais elementos devem ser analisados?
<b>Interpretação 1</b>	Primeiro estágio de mudança social	Resultado de tensões externas	Crenças e valores geradores da ação
<b>Interpretação 2</b>	Resultado de processos históricos	O desejo de tornar claras as tensões preexistentes	Estruturas de classe e acordos políticos
<b>Interpretação 3</b>	Rupturas de velhas solidariedades	Tensão entre as regras de sociabilidade	As dinâmicas “ruptura-criação-ruptura” que favorecem as regras de sociabilidade

Fonte: Elaboração própria

Esses critérios analíticos já contribuem para uma perspectiva mais ampla sobre as ocupações das escolas no Brasil. Se quisermos aumentar o arcabouço conceitual, poderíamos inclusive teorizar sobre a forma de ação e, assim, concentrar os esforços de pesquisa sobre o processo de ação coletiva. Ângela Alonso (2009), em diálogo com a teoria sobre movimentos sociais, destaca alguns elementos que podem contribuir nesse aspecto. No artigo *Teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate*, traça um rol de três teorias fundamentais para o estudo dos movimentos sociais: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

**Quadro 6 - Síntese das interpretações consideradas por Ângela Alonso (2009)**

	Como se situam?	Quais elementos se destacam?
<b>Teoria da Mobilização de Recursos (TMR)</b>	Processo de ação pautado pelo cálculo “custo x benefício”	A concorrência e a especialização dos atores envolvidos no processo de ação
<b>Teoria do Processo Político (TPP)</b>	Processo de ação pautado pelos interesses em disputa	As redes interpessoais e os repertórios de ação
<b>Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)</b>	Processo de ação pautado pelo projeto cultural que opera no plano dos costumes	O estilo de vida de subculturas afetadas pela mudança macroestrutural provocada pelo desenvolvimento econômico

Fonte: Elaboração própria

A primeira, a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), coloca ênfase na racionalidade das mobilizações, na qual se verifica uma mudança no foco de investigação da *causa* para o *processo* de ação. O ato deliberativo que considera o cálculo entre benefícios e custos torna-se o principal instrumento do processo político. Nesse sentido, a TMR compara o movimento social com uma empresa, devido à racionalização – despesa, investimento e lucro – da atividade política. A concorrência, que é própria do mundo empresarial, torna-se categoria explicativa para as relações entre os movimentos sociais. A concorrência pelo campo de ação político, a propaganda, as fusões, são todos elementos para legitimar o argumento da TMR. A longevidade também é um aspecto importante para estabilidade do processo de ação, já que os movimentos se profissionalizam com o tempo. Por isso, novos movimentos tentem a ser abordados, talvez assessorados, por mais antigos no seu campo de ação (ALONSO, 2009, p. 52). A TMR “privilegia a racionalidade e a organização e nega relevo a ideologias e valores

na conformação das mobilizações coletivas” (ALONSO, 2009, p. 53). Isso implica em dizer que, se o movimento social é analisado pelo seu *processo* e não por sua *causa*, não há diferença entre ele e os partidos políticos e empresas. O conflito, nesse caso, se dá fora do campo ideológico. Segundo Alonso (2009), não temos classes, pois se “prima por uma análise conjuntural, sem vincular os movimentos a macroestruturas” e nem indivíduos, pois não se leva “em conta o problema da formação de uma identidade coletiva” (p. 53), mas corporações que deliberam pelo cálculo entre custos e benefícios.

A Teoria do Processo Político (TPP), cujos autores centrais são Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug MacAdam, considera que os processos de ação partem da mesma lógica – o conflito – com níveis diversos de organização e uso de violência. Alonso (2009) explica que a “prevalência de uma dessas formas depende de dois gêneros de parâmetros: um, político; outro, histórico-cultural” (p. 54).

O primeiro parâmetro é explicado pelo conceito de Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP), que são dimensões formais e informais do ambiente político. A TPP propõe que, quando há EOP favorável, grupos insatisfeitos se organizam para se manifestar na arena pública (ALONSO, 2009, p. 55).

**Quadro 7 - Estruturas de oportunidades políticas favoráveis**

<b>Modelo 1 =</b>	Sociedade Civil	<u>Conflito</u>	Sociedade Política
<b>Modelo 2 =</b>	Sociedade Civil	<u>Acordo</u>	Sociedade Política

Fonte: Elaboração própria

A TPP considera duas possibilidades de EOP favoráveis. A primeira segue pelo choque de interesses (Modelo 1, Quadro 7), o que implica no estabelecimento de quadros políticos da sociedade civil que pressionam a sociedade política. A segunda possibilidade segue pela incorporação de pautas políticas na agenda de governo (Modelo 2, Quadro 7). O conflito ideológico, pelo choque ou pela incorporação da pauta política, caracteriza o processo contencioso. Semelhante a TMR, a TPP considera que existe uma racionalidade na organização política. Porém, enquanto a TMR caracteriza como central no processo da ação política a *cooperação* numa lógica empresarial, a TPP considera a *solidariedade* numa lógica que também é afetiva, pois resulta da “combinação entre o pertencimento a uma categoria e a densidade das redes interpessoais (...) Contudo, a solidariedade não gera ação, se não puder

contar com estruturas de mobilização” (ALONSO, 2009, p. 55). Nesse sentido, a mobilização tem um duplo sentido: gerar solidariedade e se apropriar das estruturas de ação.

O segundo parâmetro explicativo da EOP é o histórico-estrutural. A TPP postula que “Os movimentos sociais seriam uma invenção ocidental, o produto último de uma série de mudanças estruturais, que culminaram na centralização de poder político (...) A nacionalização da política enfraqueceu as formas locais de expressar demandas” (ALONSO, 2009, p. 56-57). Os movimentos sociais seriam vocalizadores das demandas locais que ficaram enfraquecidas com a nacionalização da política. A maneira de agir dos movimentos é limitada por um repertório de ações coletivas que, historicamente, pode ser explicado por dois momentos estruturais: “um que antecede, outro que sucede a centralização do poder político”. O primeiro momento se caracteriza por ações diretas e violentas no plano local, operando por representação quando há questões nacionais em pauta. O segundo momento se caracteriza por “movimentos nacionais e autônomos, que prescindem de mediações entre demandantes e autoridades”, a partir de novas solidariedades (ALONSO, 2009, p. 57-58).

A terceira teoria, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), cujos autores centrais são Alain Touraine, Jürgen Habermas e Alberto Melucci, considera que “ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural teria alterado a natureza do capitalismo, cujo centro teria deixado de ser a produção industrial e o trabalho” (ALONSO, 2009, p. 60). A TNMS postula que a satisfação das demandas derivadas dos conflitos no interior da sociedade industrial provocou uma transformação nos padrões sociais de convivência, de modo que novas demandas apareceram, com foco na qualidade de vida. Por isso, os “novos movimentos sociais não se organizariam em combate ao Estado, nem com a finalidade de conquistá-lo. Recorrendo a formas de ação direta, no nível dos próprios problemas, seriam agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil” (ALONSO, 2009, p. 60-61). A TNMS surge com uma proposta distinta da TMR e TPP. O foco da análise considera, primordialmente, o projeto cultural da ação coletiva que opera no plano dos costumes. O problema de fundo trazido pela TNMS expõe duas questões: a primeira é o deslocamento de um estilo de vida burocratizado, próprio da estrutura jurídico-administrativa da esfera pública, para esfera privada, o que afetou diretamente as formas de solidariedade. A segunda questão, resultado da primeira, é a abertura de uma nova zona de conflito, a esfera privada, que ganhou evidência por conta da mudança macroestrutural que afetou o capitalismo industrial. Por isso,

os novos movimentos sociais seriam “subculturas defensivas, nascidas em reação a situações-problema. Sua base social seriam grupos cujo estilo de vida teria sido afetado” (ALONSO, 2009, p. 62).

O enfoque no conflito de interesses abre um vasto leque de interpretações. Conforme as teorias apresentadas no Quadro 5, as ocupações das escolas podem ser: (1) resultado de tensões externas, como por exemplo, a crise financeira dos estados, o que reduziu o investimento em educação. Por isso, os estudantes se mobilizaram por melhores condições na educação e, portanto, sua ação corresponderia ao primeiro estágio de mudança social; (2) a última alternativa de um longo processo de negociação que não chegou a um acordo satisfatório para ambas as partes. Por isso, os estudantes se mobilizaram para tornar claras as tensões preexistentes entre a gestão e os alunos; (3) o conflito entre gerações, especialmente sobre a maneira como se pensa a escola e o currículo escolar. Por isso, as ocupações das escolas correspondem ao processo de rupturas com velhas solidariedades para construção de novas solidariedades.

Conforme as teorias apresentadas no Quadro 6, o processo de ação dos estudantes pode ser interpretado a partir: (1) de uma perspectiva utilitarista, sem uma compreensão ideológica de fundo sobre o papel do movimento estudantil; (2) dos repertórios utilizados e das solidariedades estabelecidas, de maneira que a ação é movida tanto por estratégias racionais quanto por motivações de cunho afetivo. Por isso, as ocupações são processos formados por redes de ação de pessoas que compartilham os mesmos problemas; (3) do projeto que coloca ênfase na valorização de subculturas que não são representadas ou reconhecidas socialmente. Por isso, as ocupações podem ser interpretadas a partir do protagonismo dos próprios estudantes e dos temas que surgem durante o processo de ação.

Contudo, não foi o enfoque no conflito de interesses que chamou minha atenção, mas a forma de ação e a maneira como eles se organizaram. O modelo mais horizontal de ação traz como pano de fundo uma questão que desejo investigar, a saber, a relação entre as orientações políticas e a forma de ação. Essa questão se reflete amplamente dentro do campo de estudos sobre cultura política. Nesse sentido, ao invés de abordar as ocupações das escolas sob a perspectiva da teoria sobre movimentos sociais, preferi seguir pelo campo de estudos sobre cultura política.

## 4.2. Marco teórico da cultura política

Os estudos sobre cultura política são dissonantes. Limongi et al. (2003) identificam ao menos três abordagens, cada uma com desdobramentos internos: a primeira culturalista, a segunda institucionalista e a terceira não culturalista. O que importa saber é qual é o papel da cultura para sobrevivência da democracia e quais os elos entre cultura, instituições e economia. Assim, as hipóteses que se apresentam podem ser identificadas da seguinte forma:

### Quadro 8 – Resumo das abordagens e de seus desdobramentos no campo de estudos sobre cultura política

Correntes	Hipóteses
Culturalista forte	= A cultura é causa do desenvolvimento econômico e da democracia
Culturalista fraca	= A cultura e o desenvolvimento econômico são causas da democracia
Modernização	= O desenvolvimento econômico é causa de uma cultura democrática
Institucionalista	= A longa existência de instituições democráticas causam a cultura democrática
Não culturalista	= A democracia surge e se mantém independente da cultura

Fonte: LIMONGI et al. 2003, p. 10-20

Segundo Limongi et al. (2003), a carência de dados empíricos que sustentam os argumentos da vertente culturalista tornam inócuos seus postulados, de maneira que a abordagem não culturalista se coloca como mais viável.

A concepção não culturalista tem forte apoio empírico. Nessa visão, a democracia sobrevive, porque é mais vantajoso para as forças políticas relevantes, pautando suas ações por puro interesse próprio, obedecer ao veredicto das urnas do que fazer qualquer outra coisa. Os perdedores numa competição democrática podem ter incentivos no curto prazo para rebelar-se, não aceitando os resultados do turno atual. No entanto, se existir uma possibilidade de ganhar as eleições futuras e os benefícios esperados dessas vitórias forem grandes o suficiente, perdedores preferirão aceitar os veredictos das urnas. O mesmo argumento explica porque os ganhadores aceitam submeter-se ao teste das urnas no futuro. Nesses termos, a democracia é um equilíbrio porque as diferentes forças políticas consideram que obedecer aos seus veredictos atende melhor aos seus interesses. (LIMONGI et al., 2003, p. 23)

Para Limongi et al. (2003), dois aspectos são determinantes para sobrevivência da democracia: o desenvolvimento socioeconômico e o pluralismo político. Quanto ao último aspecto, cito Robert Dahl (1989, p. 15), segundo o qual, a qualidade da democracia pode ser analisada a partir oito condições distribuídas em três eixos: a oportunidade que os indivíduos

têm de formular preferências, de manifestar as suas preferências e de receber tratamento igual por parte do governo na análise de tais preferências.

Apesar do argumento do autor, esta dissertação aposta na validade da vertente culturalista. Parto de uma obra influente nesse campo, *The culture civic*, de Gabriel Almond e Sidney Verba (1970), que propõe um modelo analítico do papel da cultura para a sobrevivência da democracia, em que são consideradas três variáveis: (1) a cognitiva, que se refere ao conhecimento do sistema político e à crença nele, (2) a afetiva, que inclui sentimentos quanto ao sistema político, e (3) a avaliativa, que abrange os juízos e opiniões sobre os objetos políticos. Conclui-se disso três tipos de comportamentos. O primeiro é composto por aqueles que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre os objetos políticos e, por isso, não podem se posicionar em relação a eles. Pessoas assim desenvolvem sentimento de apatia política. O segundo conhece os mecanismos de satisfação de demandas, porém, não desperta interesse pelos instrumentos de encaminhamento de demandas. Pessoas assim desenvolvem sentimento de dependência política. O terceiro é aquele que conhece e se interessa pelo sistema de participação como um todo e, por isso, é ativo politicamente.

**Quadro 9 – Tipos de cultura política conforme teoria de ALMOND e VERBA (1970)**

	Sistema como objeto geral	Estruturas de incorporação de demandas (Inputs)	Estruturas de satisfação de demandas (Outputs)	O próprio indivíduo como participante ativo
Paroquial	0	0	0	0
Sujeita	1	0	1	0
Participante	1	1	1	1

Fonte: ALMOND; VERBA, 1970, p. 16

A conclusão dos autores é de que a qualidade da democracia se verifica pelo equilíbrio entre os tipos mencionados no QUADRO 9. O equilíbrio se dá, por um lado, pela participação consciente e, por outro, pela confiança nas instituições. Esses sentimentos e atitudes, por sua vez, teriam influência significativa sobre os sistemas políticos. A hipótese é de que eles têm como base uma cultura política congruente. Desde então, o desafio da vertente culturalista é produzir dados empíricos que revelem essa ligação entre cultura e instituições políticas.

Robert Putnam (2006) na obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*, avança com a análise sobre a relação entre cultura, democracia e economia. Ele tem como objeto de estudo o longo processo de descentralização política vivido na Itália desde o pós-guerra.

### Quadro 10 – Panorama das transformações políticas na Itália

<b>Característica política</b>	
<i>Centralismo burocrático</i>	
<b>Reformas Políticas</b>	1948 – Nova Constituição e o início da descentralização política
	1960 – Auge de forte transformação econômica e social
	1968 – Criação de mecanismos eleitorais e regionais
	1970 – Criação dos conselhos regionais
	1972 – Conquistas para garantir o funcionamento dos conselhos
	1974 – Conflitos de interesses entre governo central e conselhos regionais
	1975 – Leis para fortalecimento da autonomia política e econômica das regiões
	1977 – 616 decretos de medidas para desmantelamento da burocracia nacional

Fonte: Elaboração própria

Na referida obra, Putnam (2006) trabalha com um conceito fundamental, *capital social*, que se refere ao conjunto de “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (p. 177). O capital social se constrói mediante as regras de reciprocidade e os sistemas de participação cívica. As regras de reciprocidade são representadas de duas maneiras. A primeira, a reciprocidade balanceada, significa a “permuta simultânea de itens de igual valor”. A segunda, a reciprocidade generalizada, significa uma “contínua relação de trocas (...) que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha ser retribuído no futuro” (PUTNAM, 2006, p. 181). As regras de reciprocidade contribuem para a consolidação do grau de confiança social, que é fundamental para a efetiva qualidade da democracia.

Os sistemas de participação, segundo o autor, “são uma forma essencial de capital social: quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício comum” (PUTNAM, 2006, p. 183). A congruência entre valores e sistemas de participação constitui um aspecto da reflexão sobre cultura política. Esses sistemas se caracterizam pelos vários tipos

de associações, clubes, cooperativas, sindicatos, partidos. Os sistemas de participação são mais normativos e executam as ações coletivas.

Conforme Putnam (2006), uma comunidade cívica é caracterizada por “círculos virtuosos [que] redundam em equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo” (p. 186). Porém, a ausência desses elementos redundam em outro equilíbrio social caracterizado pela “deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação” (PUTNAM, 2006, p. 187). Esse argumento serve ao propósito de considerar que não é só o espírito cívico que mantém unida uma sociedade. O “dualismo reciprocidade/confiança e dependência/exploração podem manter unida uma sociedade” (PUTNAM, 2006, p. 188), sendo o primeiro, característica das democracias e o segundo, característica de regimes autoritários.

As duas obras, *The culture civic* e *Comunidade e democracia*, se valem de um amplo conjunto de dados empíricos e, por isso, são obras importantes dentro do campo de estudos sobre cultura política. Contudo, o caráter local das análises inviabiliza uma compreensão mais universal do papel da cultura para sobrevivência da democracia. Nesse sentido, a obra de Ronald Inglehart e Christian Welzel (2009) se torna um referencial, pois consegue reunir um conjunto de dados empíricos que compreende 85% da população mundial.

### **4.3 Contribuições de Ronald Inglehart**

Ronald Inglehart é um cientista político norte-americano, professor na Universidade de Michigan e diretor do projeto *World Value Survey*, que, desde 1977, tem analisado, em sucessivas baterias de pesquisas amostrais, as relações entre cultura, economia e comportamento político, em mais de cem países. A teoria do desenvolvimento humano, resultado de análises das pesquisas amostrais, procura preencher a lacuna deixada pelos estudos culturalistas, a saber, a carência de dados empíricos que demonstrem de maneira ampla as relações entre cultura, economia e política.

No livro *Modernização, mudança cultural e democracia* – uma obra de referência para esta dissertação – Inglehart e Welzel (2009) apresentam uma espécie de síntese teórica dentro da vertente culturalista. Da referida obra, resalto três aspectos que orientam toda reflexão. O primeiro é o conceito de “valores de autoexpressão”, base para futuras transformações políticas na direção da democracia. O segundo é a importância das ações coletivas que,

quando informadas por valores de autoexpressão, pressionam as elites políticas para mudanças na direção da democracia. O terceiro é o fator socioeconômico que, segundo o autor, favorece a ascensão de valores de autoexpressão.

### ***Valores de autoexpressão***

Inglehart e Welzel (2009) argumentam que há uma mudança de valores em escala mundial. Trata-se não só de uma mudança estrutural provocada por transformações no modo de produção capitalista, mas cultural, no que tange aos códigos de conduta e às prioridades que cada indivíduo traça para si. A teoria parte de dois aspectos que apresento aqui de maneira resumida. Primeiro aspecto, “a ânsia de sobreviver é comum a todas as criaturas” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 44). Quando as condições materiais de existência são suficientes para garantia da sobrevivência, os interesses imediatos, materialistas, cedem lugar para outros interesses que transcendem as condições materiais de existência. Segundo o autor, a história humana foi caracterizada pela carência e pelo risco de morte. As instituições modernas, as leis e as revoluções técnicas e econômicas forneceram algo inédito para humanidade: a possibilidade de garantir com grau maior de eficiência a sobrevivência. Ele escreve: “a sobrevivência é uma meta humana tão básica que, quando incerta, determina toda estratégia de vida de um indivíduo” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 45).

Segundo aspecto, “o desenvolvimento socioeconômico diminui as restrições objetivas à autonomia, à criatividade e à escolha humana” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 46). A redução dessas restrições contribui para três processos simultâneos: (1) redução da pobreza, que alimenta o sentimento de segurança existencial; (2) aumento no nível de educação e informação; (3) aumento do nível de especialização ocupacional e da complexidade social, diversificando as interações humanas. Resultam desses processos uma modificação na maneira como os indivíduos interagem, mudam de uma “comunidade de necessidades” para uma comunidade de “afinidades eletivas”. Assim, “as pessoas se tornam materialmente mais seguras, intelectualmente mais autônomas e socialmente mais independentes” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 47).

As consequências da mudança cultural têm afetado diretamente “as instituições centrais da sociedade industrial (...) a ascensão de valores pós-industriais produz uma queda no respeito à autoridade e uma ênfase crescente na participação e na autoexpressão”

(INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 69). Os principais aspectos políticos dessa mudança são: modificação nas preferências por partidos políticos disciplinados, movimentos sociais e das noções de representação de classe para uma modalidade de participação política mais espontânea, auto-organizada e autoexpressiva, centradas nos problemas que os afligem e contestadoras das elites. Segundo Inglehart e Welzel (2009), “a autoexpressão política se torna um valor em si, e não apenas uma forma para atingir metas específicas” (p. 70). Essas mudanças são verificadas, principalmente, em países desenvolvidos, onde as restrições à escolha humana são reduzidas.

A análise da mudança cultural considera dois eixos: o primeiro se dá pela tensão entre tradição e modernização, e o segundo, entre valores de sobrevivência e valores de autoexpressão. Uma etapa se dá pela superação de valores tradicionais mediante o desenvolvimento econômico que modifica a referência do juízo moral – da religião para a razão, conhecido com o nome de “secularização”. Outra etapa é o desenvolvimento de valores de autoexpressão, também motivado pelo desenvolvimento econômico, mas que segue outro caminho, diferente da secularização.

**Quadro 11 – Critérios de abordagem para compreensão da mudança cultural segundo os postulados da Nova Cultura Política (NCP)**

---

Tradição	x	Modernização
Materialista	x	Pós-materialista

---

Fonte: Elaboração própria

A mudança nos valores tem como premissa as transformações no modo de produção capitalista em duas etapas: a passagem de um modelo pré-industrial para um modelo industrial – com a passagem dos valores de sobrevivência para valores de autoexpressão e a mudança de valores tradicionais para valores secularizados – e a passagem de um modelo industrial para um modelo pós-industrial – com a ampliação dos valores de autoexpressão e a redução de valores secularizados. Diante disso, o argumento central segue por duas afirmações: a primeira é que os valores de autoexpressão são encontrados em sociedades com desenvolvimento econômico avançado, e a segunda é que a consolidação da democracia depende da ascensão de valores de autoexpressão.

### *As ações coletivas*

Inglehart e Welzel (2009) escrevem que “as mudanças culturais, por si só” (p. 252) não são suficientes para promover e garantir a sobrevivência da democracia. Outros três fatores são mencionados: as circunstâncias internacionais, as forças sociais e as ações coletivas. Existe uma combinação de fatores que favorece a democracia: o papel que as elites desempenham para manutenção ou derrubada de um regime político, a influência do contexto internacional e a formação de condições internas – as forças sociais – que apoiam ou contestam as elites.

**Quadro 12 – Combinação de fatores que favorecem as transições políticas**

	Nem apoia, nem contesta as elites	Apoia as elites	Contesta as elites	Transição
Contexto internacional	+	-	-	-
	-	+	-	-
	-	-	+	+
Condições internas	-	-	+	+
	-	+	-	-
	+	-	-	-

Fonte: Elaboração própria

Com exceção do contexto favorável à transição, quando as condições externas e internas pressionam as elites políticas, as outras combinações são favoráveis às elites no poder. Inglehart e Welzel (2009) chamam de “elites” os grupos que têm poder para tomar decisões importantes e que afetam a vida da maioria. Nesse contexto, a manutenção ou transição dos regimes políticos dependem de negociações entre as elites no poder e seus adversários. Segundo eles, uma questão importante é saber “por que” as transições ocorrem. Para os autores, as transições ocorrem motivadas por uma mudança nos valores políticos de uma sociedade que pressiona por novas formas de organização. Aqui, vemos uma posição contrária à vertente não culturalista que, na fala de Limongi (2003), assume um caráter utilitarista. Isso porque uma democracia sobrevive se os custos para sua manutenção forem mais baixos do que no regime autoritário. Não há nenhuma influência da cultura nessas determinações.

Inglehart e Welzel (2009) explicam que as ações coletivas, junto com o contexto externo e interno, são importantes no processo de transição política. Elas atuam sob a forma de “manifestações de massa, campanhas de libertação em processos de barganha no nível das elites, em que os detentores do poder e adversários do regime negociam os detalhes de um processo de transição” (p. 253). Contudo, as ações coletivas, o contexto externo e interno, embora sejam determinantes para transições políticas, não o são para democracia. Aqui está o principal achado desse autor: só haverá uma transição política para um regime democrático se as ações coletivas forem mobilizadas por valores de autoexpressão. Nesse sentido, conhecer os valores que são compartilhados no processo de ação coletiva são fundamentais.

### ***O fator socioeconômico***

Duas são as fases recentes do desenvolvimento socioeconômico que contribuem para mudança nos valores: a industrialização e a ascensão da sociedade pós-industrial. Cada etapa provocou uma mudança cultural específica.

Inglehart e Welzel (2009) explicam que “o crescimento econômico sustentável começa com a industrialização, na medida em que a produtividade passa a superar o crescimento populacional” (p. 48). A principal característica desse processo é o maior controle sobre o tempo e o espaço, maximizando a produção. A dependência da natureza para sobreviver, das condições favoráveis para plantar e colher, foi substituída pela autonomia resultante do controle sobre as condições de produção. Pode-se trabalhar dia e noite, no calor ou no frio, já que as condições de produção são fabricadas. Assim, “a mudança de sociedade pré-industrial para sociedade industrial produziu modificações profundas nas experiências diárias das pessoas e nas visões de mundo predominantes” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 49). Uma das primeiras transformações na passagem de uma sociedade pré-industrial para uma sociedade industrial é o papel atribuído a Deus e à religião. Quanto mais a insegurança física e econômica é reduzida, menos importante é o papel atribuído a Deus, que, por meio da Igreja, tem a função tradicional de “disciplinar as massas” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 50). O processo de mudança no eixo legitimador de poder, que migra da religião para a razão, chama-se secularização. Contudo, embora a industrialização tenha transformado as relações sociais, melhorado as condições de vida e dado mais garantias de sobrevivência, ela não garantiu maior autonomia do indivíduo sobre a própria vida. Como escreve Inglehart e Welzel (2009),

nas sociedades industriais, as pessoas – e especialmente, os trabalhadores das fábricas – estão embutidos em classes sociais uniformes, com controles rígidos e pressões de conformidade. A vida na sociedade industrial é tão padronizada quanto seus produtos de massa uniforme. A padronização da vida desencoraja a autoexpressão. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 50)

A ascensão da sociedade pós-industrial se caracteriza por mais flexibilização no modo de produção, e, com isso, modificam-se também as relações sociais. Segundo o autor, “em vez de viver em um ambiente mecânico, grande parte das pessoas agora dedica suas horas produtivas a pessoas, símbolos e informações” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 50). As palavras “inovação”, “conhecimento” e “ideia / criatividade” são os motores do novo modelo de produção. Destacam-se nesse modelo três processos fundamentais: (1) ampliação do Estado de Bem-Estar Social, que permite “que as pessoas se concentrem cada vez mais em metas mais além da sobrevivência imediata”; (2) mobilização cognitiva maciça, que “aumenta a demanda de educação superior”, tornando as pessoas intelectualmente mais independentes; (3) efeito socialmente libertador, “uma vez que as economias de serviços revertem as formas disciplinadas, padronizadas, segundo as quais as sociedades industriais organizam as atividades” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 51-52). Em suma,

a mudança de valores tradicionais para valores seculares-rationais ligada à industrialização gera uma secularização da autoridade. Mas a mudança de sobrevivência para valores de autoexpressão ligada à pós-industrialização gera emancipação da autoridade. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 52)

Os dados disponibilizados pelo projeto Pesquisa Mundial de Valores indicam que o Brasil é um país de renda média, na transição de valores materialistas para valores pós-materialistas, com forte cultura tradicional. Países com perfil semelhante ao Brasil são Peru, Chile, México, Venezuela, Colômbia, África do Sul, Irã, Filipinas, República Dominicana, El Salvador, Turquia e Portugal (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 85 – GRÁFICO 2.1). Quanto ao desenvolvimento econômico, afirma-se que é pouco industrializado. Em comparação com seus pares, fica atrás de República Dominicana, Venezuela, África do Sul, Argentina, Portugal e Chile.

O Brasil não passou pelo mesmo processo de industrialização como ocorrido na Europa. Ao contrário, desenvolveu com maior eficácia o setor de serviços, característico de sociedades pós-industriais. Os valores de autoexpressão são congruentes com esse modelo de desenvolvimento. Contudo, embora os valores de autoexpressão estejam crescendo no contexto

cultural brasileiro, a herança cultural tradicional ainda é muito mais forte. Essa herança tem sua raiz na nossa origem colonial, marcadamente agrícola, na qual os núcleos familiares e a Igreja sustentavam a estrutura moral da sociedade.

Em suma, para esta pesquisa, as principais contribuições de Inglehart e Welzel são: (1) sociedades mais pobres apresentam mais prejuízos para reprodução social. Com isso, os interesses prioritários se concentram em valores materiais; (2) quando os riscos à sobrevivência estão reduzidos, os interesses se modificam de valores materiais para valores de autoexpressão; (3) o tipo de desenvolvimento e a herança cultural influenciam os valores individuais.

Nesse sentido, trabalho com a seguinte hipótese: a estratégia e os valores compartilhados entre os estudantes que ocuparam as escolas indicam que, apesar da herança cultural brasileira e a profunda desigualdade socioeconômica, há uma mudança na adoção de valores pós-materialistas e esses valores motivam tipos alternativos de organização política com perfil mais individualizado e espontâneo.

## **5. Observações Metodológicas**

Nesta dissertação, utilizo a pesquisa bibliográfica e a análise quantitativa como método de investigação. A pesquisa bibliográfica tem por objetivo aprofundar as categorias explicativas que constam no marco teórico da cultura política – já indicadas na § 4 deste capítulo – e, ao mesmo tempo, mapear os artigos que trataram do tema das ocupações das escolas. A análise quantitativa é utilizada como complemento da pesquisa bibliográfica e parte de um conjunto de 89 entrevistas realizadas somente com estudantes que ocuparam as instituições de ensino. O tipo de amostra utilizada é não probabilístico (conveniência). Por isso, assumo que os dados colhidos aqui não podem ser generalizados para toda população. Contudo, esse tipo de amostra é muito utilizado para estudos exploratórios, de maneira que não pode ser descartada para os objetivos desta dissertação (OLIVEIRA, 2001).

Os procedimentos utilizados são distintos para cada etapa do trabalho. Para pesquisa bibliográfica consulte duas fontes, a primeira em livros e artigos acadêmicos e a segunda a partir de dois jornais de grande circulação. Embora a utilização de jornais possa enviesar a interpretação do processo de ocupações, essa prática tem sido cada vez mais frequente nos

estudos sobre repertórios de ação, conhecido como método Análise de Eventos de Protestos (AEP)<sup>5</sup>. Segundo Luciana Tatagiba (2017, p. 79)

Essa metodologia de pesquisa, criada no interior do próprio campo de estudos de movimentos sociais, permite identificar as relações entre as dinâmicas de mobilizações e o contexto político, captando a variação na ocorrência e características do protesto ao longo do tempo, da área geográfica e dos temas/movimentos.

O resultado do levantamento bibliográfico estruturou o primeiro e o segundo capítulos. Para análise quantitativa, elaborei um questionário cujo objetivo era colher as atitudes em relação a diversos temas da agenda política. O questionário está disponibilizado no ANEXO I desta pesquisa. As variáveis utilizadas procuram identificar dois conjuntos de valores: o primeiro na tensão entre “tradicional x moderno” e o segundo na tensão entre “materialista x pós-materialista”. O resultado desse questionário estruturou o terceiro capítulo.

A interpretação que faço do fenômeno das ocupações das escolas e dos dados colhidos pela entrevista tem como referência o marco teórico da cultura política, em especial, as contribuições de Ronald Inglehart.

---

<sup>5</sup> Quanto ao método Análise de Eventos de Protestos (AEP), consultei duas obras: “Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)” de Luciana Tatagiba (2017) e “ISSO AQUI VAI VIRAR TURQUIA: Limites e possibilidades metodológicas para o estudo das inovações nos repertórios de contestação” de Camila Farias da Silva (2017).

## CAPÍTULO 2

### OCUPAÇÕES DAS ESCOLAS: ESTADO DA ARTE E APONTAMENTOS TEÓRICOS

Este capítulo se divide em duas seções. A primeira seção se constitui de uma revisão bibliográfica sobre o tema das ocupações. Para tanto, considero dois tipos de fontes: artigos publicados em revistas acadêmicas e artigos e/ou notícias publicadas em dois jornais de grande circulação, *O Globo* e a *Folha de São Paulo*. Diante disso, considero três eixos de abordagem: i. a luta por uma educação pública de qualidade; ii. a utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem como ferramenta de mobilização; iii. a disputa em torno do discurso sobre a legitimidade da ação dos estudantes. Na segunda seção, faço uma breve análise das ocupações das instituições de ensino, em que procuro enfatizar quais elementos identificam a forma e o conteúdo da ação dos estudantes. Ao mesmo tempo, destaco algumas intuições, a partir do marco teórico da cultura política, que devem ser objeto de análise no terceiro capítulo.

#### 1. Revisão Bibliográfica

A “primavera secundarista”<sup>6</sup>, maneira como os estudantes apelidaram as ocupações das escolas, foi um movimento que utilizou a estratégia de ocupação de prédios públicos para reivindicar direitos essenciais. Além da atuação expressiva dos estudantes, as pautas que variavam de escola a escola trouxeram para o debate a necessidade de se repensar a educação pública.

As primeiras ocupações datam de novembro de 2015, em São Paulo, e se estenderam por todo ano de 2016, replicando-se em outros estados da federação. O processo de ação dos estudantes, com início em São Paulo, seguiu para Goiás, depois para o Rio de Janeiro e, quase concomitantemente, envolveu os estudantes do Espírito Santo, Minas Gerais, dos estados da região sul, com destaque para o Paraná, e alguns da região nordeste e norte. Identifico no decurso das ocupações duas ondas. A primeira estava restrita às demandas de cada escola e foi

---

<sup>6</sup> ROSSI, Marina. PEC 241: Com 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a São Paulo. **O GLOBO**. 25/10/2016. Disponível em: <<http://noblato.globo.com/geral/noticia/2016/10/pec-241-com-1000-escolas-ocupadas-no-paisato-de-estudantes-chega-sao-paulo.html>>. Acesso em: 06/01/2018.

protagonizada notadamente por secundaristas. A segunda incorporou pautas mais nacionais, como o protesto contra a PEC 241/16<sup>7</sup> (conhecida como a PEC do teto de gastos), o protesto contra a Reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746/2016)<sup>8</sup> e o protesto contra a PL 867/2-15<sup>9</sup>, conhecida como Escola sem Partido. Agora, os protagonistas não são somente secundaristas, mas também estudantes universitários. Amplia-se também a participação de estudantes em institutos tecnológicos, seja ocupando ou se mostrando solidários à causa. Não obstante, a mobilização dos estudantes não foi representativa para toda classe estudantil. Movimentos contrários às ocupações, como Desocupa Paraná<sup>10</sup> apoiados pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e o Direita Minas<sup>11</sup>, são exemplos disso. Após as eleições de 2018, diversos movimentos de direita se uniram para realizar o 1º Encontro Nacional de Estudantes Conservadores (Unecon)<sup>12</sup>.

No artigo *Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo*, Rosemary Segurado e Marcelo Burgos (2016) destacam a motivação dos estudantes que se mobilizaram contra o projeto do Governo de São Paulo de fechamento de quase cem escolas, interferindo na vida de mais de trezentas mil pessoas. Embora esse não fosse o discurso da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, os autores enfatizaram que a ação de fechar escolas tinha por objetivo o

---

<sup>7</sup> “Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes” (Conf. <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>>. Acesso em: 12/06/2019).

<sup>8</sup> Fonte: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm)>. Acesso em: 12/06/2019

<sup>9</sup> Fonte: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 12/06/2019

<sup>10</sup> DANTAS, Tiago. Ocupação das escolas: todo cuidado para evitar conflitos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 08/11/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/ocupacao-das-escolas-todo-cuidado-para-evitar-conflitos-20428907>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>11</sup> Éboli, Evandro. Em BH, novas escolas foram ocupadas após acordo com o TRE. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29/10/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/em-bh-novas-escolas-foram-ocupadas-apos-acordo-com-tre-20382549>. Último acesso: 06/01/2018.

<sup>12</sup> DANTAS, Dylan. No 1º Encontro da UNECON - União Nacional dos Estudantes Conservadores, a Banda Sépia tocou a paródia "Bolsomito". **Página Direita São Paulo**, Sorocaba, 16/03/2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DireitaSaoPauloSorocaba/posts/no-1-encontro-da-unecon-uni%C3%A3o-nacional-dos-estudantes-conservadores-a-banda-s%C3%A9pia/2088852721234567/>>. Acesso em: 20/04/2019.

corte de gastos com educação. Nesse contexto, a mobilização dos estudantes denunciou o plano do Estado, marcado pela lógica empresarial de contenção de despesas e metas por escola. A “produção do comum” que os autores trabalham no artigo se refere à constituição de novos espaços de atuação política, em que o sentido de cooperação é amplamente reforçado em duas esferas: “física”, o local de vivência dos estudantes e de suas famílias, e “simbólica”, a disputa pelo discurso legitimador da ação dos jovens.

A pauta dos estudantes de São Paulo, no final de 2015, além de questionar o plano de fechamento e reorganização dos ciclos escolares, também contestavam as avaliações que mediam a qualidade do ensino nas escolas do estado. Os prêmios em dinheiro recebidos por escola dependiam da média alcançada pelos estudantes nessa prova. Essa política de incentivos, que, no olhar de Segurado e Burgos (2016), representa a lógica da competição, depõe contra a construção de relações de cooperação. Por isso, a ação dos estudantes paulistas pode ser ressaltada como marco social importante na luta pela construção do “comum”.

Segurado e Burgos (2016) descrevem o processo de ocupação das escolas pela sua forma descentralizada e crítica em relação às maneiras tradicionais de organização, com múltiplas redes de contatos e com performance semelhante a outros eventos ocorridos nos últimos dez anos. Merece destaque a coesão entre os estudantes, que não se reduz à pauta de ação, mas se estende aos valores políticos compartilhados, desdobrados na forma de organização caracterizada por comissões e assembleias.

No artigo *A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paula*, Eduardo Donizeti Giroto (2016, p. 1123-1125) aborda duas perspectivas do movimento das ocupações. Da parte dos estudantes, a característica de “autogestão, ação direta, apoio mútuo e solidariedade”. Conforme estudo do autor, as características levantadas sobre o movimento dos estudantes podem ser encontradas nas formas históricas de organização dos coletivos das periferias de São Paulo (“redes de sociabilidades”), cuja pauta reivindica “direitos básicos de cidadania”. Ele ainda afirma que a escola pública é o lugar estratégico de presença do Estado, na conformação ideológica de sua identidade (periferias) e, principalmente, naquilo que ele chamou de “gestão da pobreza” (programas sociais). Dessa maneira, a sua primeira hipótese considera que na mobilização, os estudantes, com suporte dos coletivos das periferias, se manifestaram contra o distanciamento do Estado, pela ausência de diálogo, pela péssima qualidade da educação e, por fim, pelo

plano de reconfiguração das escolas e dos ciclos escolares, que afetaria a vida de milhares de pessoas. Por isso, não se pode pensar num plano de educação sem considerar os impactos socioespaciais que dele podem resultar. Da parte do Governo do Estado de São Paulo, destaca os interesses públicos e privados no fechamento e reorganização das escolas. Giroto (2016) trabalha com a hipótese de que o fechamento das escolas em São Paulo se articula com “o avanço de processos de produção e valorização do espaço urbano” (p. 1129). Segundo ele, algumas escolas, em locais centrais de São Paulo, foram fechadas e reutilizadas tanto para fins administrativos (em posse do governo) como para fins imobiliários (venda de patrimônio público para interesse privado). Para tanto, o autor cita reportagem do dia 07/11/2015, do *Diário de São Paulo*. Logo após a divulgação da lista das escolas que seriam fechadas pelo novo projeto do governo, ele verificou, em sua pesquisa, elevado número de lançamentos imobiliários no entorno das escolas que seriam fechadas. Conclui que essas coincidências colocam em dúvida “as reais intenções presentes no projeto de reorganização escolar” (GIROTO, 2016, p. 1131).

No artigo *Ocupar e resistir: a insurreição dos estudantes paulistas*, Ana Paula de Oliveira Corti *et al.* (2016) destacam três maneiras de abordar o tema: o primeiro, pela leitura sociológica da cultura juvenil, o segundo, pela leitura psicológica da categoria “adolescência” e “juventude”, o terceiro, por abordagens de cunho metodológico que visam a aproximar o conteúdo curricular da realidade dos estudantes. Segundo os autores, esses enfoques visam a produzir um discurso que reconheça os jovens como “sujeitos peculiares, que demandam a organização de um saber-fazer educativo próprio que dialogue com as suas especificidades” (CORTI *et al.*, 2016, p. 1.166). Nesse sentido, as ocupações representam a tentativa de recriar espaços para organização de um saber-fazer educativo próprio. Ana Paula de Oliveira Corti *et al.* (2016, p. 1168-1171) enfatizam algumas características das ocupações, como a utilização das redes sociais para difusão do movimento, “a preocupação em não reproduzir estereótipos de gênero na escolha das comissões”, com protagonismo das jovens na condução da maioria das ações, e a oferta de atividades culturais como shows, sarais e aulas públicas. Por isso, a forma de condução das ocupações mostra o desejo dos estudantes por novas metodologias de aprendizagem. Ao mesmo tempo, enfatiza a capacidade do estudante de participar e influir nas decisões tomadas no ambiente escolar. Segundo os autores, “as imagens oferecidas pelos jovens nas ocupações – atuando, discursando, cozinhando e limpando – contrastam com as

imagens tradicionais de estudantes calados e enfileirados nas salas de aula” (CORTI *et al.*, 2016, p. 1171).

No artigo, *Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais*, Sílvio Carneiro (2017) argumenta que as redes sociais, no caso das ocupações das escolas, forneceram o diagnóstico do presente, ao “conferir um mapa de deslocamentos dos significantes em disputa pelos quais mobilizam novos elementos que fazem da pesquisa social uma experiência de emancipação” (p. 138). As ocupações das escolas não foram o momento do início do movimento dos estudantes, mas a culminância da mobilização que começou nas redes de Whatsapp, Facebook e no convívio escolar. Por isso, as redes sociais podem ser consideradas como instrumento fundamental para convocação e manutenção dos atos dos estudantes, entre 2015 e 2016.

As ocupações, no olhar de Sílvio Carneiro (2017), representam a quebra dos modelos associativos que comumente articulam mobilizações. A figura do líder estudantil, dos movimentos estudantis organizados como UNE e Ubes, a exigência de um comitê de representação responsável por negociar com o governo; todas essas estruturas de oportunidades foram relativizadas com o protagonismo da rede de relações *on-line*. E como a sociedade em rede não possui um centro, ou estrutura central, as ocupações das escolas reproduziram as relações *on-line* no cotidiano *off-line*.

Esse mesmo autor considera que as redes de contatos *on-line* se tornaram importantes por dois motivos: primeiro, por ser instrumento de domínio dessa geração de adolescentes e jovens; segundo, porque são importantes “em uma instituição avessa a assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola de fato etc. Meios de comunicação subterrâneos em uma instituição contrária a comunicados que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziada de espaços públicos de decisão” (CARNEIRO, 2017, p.140). O aspecto interessante na ação dos estudantes, ausentes as estruturas de oportunidades políticas – assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola –, é a construção de outras alternativas de ação por via das redes sociais. Devido às características próprias das redes *on-line*, a flexibilidade, a velocidade e a horizontalidade, incorporam-se performances diversas e atualizam-se rapidamente os repertórios de ação. O que se amplia é o escopo dos repertórios de disputa que, segundo Tilly (2006, p. VII apud CARNEIRO, 2017, p. 141), são “os arranjos de performances de ações de protesto limitados, familiares e criados historicamente, os quais, sob diversos aspectos, circunscrevem os meios pelos quais as pessoas se engajam em políticas

de disputa”. As redes *on-line* favorecem a ampliação dos arranjos de performances de ações de protesto.

No artigo *Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas*, Rosário et al (2016) entendem que a mobilização dos estudantes se conforma “como textos culturais a partir de suas diversas manifestações (...) acumulam, transmitem e movimentam sentidos” (p. 195-196), tudo isso dentro do contexto de carência de apoio de muitos pais, professores e colegas de escola. Ao mesmo tempo, informações desconstruídas nas redes sociais e na mídia oficial quase sempre associam as ocupações das escolas com partidos e movimentos estudantis organizados. Por isso, garantir a legitimidade do movimento dos estudantes é afirmar sua autonomia.

Rosário et al. (2016) trabalham com a hipótese de que a convergência de tensões ou interesses, caso do conjunto de ocupações das escolas, é condição para construção de novos discursos. As ações de todas as partes são de cunho afirmativo, autoexpressivo, característica das recentes estruturas de mobilização no Brasil. Os autores abordam os conflitos a partir do que entendem por *fronteira* que “delimita o espaço dos diferentes sistemas” e “marca os espaços de cada conjunto” ou grupos em questão (ROSÁRIO et al., 2016, p. 197). O aspecto interessante da abordagem trazida pelo artigo de Rosário et al. é o entendimento de que a estratégia de ação cultural – sarais, shows, oficinas – aliada às ferramentas das redes sociais, constituíram o canal alternativo para produção do discurso.

### **1.1. Observações sobre as notícias e os artigos publicados em dois jornais de grande circulação**

Além dos aspectos levantados anteriormente nos artigos acadêmicos, acrescento aqui notícias veiculadas em duas fontes, os jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo*, que apresentam visões ora divergentes, ora convergentes sobre o movimento dos estudantes que ocuparam as escolas. Nos artigos e notícias pesquisados, destaco seis itens: i. como as ocupações foram nomeadas; ii. como o poder público reagiu; iii. a estratégia dos estudantes; iv. o nexo entre as ocupações, as manifestações de junho de 2013 e o movimento dos estudantes chilenos; v. a agenda de discussões; vi. o balanço das vitórias e derrotas dos estudantes.

#### ***Como as ocupações foram nomeadas?***

Em publicação do dia 24/11/2015<sup>13</sup>, a reportagem da *Folha de São Paulo* chamou de “invasão” o ato dos estudantes em São Paulo. Até a data dessa publicação, já eram 109 escolas ocupadas no estado de São Paulo. Os estudantes secundaristas se mobilizaram em protesto contra o fechamento e reestruturação de 92 escolas, interferindo diretamente na vida de aproximadamente 311 mil estudantes. Devido à extensão do ato dos estudantes e ao apoio do Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou a reintegração de posse das escolas ocupadas, as publicações que se sucederam sobre o tema passaram a utilizar o termo “ocupação”.

O jornal *O Globo* não documentou de maneira tão ampla o ato dos estudantes paulistas, como o fez a *Folha de São Paulo*. Mesmo assim, em publicação 24/11/2015<sup>14</sup>, *O Globo* destacou a negativa da justiça para reintegração de posse das escolas tomadas e enfatizou no conteúdo do parecer de que “as ocupações não envolvem questões de posse, uma vez que o objetivo dos estudantes é discutir a proposta do Estado para o ensino”.

Numa análise comparativa, a *Folha de São Paulo* se dedicou a apresentar o avanço das ocupações, que tiveram início em novembro de 2015 e depois se expandiu para outros 18 estados da federação. Sempre caracterizou o movimento dos estudantes pela forma de atuação – ocupação das escolas e “trancaços” nas ruas movimentadas de São Paulo –, pela organização interna – as comissões por área de serviço e as assembleias – e pelas atividades durante o processo de ocupação – as aulas públicas, os eventos culturais, as oficinas temáticas. Para isso, frequentemente fizeram visitas e entrevistaram diversos estudantes, como também acompanharam de perto os atos nas ruas de São Paulo. O jornal *O Globo*, por sua vez, dedicou-se a noticiar as ocupações sempre relacionado com suas consequências práticas, como, por exemplo, o transtorno causado aos motoristas e pedestres em caso de “trancaço” nos cruzamentos das vias centrais da cidade de São Paulo; mudança ou adiamento de provas de vestibular (Fuvest) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em escolas onde ocorreriam as avaliações; o dilema sobre o processo eleitoral em 2016 nas escolas que

---

<sup>13</sup> Estudantes ocupam escola estadual na zona leste de São Paulo. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 24/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710194-estudantes-ocupam-escola-estadual-na-zona-leste-de-sao-paulo.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>14</sup> Justiça de SP nega pedido de reintegração de posse de escolas. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 23/11/2015. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/11/justica-de-sp-nega-pedido-de-reintegracao-deposse-de-escolas.html>>. Acesso em: 06/01/2018.

funcionavam como seção e que estavam ocupadas. Essas ênfases foram pouco encontradas nas notícias da *Folha*.

### ***Como o poder público reagiu?***

Marisa von Bülow<sup>15</sup>(2015) ressalta quatro estratégias comumente utilizadas pelos governos para vencer manifestações sociais: 1) deslegitimar o movimento; 2) afirmar que são manipulados por agentes externos (partidos); 3) ignorar; 4) reprimir.

Quanto à primeira estratégia, ambas as fontes pesquisadas destacam a intenção dos governos em deslegitimar o ato dos estudantes. Acusam-nos de depredação do patrimônio público, de não estarem abertos ao diálogo e que não sabem pelo que estão se mobilizando. A *Folha de São Paulo*, em publicação do dia 08/11/2016<sup>16</sup>, praticamente um ano após o início das ocupações no Brasil, destacava a fala do presidente Temer, quando discursou afirmando que os estudantes protestam sem fundamento; evitando utilizar a palavra “estudantes”, o presidente preferiu dizer “desses que ocupam”. O jornal *O Globo*, em publicação do dia 08/11/2016<sup>17</sup>, também registrou a crítica do presidente às ocupações e concluiu ao citá-lo: “Hoje, ao invés do argumento moral, intelectual, verbal, usa-se o argumento físico. Vai e ocupa não sei o quê, bota pneu velho, queima, fecha o trânsito”.

O recém-eleito deputado federal por São Paulo, Kim Kataguirí, líder do Movimento Brasil Livre (MBL), que ganhou notoriedade durante as articulações políticas para o *impeachment* de Dilma Rousseff<sup>18</sup>, escreveu na coluna da *Folha de São Paulo*, no dia 17/05/2016,<sup>19</sup> que o movimento dos estudantes se caracterizou pela “ocupação dos desocupados”. Dentre as acusações feitas por Kataguirí, estão: aliciamento dos estudantes por

---

<sup>15</sup> Bülow, Marisa Von. O novo movimento estudantil e suas lições. **O GLOBO**. 16/12/2015. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/12/o-novo-movimento-estudantil-e-suas-licoes.html>. Último acesso: 06/01/2018.

<sup>16</sup> Ironia de Temer ao atacar ocupações gera reação de entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 08/11/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/11/1830604-ironia-de-temer-ao-atacar-ocupacoes-gera-reacao-de-entidades-estudantis.shtml>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>17</sup> BARRETO, Eduardo. Temer critica ocupações contra a PEC do teto de gastos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 08/11/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/temer-critica-ocupacoes-contra-pec-do-teto-de-gastos-20430164>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>18</sup> DANTAS, Tiago. Ocupações no Paraná sofrem pressão de pais e do MBL. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 03/11/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/ocupacoes-no-parana-sofrem-pressao-de-pais-do-mbl-20403401>. Acesso em: 06/01/2018

<sup>19</sup> KATAGUIRÍ, Kim. A ocupação dos desocupados. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 17/05/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/kim-kataguiri/2016/05/1771800-a-ocupacao-dosdesocupados.shtml>. Acesso em: 06/01/2018.

partidos políticos e entidades estudantis vinculadas à esquerda (Ubes e UNE) e crimes como roubo – dinheiro, *notebooks*, telefones, *pendrives* –, arrombamento de gavetas e armários, depredação de portas e equipamentos. Aqui, o colunista se refere ao caso de uma escola técnica de São Paulo. O MBL atuou organizando setores que eram contrários às ocupações, principalmente no Paraná, estado com maior número de ocupações em todo o Brasil (840 escolas aproximadamente). Os principais embates se deram pelas redes sociais, com textos e vídeos favoráveis ou contrários às ocupações.

Quanto à segunda estratégia, em reportagem do dia 11/10/2016<sup>20</sup>, o governador do Paraná, Beto Richa, afirmou que sindicatos e partidos “usam de forma criminosa as nossas crianças das escolas, que estão nas ruas protestando não sabem nem por que, em uma perfeita doutrinação ideológica”. Essa fala foi reproduzida em outros contextos pelas autoridades políticas dos estados com escolas ocupadas. Em Goiás, a secretaria de educação disse que as ocupações são fruto de uma “confusão ideológica em relação às OS”. Os estudantes goianos se mobilizaram em protesto contra o plano do governador Marconi Perillo de transferir a gestão das escolas ocupadas para Organizações Sociais. Perrilo afirmou, conforme notícia da *Folha de São Paulo*, que “há o debate radical contra, de pessoas de fora das escolas, que não querem acabar com o *status quo*, com corporativismo e sindicalismo”<sup>21</sup>. O governador Geraldo Alckmin afirmou que “é nítido que há uma ação política do movimento”<sup>22</sup>.

Da parte dos estudantes, a acusação de que há interferência de partidos e movimentos organizados foi negada. Em reportagem do dia 01/12/2015,<sup>23</sup> a *Folha de São Paulo* destacava a fala dos estudantes: “não temos líderes, aqui é um coletivo, e as decisões são tomadas a partir de votações nas assembleias. Não entra adulto ou professor, apenas aluno”. A única instância

---

<sup>20</sup> TERENZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03/07/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>21</sup> BATISTA, Diene. Em Goiás, alunos de escolas ocupadas pedem doações para a ceia de Natal. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 23/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1722519-em-goias-alunos-de-escolas-ocupadas-pedem-doacoes-para-a-ceia-de-natal.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>22</sup> SANTIAGO, Tatiana. 'Há uma nítida ação política', diz Alckmin sobre protestos de alunos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 02/12/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/12/ha-uma-nitida-acao-politica-diz-alcckmin-sobre-protestos-de-alunos.html>>. Acesso em: 10/06/2018.

<sup>23</sup> Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 01/12/2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>. Último acesso: 06/01/2018.

de representação do movimento era o “Comando das Ocupações”. Como forma de afirmar a horizontalidade do movimento, mesmo pela instância de representação, os estudantes realizavam jograis “para evitar que se caracterizasse a presença de alguma liderança”<sup>24</sup>.

Quanto à terceira estratégia – ignorar o movimento dos estudantes – não obteve sucesso, ao menos em São Paulo, onde ocorreram as primeiras ocupações, no Rio de Janeiro, o terceiro estado a registrar ocupações, e nos estados da região sul do Brasil. Nos territórios mencionados, foram mais de mil escolas ocupadas. O presidente Temer só se pronunciou publicamente sobre as ocupações em novembro de 2016, pouco mais de um ano depois de a primeira escola ter sido ocupada em São Paulo. O jornal *O Globo* cita a fala do presidente nos seguintes termos: “a pior coisa é quando acontece isso (ocupações) e você dá importância”<sup>25</sup>.

As ocupações das escolas em São Paulo foram precedidas por atos de pais, alunos e servidores que protestavam contra a reorganização das escolas, anunciada em setembro de 2015, pela Secretaria de Educação. A queixa principal era de que a Secretaria de Educação não dialogava com a comunidade escolar. Isso se verifica pela fala do estudante que participou da segunda escola que foi ocupada, a Escola Estadual Fernão Dias: “a gente viu que os protestos não estavam dando certo. Resolvemos radicalizar”<sup>26</sup>. A Secretaria de Educação, que sempre afirmou estar aberta ao diálogo, estabeleceu a estratégia de mutirão de visitas às ocupações, com intuito de requerer as reivindicações de cada colégio<sup>27</sup>. O procedimento de reivindicação deveria ser formalizado por meio de carta. Os agentes que visitavam a escola tinham em mãos um documento com a seguinte orientação: “Requeremos o envio das reivindicações e agendamentos com a autoridade da Diretoria de Ensino (...) para realização de reuniões”. Os alunos deveriam assinar o requerimento. Essa estratégia foi vista com maus

---

<sup>24</sup> RODRIGUES, Artur. Após recuo de Alckmin, estudantes decidem manter ocupação em escolas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 04/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1715267-apos-recuo-de-alckmin-estudantes-decidem-manter-ocupacao-em-escolas.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>25</sup> BARRETTO, Eduardo. Temer critica ‘vandalismo’ de protesto contra teto de gastos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29/11/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/temer-critica-vandalismo-de-protesto-contrateto-de-gastos-20563377>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>26</sup> MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>27</sup> GRAGNANI, Juliana. Governo de SP usa formalidade para propor conversa com aluno. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 01/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1713268-governo-de-sp-usa-formalidade-para-propor-conversa-com-aluno.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

olhos pelos estudantes e apoiadores do movimento de ocupações, dita como falsa negociação. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo*<sup>28</sup>, entendia-se que, com essa medida, se enfraquecia o ato dos estudantes, ao classificá-los como intransigentes.

Em Goiás, segundo estado a registrar ocupações, a estratégia de ignorar o movimento surtiu mais efeito. Caso exemplar foi o tratamento dado pela Secretaria de Educação para primeira escola a ser ocupada, o Colégio Estadual José Carlos de Almeida, símbolo para o movimento de ocupações dos estudantes goianos: “Há um ano, ela já não é mais escola, estava vazia. Não teve nenhum aluno ao longo de 2015”<sup>29</sup>. Por isso, não é considerada para o saldo das ocupações. Em outra fala, a Secretaria de Educação se pronunciou da seguinte maneira: “esse movimento de ocupação de escolas da rede é extemporâneo, injustificável e desnecessário”<sup>30</sup>. Segundo o governador Marconi Perillo, ele não iria politizar as ocupações. Ao todo, registraram-se aproximadamente 29 ocupações em todo estado, conforme a *Folha de São Paulo*<sup>31</sup>.

Quanto à quarta estratégia, a repressão, a violência policial foi amplamente registrada pelas reportagens. Em publicação do dia 27/11/2015, a *Folha de São Paulo* registrou a iniciativa da “ONG Minha Sampa”, que criou uma rede de contatos denominada “De guarda pelas escolas”, com o intuito de mobilizar pessoas em caso de desocupação forçada. Até novembro de 2015, já havia 1.500 pessoas cadastradas. Segundo a ONG, essa rede servia “para proteger as escolas da truculência da polícia, com o seu corpo, sua voz, sua câmera e sua indignação”. Não por acaso, existem diversos vídeos postados na Internet e documentários que

---

<sup>28</sup> Alunos a favor de ocupações de escolas liberam av. Faria Lima após 3 horas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 30/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1712838-por-ocupacao-em-escolas-paulistas-grupo-interdita-av-faria-lima-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>29</sup> Batista, Diene. Em Goiás, alunos ocupam escolas no interior contra 'terceirização'. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 14/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718878-em-goias-alunos-ocupam-escolas-no-interior-contra-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>30</sup> Batista, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contra-plano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>31</sup> Amâncio, Thiago. Estudantes deixam três das últimas escolas ocupadas em GO, diz governo. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 21/02/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/02/1741686-estudantes-deixam-tres-das-ultimas-escolas-ocupadas-em-go-diz-governo.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

registram a repressão que os estudantes sofreram. Mais do que o corpo a corpo, o poder de uma câmera inibe ações de extrema violência.

Em reportagem do dia 26/03/2016<sup>32</sup>, a *Folha de São Paulo* publicou a iniciativa dos estudantes paulistas, junto com o “Comitê de Mães e Pais em Luta” e a “ONG Artigo 19”, de fazer uma denúncia formal à Organização de Estados Americanos (OEA), instância responsável pela garantia dos direitos humanos para as Américas. O conteúdo da denúncia se referia aos excessos cometidos pela Política Militar do Estado de São Paulo na repressão aos estudantes. Além do texto, foram gravadas diversas imagens que documentaram as ações policiais.

Três fatos repercutiram entre os estudantes que ocuparam as escolas. O primeiro se refere à estudante Mariana, que foi agredida por um motorista em um ato em São Paulo<sup>33</sup>. A jovem levou um soco no queixo dado por um motorista, que ficou furioso pelo protesto que fechou as avenidas Rebouças e Faria Lima. A fala da jovem, publicada pela *Folha de São Paulo*, afirmava: “o que me deixou mais triste foi que a agressão veio da população. Normalmente, vem da polícia”. Além da agressão, a jovem recebeu xingamentos como “puta” e “vagabunda”. Todas as ofensas e a agressão foram filmadas. O segundo fato é a tragédia ocorrida em Goiás. O pai, que se dizia contrário à participação do filho nas ocupações das escolas, o matou e logo depois se suicidou. O fato comoveu amigos e familiares e chamou a atenção da opinião pública<sup>34</sup>. O terceiro fato foi a morte de um estudante no Paraná, durante umas das ocupações. Segundo publicação da *Folha de São Paulo*<sup>35</sup>, o jovem de 16 anos foi morto a facadas por outro colega, de 17 anos.

---

<sup>32</sup> Bergamo, Monica. Estudantes de ocupações fazem vídeo para denunciar governo de SP à OEA. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 23/03/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2016/03/1754172-estudantes-de-ocupacoes-fazem-video-para-denunciar-governo-de-sp-a-oea.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>33</sup> MACHADO, Leandro. Não vai mais a protesto sozinha, afirma mãe de aluna agredida. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 09/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1716680-nao-vai-mais-a-protesto-sozinha-afirma-mae-de-aluna-agredida.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>34</sup> JULIÃO, Luis Guilherme. Pai matou filho por ter participado de ocupação em Goiânia, diz família. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 16/11/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/pai-matou-filho-por-ter-participado-de-ocupacao-em-goiania-dizfamilia-20474139>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>35</sup> Brasil tem 1.154 unidades de ensino ocupadas por alunos, diz entidade. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 26/10/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1826548-brasil-tem-1154-unidades-de-ensino-ocupadas-por-alunos-diz-entidade.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

### *Estratégia de ação dos estudantes?*

As redes sociais e as passeatas pelas ruas foram o principal instrumento de contato e articulação dos estudantes. Em reportagem do dia 25/11/2015, a *Folha de São Paulo* resume como se deu o início do movimento em São Paulo: “Até o fim de Outubro os protestos contra a medida de Alckmin estavam restritos a passeatas de rua (...) Alunos de escolas diferentes – e que se conheceram nas passeatas – criaram grupos de Whatsapp para discutir maneiras de barrar a reorganização dos ciclos”<sup>36</sup>. Foi em um dos grupos de Whatsapp que surgiu o manual sobre como ocupar uma escola.

O manual que auxiliou os estudantes paulistas nas ocupações foi inspirado pelo movimento secundarista chileno, que, em dois momentos, em 2006 e 2011, se organizou para protestar pelo passe livre e por educação pública de qualidade. As duas principais orientações eram realizar uma assembleia geral – instância mais importante, lugar de deliberação – e, segundo, nomear comissões para cada tarefa (segurança, comida, imprensa, limpeza). Segundo a reportagem da *Folha*, os “alunos caminham pelas escolas usando plaquinhas penduradas no pescoço”. A primeira escola ocupada foi a escola estadual Diadema, seguida da escola estadual Fernão Dias. Um aluno da Fernão Dias confessou ao jornalista: “a gente conversava com o pessoal de Diadema pelo Whatsapp. Sabíamos que ia acontecer lá também [ocupação]”.

Após as ocupações da Diadema e da Fernão, outras escolas também foram ocupadas. Essas ocupações foram assessoradas em boa parte pela ajuda dos estudantes que ocuparam as primeiras escolas. Os estudantes mais “experientes” recebiam outros estudantes que desejavam ocupar sua escola. Através dessa estratégia, a forma de ocupar escolas se propagou muito rápido, de maneira que, em um mês, foram aproximadamente 200 ocupações. Foi comum a troca de experiências entre estudantes no período das ocupações. O jornal *O Globo*<sup>37</sup> publicou notícia em que a estudante Ana Júlia, secundarista do Paraná, visitou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, para “uma roda de conversa” sobre as ocupações.

---

<sup>36</sup> MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>37</sup> GUIMARÃES, Ana Cláudia. A estudante Ana Júlia esteve hoje no Colégio Pedro II no Humaitá. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18/11/2016. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/estudante-ana-julia-esteve-hoje-no-colegio-pedro-ii-no-humaita.html>>. Acesso em: 06/01/2018.

Além de passeatas e ocupações, os estudantes realizavam o “trancaço”<sup>38</sup>: ações relâmpago que consistiam em levar cadeiras para os cruzamentos e sentar. Essas ações confundiam a polícia, pois os estudantes ficavam correndo de cruzamento em cruzamento, desviando da repressão policial. O lema “hoje a aula vai ser na rua” embalava o protesto estudantil. O jornal *O Globo* publicou notícia afirmando existir um manual para orientar como travar uma avenida: “escolha uma avenida próxima à escola e que seja bastante movimentada. De preferência, faça o ato pela manhã, entre as 6h e as 9h. Se for um cruzamento de duas avenidas, melhor ainda!”<sup>39</sup>. Segundo a matéria, esse material foi elaborado pelo coletivo O Mal-Educado.

### ***Ocupações das escolas no Brasil, no Chile e as Jornadas de Junho de 2013***

A publicação do dia 16/12/2015<sup>40</sup>, no jornal *O Globo*, fez referência às manifestações de junho de 2013 no Brasil e do movimento dos estudantes chilenos, nos quais destaca o perfil heterogêneo dos participantes e a importância da exposição dada pela mídia para a formação da opinião pública.

Alguns artigos que tratam do movimento chileno também trazem elementos que são semelhantes ao fenômeno das ocupações no Brasil. No artigo *Constantes en los movimientos estudiantiles latinoamericanos: aproximación a partir del caso chileno de 2011*, Andrés Donoso Romo (2017) destaca certo padrão na forma de organização dos movimentos estudantis. Geralmente, eles são motivados pela insatisfação com a qualidade dos serviços prestados pelo Estado; articulam-se a partir de grêmios e coletivos, vinculados ou não a uma ideologia político-partidária; são movimentos heterogêneos e dinâmicos, próprios da faixa etária dos seus componentes. No caso dos estudantes de 2006, conhecido como *Revolta dos Pinguins*, observa-se uma exceção no que se refere à relação com grêmios e coletivos com

---

<sup>38</sup> Protesto de alunos fecha cruzamento da Teodoro com Henrique Schaumann. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 02/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714030-protesto-de-estudantes-volta-a-fechar-avenidas-em-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018. RODRIGUES, Artur. Em 'dança das cadeiras', alunos escapam da PM e discutem com motoristas. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1714554-em-dancas-das-cadeiras-pelas-ruas-alunos-despistam-pm-e-discutem-com-motoristas.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>39</sup> ROSSI, Marina. Secundaristas se organizam com “manual de como travar uma avenida”. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 01/12/2015. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2015/12/secundaristas-se-organizam-com-manual-decomo-travar-uma-avenida.html>>. Acesso em: 10/06/2018.

<sup>40</sup> BÜLOW, Marisa Von. O novo movimento estudantil e suas lições. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 16/12/2015. Disponível em: <<http://noblat.oglobo.globo.com/artigos/noticia/2015/12/o-novo-movimento-estudantil-e-suas-licoas.html>>. Acesso em: 06/01/2018.

vínculos partidários. A característica mais autônoma e horizontal dos estudantes de 2006 destoa do padrão comumente apresentado pelos movimentos estudantis no Chile. Embora o movimento de 2011, que foi uma manifestação organizada por universitários, tenha a participação de vários estudantes que eram secundaristas em 2006, verifica-se certa especialização nas estratégias de ação. Por isso, 2011 repete o padrão comum de ação dos movimentos estudantis chilenos.

A utilização das redes sociais e aplicativos de mensagem também contribuíram para organização e difusão das informações. No artigo *El movimiento estudiantil chileno (2006-1016) y el uso de la web social: nuevos repertórios de acción e interacción comunicativa*, Camila Cárdenas (2016) aborda o tema do ciberativismo no contexto dos movimentos estudantis no Chile. Os meios de comunicação, segundo Cárdenas (2016), possuem duas funções: a primeira é pragmática, “organizar eventos de massa, estabelecer táticas de ocupação e resistência contra a repressão policial e a vigilância do governo, e obter informações sobre protestos em andamento e outras influentes conjunturas políticas” (p. 96); a segunda é semântica,

identificar internamente o grupo e diferenciar dos outros grupos, refletir sobre as questões que são relevantes para garantir a coesão do grupo e o curso das mobilizações, e discutir as diretrizes ideológicas que enquadram as estratégias de interpretação e ação coletiva. (CÁRDENAS, 2016, p. 96)

A autora estabelece dois critérios de reflexão para seu estudo: a análise dos repertórios de ação disponíveis nas estruturas de oportunidades políticas e a análise dos repertórios de interação comunicativa disponíveis nas estruturas de oportunidades midiáticas. Enquanto as estruturas de oportunidades políticas estão vinculadas aos sistemas políticos institucionalizados que influenciam “as possibilidades da ação coletiva e as formas que ela adota em virtude das variáveis que intervêm na constituição de atores e redes” (CÁRDENAS, 2016, p. 96-97), as estruturas de oportunidades midiáticas complementam as estruturas de oportunidades políticas, “já que, no cenário atual, é inescapável atender à capacidade dos movimentos sociais para obter visibilidade e coesão do grupo, desenvolvendo formas diárias de contenção e contestação *on-line*” (CÁRDENAS, 2016, p. 96-97). As ocupações chilenas representam uma etapa nova no modelo de ação coletiva, por se especializar em duas frentes de ação, a pragmática – pelos meios disponíveis e já conhecidos – e a semântica, através das redes sociais. Não obstante, destacam-se pelas performances diferenciadas “de carácter mais

criativos, que incluem desfiles com grupos musicais, improvisações dramáticas, corpos pintados, bonecas gigantes, máscaras e fantasias” (CÁRDENAS, 2016, p. 99).

O discurso negativo em relação ao movimento estudantil foi bastante evidente. No artigo *Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora*, Camila Cárdenas e Carolina Pérez (2017) abordam a construção do discurso em relação às ocupações chilenas, por parte da mídia, que vinculava o movimento dos estudantes com os atos dos *Black-Blocks*. Por isso, o movimento foi caracterizado como criminoso, com táticas terroristas. As autoras partiram de uma reportagem intitulada *Radiografía a los colectivos estudiantiles* “em que a atribuição de grupos radicais ao movimento estudantil foi abordada, e eles foram implicados como supostos autores do bombardeio” (CÁRDENAS; PÉREZ, 2017, p. 1.069). A tática de deslegitimação compõe um dos instrumentos do repertório de ação do governo aliado com a mídia local. A partir disso, as autoras descrevem as perspectivas que são comuns na estratégia de deslegitimação: primeiro, a *construção do consenso*, pela distorção dos fatos, por previsões pessimistas para o futuro e pela eleição de símbolos para depreciação do movimento, por exemplo, os *Black-Blocks* (encapuzados). Segundo, *definição de padrões para protestos*, pelo enquadramento das notícias, pela utilização de fontes oficiais que fortalecem o discurso da mídia, pela invocação da opinião pública, pela desqualificação dos membros e condenação das pautas dos movimentos estudantis (CÁRDENAS; PÉREZ, 2017, p. 1.070). Constituiu-se, no Chile, a opinião de que o movimento de ocupações era efêmero e circunstancial.

No artigo *Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes chilenos en el 2006*, Oscar Aguilera Ruiz (2011) aponta para elementos importantes dentro da teoria sobre movimentos sociais. Ele considera quatro aspectos no movimento de ocupações chilenas em 2006: primeiro, os conflitos não se concentram somente pela reivindicação de bens e serviços, mas também se dão em torno de exigência de qualidade de vida; segundo, os conflitos reordenam os processos de difusão geográfica e setorial, não pelos meios tradicionais de organização social, mas através de novos atores sociais, no caso chileno, os estudantes secundaristas; terceiro, a emergência de novos movimentos sociais que, muitas vezes, se caracterizam por ações espontâneas e pouco articuladas; quarto, a construção de novos significados culturais que, pouco a pouco, passam a constituir parte da cultura política dos sujeitos e dos movimentos (TARROW, 2002 apud

RUIZ, 2011, p. 13). Esses quatro aspectos foram observados a partir de uma leitura da organização dos estudantes chilenos de 1999 até o pós-ocupações de 2006. Nesse aspecto, o autor trabalhou com a categoria de Tarrow “ciclo de mobilização”, que trata dos repertórios e performance de ação.

Os eventos do Chile, de junho de 2013, e as ocupações das escolas no Brasil têm em comum a ação descentralizada e a crítica às instâncias tradicionais de representação. A *Folha de São Paulo*, em publicação do dia 25/11/2015<sup>41</sup>, também deu destaque às estratégias de ação dos estudantes brasileiros com clara referência ao movimento chileno. A resistência dos estudantes brasileiros à participação de coletivos estudantis como UNE e Ubes, ou de grupos vinculados a partidos políticos foi outro destaque<sup>42</sup>. Os jovens estudantes, que formavam em quase sua totalidade o conjunto dos participantes, optavam pelo estilo de ação direta, sem a necessidade de convocação de movimentos e partidos.

A *Folha de São Paulo*, em notícia do dia 11/12/2015<sup>43</sup> e 14/12/2015<sup>44</sup>, comparou a reivindicação dos estudantes de Goiás com as dos estudantes Chile em 2006 e 2011. No caso chileno, a pauta pelo acesso à educação pública e o passe livre, como também a crítica à participação de organizações sociais privadas na gerência da educação, foram recordadas pelas ocupações das escolas em Goiás, contrárias ao projeto do Governo Perillo, de passar a gerência da educação para OS. Conforme dados disponibilizados por Carolina Álvares-Valdéz e Antonia Garcés-Sotomayor, a pauta motivadora das ocupações das escolas chilenas, em 2006 e 2011, questionava o modelo administrativo público-privado de investimento em educação. Afirmavam que ele estruturava a desigualdade social no Chile.

---

<sup>41</sup> MACHADO, Leandro. Inspirado no Chile, manual orientou ocupação de escolas por alunos em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 25/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1710710-inspirado-no-chile-manual-orientou-ocupacao-de-escolas-por-alunos-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>42</sup> GRAGNANI, Juliana; MACHADO, Leandro. Alunos de ocupações expulsam grupo estudantil ligado a partido. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717674-alunos-de-ocupacoes-expulsam-grupo-estudantil-ligado-a-partido.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>43</sup> BATISTA, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contra-plano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06/01/2015.

<sup>44</sup> BATISTA, Diene. Em Goiás, alunos ocupam escolas no interior contra 'terceirização'. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 14/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1718878-em-goias-alunos-ocupam-escolas-no-interior-contra-terceirizacao.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

A *Folha* ainda deu ênfase à participação dos jovens em mobilizações anteriores às ocupações. Conforme notícia do dia 17/01/2016<sup>45</sup>, alguns dos jovens que protagonizaram as ocupações em 2015 começaram a militância com as Jornadas de Junho de 2013. Agora, esses mesmos jovens compõem o Movimento Passe Livre (MPL). Apesar do trânsito – Jornadas de Junho de 2013, Ocupações das Escolas, Movimento Passe Livre – a recusa dos estudantes pela centralização das decisões caracteriza “uma ojeriza à especialização”.

Em 2016, com a segunda onda de ocupações de escolas no Brasil (a primeira foi em 2015, em São Paulo e Goiás), diversos movimentos manifestaram apoio: Movimento Passe Livre, Mal Educado, Diretório Central dos Estudantes da USP e grupos relacionados às ocupações de 2015<sup>46</sup>. A pauta comum afirmava o desejo de “mais democracia e serviços de melhor qualidade<sup>47</sup>”.

### *Agenda de discussões?*

As ocupações foram motivadas por diversas pautas: em São Paulo, contra o fechamento e a reorganização das escolas, em 2015 e em 2016, pela falta de merenda em escolas do ensino integral e o corte no orçamento da educação; em Goiás contra o projeto das OS do Governo Perillo; no Rio, em apoio à greve dos professores e por melhorias nas escolas – material didático, merenda, infraestrutura –; no Rio Grande do Sul, pelo repasse em dia da verba de autonomia das escolas e a defesa do ensino público de qualidade; além da pauta comum de todas as ocupações em 2016, contra a PEC do Teto de Gastos, a Reforma do Ensino Médio e a crítica ao projeto Escola Sem Partido. Entretanto, houve outras pautas de debate no interior do movimento.

A primeira foi a distribuição das tarefas por comissões. Essa estratégia favoreceu a organização dos estudantes durante o período da ocupação. Dessas comissões, surgiram ações

---

<sup>45</sup> RODRIGUES, Artur; BERGAMIM JR, Giba; MACHADO, Leandro. Movimento Passe Livre tem linha de frente mais 'teen' nos atos deste ano. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 17/01/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1730391-movimento-passe-livre-tem-linha-de-frente-mais-teen-nos-atos-deste-ano.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>46</sup> LOBEL, Fabrício; GOMES, Paulo. Movimentos de esquerda fazem ato em apoio a alunos de ocupações em SP. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 13/05/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1771161-movimentos-sociais-fazem-ato-em-apoio-a-alunos-de-ocupacoes-em-sp.shtml>>. Acesso em: 06/01/2016.

<sup>47</sup> SETUBAL, Maria Alice. Jovens dão aula de cidadania. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 06/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/12/1715300-jovens-dao-aula-de-cidadania.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

para manutenção da própria escola: pintura das paredes, limpeza dos espaços, como registra reportagem do dia 01/12/2015<sup>48</sup> da *Folha de São Paulo*, “nunca vi a escola tão limpa assim”. O ato de ocupar a escola também revelou problemas estruturais, que não é possível perceber somente pela frequência nas aulas. Por exemplo, os alunos “descobriram espaços sem uso, como sala cheia de cadeiras e mochilas novas e um vestiário com capacidade para oito chuveiros, que havia virado almoxarifado. Foi nele que os alunos instalaram dois chuveiros”. O protagonismo das meninas na organização das tarefas também foi destacada pela *Folha de São Paulo*, em notícia do dia 03/07/2016<sup>49</sup>.

A segunda pauta, abordada nas oficinas e aulas públicas, tratavam do “feminismo, diversidade social e racismo”<sup>50</sup>, “educação sexual, igualdade racial e social”<sup>51</sup>, com a presença de artistas, professores universitários e líderes de movimentos sociais. A questão levantada pelos estudantes era de que a escola poderia ir além das salas de aula. A assembleia, instância mais importante nas ocupações, deliberava sobre quais aulas queriam ter. Várias dessas oficinas e atividades culturais eram marcadas através das redes sociais<sup>52</sup>.

### ***Balanco das vitórias e derrotas das pautas dos estudantes***

Em São Paulo, lugar onde as primeiras ocupações ocorreram, o protesto contra o fechamento de 92 escolas e remanejamento dos estudantes obteve resultado positivo para os docentes. O Governo Alckmin voltou atrás no projeto e prometeu estabelecer diálogo com a comunidade escolar.

---

<sup>48</sup> Há um mês na escola, alunos limpam, cozinham e até instalam chuveiros. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 01/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1712999-ha-um-mes-nas-escolas-alunos-organizam-limpam-cozinham-e-ate-instalam-chuveiros.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>49</sup> TERENCEZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03/07/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>50</sup> TERENCEZI, Gabriela; SALDAÑA, Paulo. Fortalecidos após ocupações, secundaristas de SP renegam entidades estudantis. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 03/07/2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2016/07/1787761-fortalecidos-apos-ocupacoes-secundaristas-de-sp-renegam-entidades-estudantis.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>51</sup> Souza, Felipe. Agenda cultural em colégios ocupados inclui circo, debate e até cursinho. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 27/11/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/11/1711764-agenda-cultural-em-colegios-ocupados-inclui-circo-debate-e-ate-cursinho.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

<sup>52</sup> BATISTA, Diene. Contra plano de governador tucano, estudantes ocupam escolas de Goiânia. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11/12/2015. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/12/1717898-contra-plano-de-governador-tucano-estudantes-ocupam-escolas-de-goiania.shtml>>. Acesso em: 06/01/2018.

No Rio de Janeiro, a principal conquista foi o acolhimento da demanda dos estudantes e professores da rede estadual para eleição dos diretores. Antes os diretores eram indicados pela Secretaria de Educação através de um processo interno, sem a participação da comunidade escolar. Outras conquistas também foram contabilizadas, no que se refere ao suporte financeiro para melhorias estruturais das escolas que foram ocupadas.

Em Goiás, o protesto dos estudantes não obteve sucesso. A pauta estudantil desejava barrar o projeto do Governo Perillo de transferir a gestão das escolas para OS. Nas ocupações de outros estados, que protestavam contra a Reforma do Ensino Médio e contra a PEC do Teto de Gastos, o objetivo não foi alcançado. A PEC já está em vigor desde 2017, e o decreto da Reforma do Ensino Médio já foi publicado, com prazo para adaptação das escolas, como também dos exames em nível federal ou estadual, que contam com a base curricular comum. Porém, apesar das derrotas, criou-se uma rede de contatos entre estudantes que fortaleceu o movimento estudantil.

## **2. Observações Preliminares sobre as Ocupações das Escolas**

As ocupações das instituições de ensino têm um perfil contestador. Resultam da insatisfação dos pais, alunos e professores com a falta de investimento na educação pública. De um lado, os artigos acadêmicos ressaltaram o significado político das ocupações, em especial, os temas mais voltados para agenda identitária e pela estratégia de automobilização. Por outro lado, os jornais consultados descreveram o processo de ação a partir da animosidade entre os estudantes e o poder público. Não obstante, chamo atenção para o alto número de instituições ocupadas e o rápido processo de articulação dos estudantes. Tudo isso dentro de um contexto político conturbado de crise econômica e denúncias de corrupção.

Como chave de leitura para compreender a ação dos estudantes em 2015 e 2016, parto do alerta de Inglehart e Welzel (2009) sobre o papel dos movimentos de massa dentro de um contexto de transição ou sobrevivência de um regime político:

(...) muitos pesquisadores têm argumentado que ações coletivas geridas pelas elites compõem sempre a causa imediata das transições de regimes para democracia. Consequentemente, as transições para democracia podem ser vistas como resultado de jogos de ataque e defesa entre as elites governantes e as contraelites que as desafiam (...) regimes democráticos são estáveis se as elites concordam que a democracia é a única opção possível. (p. 260)

Segundo o autor, os teóricos – cientistas políticos e afins – têm concedido relevante papel às elites quando se trata da mudança ou sobrevivência dos regimes políticos. É no nível delas que as negociações se dão e os movimentos de massa representam um anexo importante, mas não definitivo. A noção segundo a qual os interesses em disputa são resolvidos no nível das elites reduz a participação política à conquista do poder. Conforme Inglehart e Welzel (2009), essa visão “enfoca de forma limitada as causas adjacentes da democratização, ignorando as forças sociais mais amplas que canalizam” as ações coletivas numa direção específica (p. 260).

Inglehart e Welzel (2009) fazem uso de dois termos para explicar a mudança ou sobrevivência dos regimes políticos. O primeiro, eles chamam de *variável cumulativa*, que se caracteriza pelo longo processo histórico de uma sociedade, sua herança cultural e as mudanças gradativas que sofreu no campo político, econômico e social. O segundo termo, de *variável de ruptura* que se refere a eventos que ocorrem de maneira abrupta, explosiva e se caracterizam por alterações drásticas na ordem vigente. Segundo os autores, só há relação entre as duas variáveis quando uma delas, a variável de ruptura, surge. Em outras palavras, não é possível afirmar que a variável cumulativa é a causa da variável de ruptura. Contudo, é possível verificar se os eventos e modificações resultantes do processo de ruptura podem sobreviver a partir da variável cumulativa. Inglehart e Welzel (2009) explicam que essas condições são permeadas por *forças sociais* que direcionam as ações coletivas para uma direção específica. As forças sociais concentram os elementos que podem ser classificados por orientações materialistas ou pós-materialistas. Para o autor, essas forças sociais têm um caráter modernizador e entram em conflito com os elementos tradicionais de uma sociedade. Diante disso, quando ocorre uma ruptura, explodem também as contradições ou polarizações que mobilizam diversos grupos sociais.

O recente contexto brasileiro registrou alguns eventos que merecem destaque. O primeiro deles, as Jornadas de Junho de 2013, tinha um perfil altamente heterogêneo e pautas políticas diversas. Dentre os temas em discussão, ressaltou a demanda por acesso a serviços públicos de qualidade e o desgaste com a elite política. Os anos de 2014 e 2015 se caracterizaram pelo adensamento da polarização PT e PSDB, que depois viria a se tornar petismo e antipetismo, resultado das eleições em que Dilma Rousseff foi reeleita como presidente da República. As ondas de manifestações pró ou contra o governo de Dilma

Rousseff culminaram no processo de *impeachment* no ano de 2016. Essa ruptura com a ordem democrática pode ser considerada um marco político importante, dentro do qual também está inserido o processo de ocupação das escolas (2015-2016). Portanto, esses últimos anos podem ser compreendidos por um processo de transição política, no qual as manifestações de massa tiveram um papel central. O desafio do pesquisador é desvendar quais forças sociais permeiam esse processo de transição e o que se pode esperar para o futuro.

A análise das ocupações das escolas pode fornecer algumas pistas sobre quais forças sociais estão mobilizando variados grupos da sociedade brasileira, quais elementos modernizadores e tradicionais estão em conflito e quais orientações políticas estão em questão. No terceiro capítulo, pretendo indicar alguns desses elementos e orientações.

## CAPÍTULO 3

### FORMAS DE AÇÃO E PREFERÊNCIAS POLÍTICAS: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

No Capítulo 1, quando apresentei o objeto de pesquisa, afirmei que o movimento de ocupações das escolas não pode ser compreendido como um fato isolado. Ele está inserido num contexto, que é crítico das instituições políticas que não garantem serviços públicos de qualidade. O descrédito com a classe política também é crescente, especialmente depois das denúncias de corrupção realizadas pela Operação Lava a Jato, de maneira que a ideia da representação ficou fragilizada. Desse modo, uma primeira leitura sobre o movimento de ocupações é compreendê-lo no contexto de crise política e econômica, que também motivou tantos outros protestos, cujo ponto alto se deu no ano de 2013, e se seguiram até o *impeachment* de Dilma Rousseff.

Outra leitura parte da análise dos elementos que caracterizam o processo de ocupação das escolas, sua forma de ação e seu conteúdo. A maneira mais espontânea de agir, a estrutura descentralizada de organização, as decisões tomadas mediante assembleias, as relações mais iguais no desempenho das funções e o modelo mais direto de participação política podem caracterizar a forma de ação do movimento de ocupações. Os temas identitários, a tolerância com a diversidade, os valores mais orientados para inclusão, além dos problemas que os afetam diretamente como a precária estrutura escolar, podem caracterizar o conteúdo de ação do movimento de ocupações. Diante disso, procuro compreender como, num contexto de baixa confiança em relação às instituições e de crise de representação, a mobilização dos estudantes alcançou tamanha força política. A forma e o conteúdo das ocupações das escolas indicam uma mudança nos valores políticos dos brasileiros? Existe correlação entre os valores compartilhados entre os estudantes e as formas de ação? O modelo de ação dos estudantes, crítico das formas tradicionais de organização e participação política, propõe alternativas para o futuro?

No Capítulo 2, descrevi de maneira mais extensa a ação dos estudantes que teve início em 11/2015 e se desdobrou até 12/2016. Pontuei que as ocupações das escolas brasileiras seguiram um modelo de ação também utilizado no Chile, em 2006 e 2011. No relato que fiz, destaquei as estratégias, as demandas e as conquistas do movimento de ocupações no Brasil. Ao mesmo tempo, apresentei os argumentos contrários dos grupos que discordavam da ação dos estudantes e a maneira como o poder público reagiu.

Meu objetivo no Capítulo 3 é apresentar e discutir os dados colhidos nas entrevistas realizadas com os estudantes que ocuparam as escolas. A amostra é composta de 89 entrevistas. Recebi contribuições de estudantes de diversos estados, na sua maioria, secundaristas.

Os artigos pesquisados sobre o tema das ocupações apresentaram diversos aspectos sobre a forma e o conteúdo da atuação dos estudantes. Investigaram o significado político da sua ação, como a constituição de novos espaços de atuação política, onde o sentido de cooperação foi amplamente reforçado (SEGURADO; BURGOS, 2016); a noção de que as características de autogestão, ação direta, apoio mútuo e solidariedade, observadas nas ocupações das escolas em São Paulo, reproduz uma maneira de organização que é comum das periferias paulistas, através das chamadas “redes de solidariedade” (GIROTTI, 2016, p. 1.123-1.125); destacaram o interesse de maior reconhecimento, por parte dos estudantes, de sua importância política no processo de tomada de decisões, seja no conteúdo curricular, seja na administração do espaço de convivência (CORTI *et al.*, 2016, p. 1.166); enfatizaram a utilização da ferramenta das redes sociais como instrumento para se fazer política num ambiente avesso “a assembleias, grêmios estudantis, conselhos de escola (...) contrária a comunicados que não venham das instâncias do poder oficial, bem como esvaziada de espaços públicos de decisão” (CARNEIRO, 2017, p 140). Interessa saber agora se esse comportamento dos estudantes tem por base valores de autoexpressão. Seriam os valores de autoexpressão a base das orientações políticas dos estudantes que ocuparam as escolas?

## **1. Apresentação e Discussão dos Dados**

O questionário trabalha com dois eixos de análise: o primeiro sobre os valores compartilhados entre os estudantes entrevistados, pesquisados nas tabelas de 1 até 5, e o segundo, sobre as formas de ação, pesquisados nas tabelas de 6 a 10. O objetivo é verificar

como estão relacionados os valores e as preferências por determinadas formas de ação. Incluí em algumas tabelas os valores de significância e confiabilidade estatística. Vale lembrar que a sua inclusão não tem grande representatividade quando o tipo de amostra é não probabilístico.

**Tabela 1 – Confissão religiosa**

	(f)	(%)	(x)	(z)
Sem religião	45	50,56	+27,20	+1,77
Evangélico	14	15,74	-3,8	-0,25
Espírita	11	12,36	-6,8	-0,44
Católico	10	11,23	-7,8	-0,51
Outros	9	10,11	-8,8	-0,57

Obs. N = 89

A Tabela 1 traz informações sobre a confissão religiosa dos estudantes. Sobressai o índice de pessoas que se declaram sem religião, com 50,56%, mais da metade dos entrevistados. Das cinco variáveis disponibilizadas para resposta, os católicos estão em quarto lugar, com 11,23%. Essas duas informações, o número dos “sem religião” e a posição dos “católicos” em relação aos demais, destoam do que é comum no contexto brasileiro, em que mais de 60% se declaram católicos, segundo o IBGE. Quando somados aos evangélicos, o percentual chega a quase 90%.

Embora o percentual de católicos seja maior do que de evangélicos no Brasil, a diferença entre esses seguimentos religiosos diminuiu, dado que também foi verificado nas entrevistas, 15,74% dos estudantes se declararam evangélicos. Contudo, entre os estudantes entrevistados, nem a soma de católicos e evangélicos superaram os “sem religião”. Essa informação adquire maior significado quando analisados os indicadores de tendência central. O grau de discrepância dos “sem religião” em relação à média ( $\bar{x} = 17,80$ ) indica um comportamento não normal nos dados. Os “sem religião” estão a quase dois desvios padrão (+1,77 DP) acima da média, enquanto todos os outros estão abaixo da média. Portanto, como primeiro dado, podemos concluir que a orientação “sem religião” marca o perfil dos estudantes entrevistados, algo incomum diante do contexto cultural brasileiro.

Inglehart e Welzel (2009) apontam em seus estudos que o processo de modernização é acompanhado por um processo de secularização. Na medida em que o domínio humano sobre a natureza aumenta, as explicações religiosas perdem vigor. A legitimidade das formas de

organização, antes fundada numa cosmovisão religiosa, dá lugar à legitimidade com base em normas racionais. Com a redução das restrições à sobrevivência humana, devido aos avanços econômicos, tecnológicos e o estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social (INGLEHART; WELEL, 2009, p. 24), o medo em relação ao presente e ao futuro foi reconfigurado em otimismo. A questão que se fortalece é “com que qualidade viveremos?”. A adoção de uma orientação “sem religião” expressa esse tipo de contexto verificado pelos estudos desse autor. Os “sem religião” seriam aqueles que não têm preocupações imediatas e já possuem um grau de instrução e especialização que permite descartar as explicações religiosas para garantia da sobrevivência. Ainda assim, Inglehart e Welzel (2009) explicam que a religião não desaparece num contexto secularizado, mas o que há é “uma transformação da função da religião, de formas institucionalizadas de religiosidade dogmática que ditam códigos absolutos de conduta em um mundo inseguro, para preocupações espirituais individualizadas” (p. 55). Por isso, até mesmo entre os estudantes que confessaram ter alguma religião, não é possível afirmar ou negar que eles também compartilham os mesmos valores dogmáticos que, tradicionalmente, as instituições religiosas sustentam.

Inglehart e Welzel (2009) salientam que “a tradição religiosa de uma sociedade ajuda a moldar sua cultura, e laços coloniais do passado também desempenham um importante papel” (p. 110). Essa afirmação tem muito significado, quando consideramos nossa herança colonial, marcada pela presença da hierarquia católica e organizada em torno de uma moral cristã e familiar. Os artigos que compõem o livro *Cultura política, cidadania e voto* destacam uma forte inclinação dos brasileiros para o associativismo religioso. Indicam igualmente que as frágeis iniciativas para cooperação em função de um projeto comum quase sempre estão motivadas por valores filantrópicos. Por isso, chama a atenção o percentual dos que se declaram “sem religião” entre os estudantes entrevistados. Não é o fato de recusar uma religião, mas quais as orientações subjetivas que mobilizam a se declarar “sem religião”.

**Tabela 2 – Nível escolar**

	(f)	(%)	(x)	(z)
Médio Incompleto	53	59,55	+30,75	+1,40
Superior Incompleto	19	21,35	-3,25	-0,15
Médio Completo	16	17,97	-6,25	-0,28
Superior Completo	1	1,13	-21,25	-0,97

Obs. N = 89

A Tabela 2 traz informações sobre o nível de instrução dos entrevistados. A maioria dos respondentes são secundaristas, 59,55%, que estão na faixa dos 15 aos 18 anos. Esse perfil reflete mais a primeira onda de ocupações que remonta ao período de 11/2015 até 05/2016. A segunda onda foi protagonizada por estudantes universitários, com uma agenda mais nacional, críticos das reformas do governo de Michel Temer (“PEC do Teto de Gastos”, “Reforma do Ensino Médio” e o “Projeto Escola Sem Partido”). Não posso afirmar se o comportamento mais politizado demonstrado pelos entrevistados é comum a todos os secundaristas. Na busca por compreender uma possível causa da politização dos entrevistados, suponho que a inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia como componentes curriculares obrigatórios no ensino médio desde 2006 (PARECER CNE/CEB Nº: 38/2006) tenha contribuído para formação dos valores e do comportamento mais crítico dos estudantes.

Outro fator pode ser a maior possibilidade de acessar o ensino superior, especialmente de jovens de baixa renda, negros, de periferia. A última década se caracterizou por diversos programas de incentivo à formação acadêmica e profissional. A ampliação no número de escolas técnicas e universidades também pode ser incluída como fatores que transformaram as perspectivas de futuro dos mais jovens. A melhoria nas condições de vida das famílias brasileiras, a possibilidade dos filhos de famílias de baixa renda de concluir o ensino médio e ingressar numa universidade, a possibilidade de alcançar melhores postos de trabalho, resultado de uma formação mais especializada, tudo isso pode ser um indicador que favoreceu a mudança nos valores políticos dessa geração de jovens.

Desde os primeiros estudos de Inglehart na década de 1970, duas hipóteses se colocavam para explicar a ascensão de valores pós-materialistas. A primeira é a da escassez, “em condições de escassez, as pessoas atribuem prioridade máxima a metas materialistas, enquanto em condições prósperas tendem a enfatizar metas pós-materialistas” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 130). A segunda é a da socialização,

as gerações mais velhas em cada sociedade tendem a transmitir seus valores para seus filhos; essa herança cultural não se dissipa facilmente, mas se for incoerente com a experiência de primeira mão do indivíduo, pode desaparecer gradativamente. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 131)

Essa geração de jovens que ocupou as escolas está, na sua maioria, duas gerações à frente daqueles que viveram um período de forte repressão política no Brasil. Provavelmente,

seus avós tenham votado pela primeira vez em 1989. Seus pais viveram um período de crise política e econômica na primeira metade da década de 1990. Quase todos os estudantes entrevistados nasceram depois dos anos 2000, década em que o Brasil viveu um período de relativa estabilidade econômica e de melhoria nas condições de vida. Da década de 1970 para cá, vivemos transformações políticas e econômicas no Brasil que modificaram o modo de vida das famílias, de maneira que alguns valores foram transmitidos e outros superados pelas gerações.

**Tabela 3 – Tempo diário na Internet**

	(f)	(%)	(x)	(z)
Mais de 5 horas	35	39,33	+12,75	+0,90
Entre 3 e 5 horas	27	30,34	+4,75	+0,33
Entre 1 e 3 horas	25	28,09	+2,75	+0,19
Menos de 30 min	2	2,24	-20,25	-1,43

Obs. N = 89

A Tabela 3 traz informações sobre a média de tempo diário gasto pelos estudantes no uso da Internet. Quando analisados os indicadores de medida central, observa-se um comportamento normal dos dados entre aqueles que afirmam ficar de 1 a 3 horas, 28,09%, e entre aqueles que afirmam ficar de 3 a 5 horas, 30,34%. Contudo, os estudantes que dedicam mais de cinco horas à Internet representam 39,33%, sendo a variável com maior discrepância em relação à média.

Segundo os artigos pesquisados, as redes sociais foram utilizadas como espaço de ativismo político e principal meio de comunicação para organização dos estudantes. A velocidade com que as informações são trocadas pelas redes sociais pode explicar em parte a rápida difusão das estratégias de ação dos estudantes que ocuparam as escolas. Por exemplo, as ocupações em São Paulo, com início em 11/2015, alcançaram seu auge com mais de 200 em meados de 12/2015. Portanto, em um mês, calcula-se um saldo de 200 ocupações. A difusão em quase todo país, com um saldo de um pouco mais de 1.350, se seguiu em apenas um ano. A utilização das redes sociais como ferramenta política não é exclusividade dos estudantes que ocuparam as escolas. Porém, essa ferramenta caracteriza outro elemento no perfil do processo de ocupações.

Em termos políticos, só recentemente o Brasil percebeu o poder das redes sociais e dos aplicativos de mensagem. As mobilizações contra Dilma Rousseff, por exemplo, foram basicamente convocadas pelas redes sociais e por aplicativos de mensagem. A democratização do acesso à Internet ampliou a liberdade de expressão, de formação de grupos de interesse, de adesão ou repúdio a temas diversos, tudo isso sem o prejuízo do compromisso que demandaria tempo e recursos materiais e emocionais. Pela primeira vez, nas últimas eleições de 2018, vimos políticos sendo eleitos por grupos de seguidores em redes sociais. O tempo de televisão nessas eleições não se configurou como fator essencial para a conquista de votos. A mobilização de coligações partidárias tampouco. O ativismo político *on-line* hoje é um dado importante a ser considerado.

O nível escolar e o maior acesso à informação são indicadores que Inglehart e Welzel (2009) consideram no desenvolvimento de valores pós-materialistas, pois ampliam o nível de segurança existencial e com isso a prioridade por mais “autonomia, escolha individual e a autoexpressão” (p. 61). Veremos adiante que esses valores são fundamentais para um perfil diferenciado de mobilização política, semelhante ao movimento de ocupações das escolas.

**Tabela 4 – Perspectiva de futuro na escolha do curso universitário e da carreira profissional**

Na escolha do curso universitário e da carreira profissional, o que é mais importante?

	(f)	(%)	(x)	(z)
Satisfação Pessoal	73	82,02	+55,20	+1,78
Prestígio Profissional	7	7,86	-10,80	-0,35
Não sabe / Não respondeu	5	5,62	-12,80	-0,41
Realização material	3	3,37	-14,80	-0,48
Outro	1	1,13	-16,80	-0,54

Obs. N = 89

A Tabela 4 traz informações sobre o que os entrevistados consideram mais importante quando pensam na formação acadêmica e na vida profissional. Das cinco variáveis disponíveis, a “satisfação pessoal” foi a mais assinalada, com 82,02%. Essa orientação está inserida num contexto maior daquilo que Inglehart e Welzel (2009) chamam de “mudança societária”. Os interesses que refletiam um contexto mais inseguro, imediato, concreto, dão lugar a preferências “não materiais, tais como de estima, autoexpressão e satisfação estética”

(INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 131). Pareado com a “satisfação pessoal”, está uma maior preocupação com o meio ambiente, interesse por mudanças nas regras do processo eleitoral, maior flexibilidade com códigos morais que regem o matrimônio e a definição dos papéis de gênero. Esses valores de emancipação explicam, em parte, o estilo espontâneo, auto-organizado, sem vínculos com movimentos estudantis tradicionais e partidos políticos. Essas orientações refletem concretamente na forma como as ocupações foram conduzidas, de maneira horizontal e com respeito aos papéis de gênero na distribuição das atividades. Em outras palavras, valores mais tolerantes e diversos exigem uma estrutura de organização mais inclusiva e direta.

Inglehart e Welzel (2009) dedicam um capítulo de seu livro para examinar o elo causal entre os valores e as instituições democráticas. Explica que, durante muito tempo, os estudos sobre cultura política têm ressaltado a confiança interpessoal e a confiança nas instituições como fatores determinantes para a qualidade da democracia. Ele questiona essa hipótese. Para o autor, os valores de autoexpressão são determinantes para a consolidação da democracia efetiva. Diante disso, afirma que o desinteresse das novas gerações pela política e a desconfiança nas instituições democráticas não significam necessariamente uma crise da democracia.

**Tabela 5 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política**

	Apoio e milito a favor (%)	Apoio (%)	Não apoio (%)	Não apoio e milito contra (%)	Não sabe / Não respondeu (%)
União homoafetiva	53,93	41,57	3,37	0,00	1,13
Adoção de crianças por casais homoafetivos	52,80	41,57	3,37	0,00	2,26
Legalização do aborto	44,94	33,71	13,48	2,26	5,61
Legalização de drogas leves	29,21	51,68	16,85	0,00	2,26

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,75$  /  $\sigma < 0,05$

A Tabela 5 traz informações sobre a posição dos entrevistados em relação a temas polêmicos da agenda política. Os dados indicam um comportamento tolerante com todas as variáveis disponíveis, tendo a “união homoafetiva” um grau de militância maior, com 53,93%. Das quatro variáveis, a “legalização de drogas leves” foi a que menos mobilizou a militância

dos estudantes, com 29,21%, apesar do nível de apoio de 51,68%. As variáveis ordinais, “apoio e milito a favor” e “apoio”, indicam se o comportamento está orientado para um grau de envolvimento ativo ou passivo em relação ao tema pesquisado. Nesse sentido, os estudantes são muito mais ativos sobre os temas da união homoafetiva, a adoção de crianças por casais homoafetivos, 52,80%, e pela legalização do aborto, 44,94%, enquanto, na sua maioria, são mais passivos em relação ao tema da legalização das drogas leves. Embora os valores sejam muito baixos, vale destacar que os índices de “não apoio” a legalização do aborto, 13,48%, e de drogas leves, 16,85%, são maiores do que os temas voltados para orientação sexual, 3,37%, e papéis de gênero, 3,37%. Esses dados acompanham a percepção de que há entre os estudantes entrevistados uma superação dos valores tradicionais, que normalmente são intolerantes com os temas relacionados na Tabela 5.

Questões de gênero e sexualidade, na perspectiva do sociólogo Murilo Peixoto da Mota (2014), envolvem dois aspectos que não estão dissociados: um direcionado à cultura em torno da diversidade e tolerância, e outro direcionado ao âmbito da igualdade de condições civis e políticas, que, no seu conjunto, ampliam a noção de cidadania. O autor utiliza o termo “homossociabilidade” para se referir ao sentimento de pertença a um lugar, um grupo ou a uma coletividade como fundamento para experiências de sociabilidade homossexuais. Talvez esse termo possa ser ampliado no caso das ocupações das escolas, como espaços de convivência e tolerância de diversas maneiras de viver a sexualidade. Aponto como percepção particular a ideia de que as ocupações sejam um laboratório de experiências sociais, que podem ser ampliadas dentro de algumas décadas para toda sociedade. Dessa maneira, não só os temas vinculados ao gênero e sexualidade, mas a relação com a religião e as perspectivas de futuro possam assumir um perfil mais individual entre os brasileiros.

**Tabela 5.1 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política**

	União homoafetiva		Adoção de crianças por casais homoafetivos		Legalização do aborto		Legalização de drogas leves	
	(x)	(z)	(x)	(z)	(x)	(z)	(x)	(z)
Apoio e milito a favor	+30,20	+1,32	+29,20	+1,30	+22,20	+1,34	+8,20	+0,43
Apoio	+19,20	+0,84	+19,20	+0,86	+12,20	+0,74	+28,20	+1,49
Não apoio	-14,80	-0,64	-14,80	-0,66	-5,80	-0,35	-2,8	-0,14
Não apoio e milito contra	-17,80	-0,77	-17,80	-0,79	-15,80	-0,95	-17,80	-0,94

Não sabe / Não respondeu	-16,80	-0,73	-15,80	-0,70	-12,80	-0,77	-15,80	-0,83
--------------------------	--------	-------	--------	-------	--------	-------	--------	-------

Obs. N = 89

Na Tabela 5.1, quando observados os indicadores de dispersão na comparação entre variáveis ordinais, novamente se verifica que o grau de “apoio e militância” está bem acima da média. Pode-se afirmar que temas voltados para questões identitárias, que envolvem a liberdade de escolha, autonomia e autoexpressão são centrais para os estudantes entrevistados. Por isso, o posicionamento dos estudantes em relação aos temas apresentados até aqui reforça a ideia de que o movimento de ocupação tem um perfil mais emancipador do que de protesto, já que questiona os modelos de vida, tanto em relação ao comportamento quanto às preferências individuais. Uma questão interessante que podemos destacar nesses dados é que tais valores, próprios de sociedades pouco desiguais, sobressaem entre os estudantes brasileiros que, na sua maioria, são de baixa renda e sofrem com profundas desigualdades sociais. Embora não possa afirmar, especulo que essa presença de valores de autoexpressão entre os estudantes que ocuparam as escolas no Brasil indicam uma sobreposição de fatores culturais em relação aos fatores estruturais na orientação de suas atitudes.

**Tabela 5.2 – Posição em relação temas polêmicos da agenda política**

Apoio e milito a favor	(f)	(%)	(x)	(z)
União homoafetiva	48	29,81	+7,75	+0,76
Adoção de crianças p casais homoafetivos	47	29,19	+6,75	+0,66
Legalização do Aborto	40	24,85	-0,25	-0,02
Legalização de drogas leves	26	16,15	-14,25	-1,40

Na Tabela 5.2, quando comparadas as variáveis nominais no quesito do “apoio e militância”, verifica-se que, além da “legalização das drogas leves”, inclui-se a “legalização do aborto”, dispersa abaixo da média (-0,02DP). Portanto, esses dados sustentam a perspectiva de que, apesar da orientação tolerante em relação a todas as variáveis nominais, há certa reserva quanto à posição relativa à legalização de drogas leves e do aborto. Talvez o tema das drogas e do aborto sejam mais delicados, pois, de um lado, as drogas estão associadas à imagem do tráfico, da criminalidade e da violência, e de outro, a resistência ao aborto está vinculada à

preservação da imagem idealizada da mãe, produzida dentro do contexto patriarcal e religioso cristão. Por isso, embora os dados tenham apresentado uma modernização nos valores dos entrevistados sobre vários temas, ainda persistem noções tradicionais que levam os estudantes a responder com reserva sobre esses dois temas.

Os dados apresentados até o momento indicam fortes orientações na direção de valores pós-materialistas. Esses valores têm implicações políticas que podem ser verificadas pela ascensão de um tipo de ação cívica, crítica das elites.

Por um lado, formas de participação burocratizadas e comandadas pelas elites, tais como o comparecimento às urnas e a filiação a partidos políticos têm caído; mas formas de participação intrinsecamente motivadas e de oposição às elites têm aumentado drasticamente. Esse processo modificou o caráter da participação política: o capital social não está desaparecendo, mas sim assumindo uma nova forma, produzindo novos tipos de participação. (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 150)

As principais atividades não convencionais de ação política, assinalada por Inglehart e Welzel (2009) são abaixo-assinado, manifestações, boicotes, ocupações de prédios. A opção por tipos de ação dessa natureza reflete um modo de vida no qual, devido à ampliação da liberdade de escolha, verifica-se a mudança do convívio de uma comunidade de necessidades para uma comunidade de afinidades eletivas. Por isso, pode-se dizer que há uma mudança na natureza da participação política, “de laços impostos externamente, baseados em mecanismos de controle social, para laços escolhidos de forma autônoma” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 152). Essas mudanças na forma de ação também foram verificadas no processo de ocupações das escolas. Se compreendemos “elite” como um conjunto de atores políticos e econômicos que são capazes de tomar decisões que afetam a vida das pessoas, no caso dos estudantes, temos nomeadamente os gestores da escola, o governo do estado, representado pela Secretaria de Educação, movimentos estudantis (UNE e Ubes) e qualquer outro tipo de associação ou partido que tenha interesse pela causa dos estudantes. O movimento de ocupações foi altamente crítico dessas elites.

**Tabela 6 – Confia ou não confia nas seguintes instituições**

	Confia (%)	Não Confia (%)	Não sabe / Não respondeu (%)
Família	73,03	11,24	15,73
Escola	52,81	0,00	47,19
Casamento	50,57	25,84	23,59
Trabalho	44,94	21,35	33,71
Sindicato	20,22	39,32	40,45
Igreja	12,36	68,54	19,10
Partidos Políticos	11,24	68,54	20,22
Congresso Nacional	2,24	83,15	14,61

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,43$  /  $\sigma < 0,05$

Esperava-se que os próximos dados referentes às instituições, movimentos e formas de participação política fossem congruentes com os valores apresentados pelos entrevistados, ou seja, que apresentassem uma posição mais crítica em relação a modelos tradicionais de organização. A Tabela 6 traz informações do grau de confiança sobre algumas instituições. Numa comparação entre as variáveis ordinais, os maiores índices de confiança estão depositados na família, 73,03%, na escola, 52,81%, no casamento, 50,57%, e no trabalho, 44,94%. Segundo perspectiva apresentada por Inglehart e Welzel (2009),

tradicionalmente, a família representa a unidade reprodutiva básica de qualquer sociedade. Consequentemente, culturas tradicionais tendem a condenar severamente qualquer comportamento que pareça ameaçar a reprodução e a educação infantil no seio familiar – como a homossexualidade, o divórcio e o aborto. (p. 25)

O alto grau de confiança na instituição familiar e no casamento contrasta com os valores apresentados na Tabela 1 e 5. Se considerarmos o critério da segurança física e recordarmos que a maioria dos estudantes entrevistados são adolescentes, o grau de confiança na família se justifica, pois é o ambiente em que passam a maior parte do tempo e dos quais são dependentes. Seria interessante, para esta pesquisa, saber qual a compreensão de família dos entrevistados, o que não foi possível averiguar pelo questionário. Especulo, a partir dos dados das Tabelas 1 e 5, que a compreensão de família que vigora entre os entrevistados não se reduz à família nuclear.

Os valores se invertem com maiores índices de “não confia” para Igreja, 68,54%, partidos políticos, 68,54%, e Congresso Nacional, 83,15%. O baixo índice de confiança na Igreja é reforçado pelo alto número de entrevistados que se declaram “sem religião”, o que indica um sintoma do que Inglehart e Welzel (2009) chamam de síndrome dos valores de autoexpressão: uma mudança em escala global de valores materialistas para valores pós-materialistas. Vale considerar que a pergunta “confia na Igreja?” pode ter sido interpretada diretamente como igreja cristã. Provavelmente se a pergunta fosse “confia na religião?”, o grau de confiança seria muito maior, já que não é a religião que desaparece, mas a sua função que sofre uma transformação. A Tabela 6 acrescenta como dado os baixos níveis de confiança nos partidos políticos e no Congresso Nacional, o que indica a baixa credibilidade em duas instituições centrais para o funcionamento da ordem democrática.

Com relação aos partidos e ao congresso, parte da desconfiança pode ser resultado dos recentes escândalos de corrupção. Contudo, tradicionalmente, o brasileiro apresenta um comportamento político passivo. Normalmente, a participação política se resume ao processo eleitoral, no qual estabelece com seu político uma relação afetiva ou de troca de serviços. Inglehart e Welzel (2009) apresentam alguns critérios de classificação do modelo de democracia, vinculando-os ao nível de valores de autoexpressão. Segundo ele, numa democracia constitucional, analisada a partir dos padrões de eficiência das instituições, há uma “ligação mais fraca com valores de autoexpressão de massa” (p. 191). Numa democracia eleitoral, analisada pelo índice de inclusão de candidatos que disputam cargos, do índice de comparecimento às urnas e do índice de poder dos partidos, há “uma ligação mais forte com valores de autoexpressão de massa do que a democracia constitucional” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 191). Numa democracia liberal, analisada a partir da garantia de direitos civis e políticos e maior consciência cidadã, há mais ligação com “valores de autoexpressão de massa” do que na democracia constitucional e eleitoral. Diante dessa classificação, o autor apresenta um gráfico com a relação de diversos países, dentre os quais o Brasil, que aparece com alto grau de democracia formal, porém com baixo grau de democracia efetiva e com nível intermediário de valores de autoexpressão (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 192-193 – GRÁFICO 7.1 e 7.2).

Os valores de autoexpressão estão mais associados à democracia efetiva do que à democracia formal. Associam-se, portanto, com sentimentos como autonomia e liberdade de

escolha, os quais são ampliados mediante melhorias nas condições de vida e superação de valores tradicionais. Conforme os dados do questionário de entrevista, os estudantes apresentaram alto grau de valores de autoexpressão. Talvez por isso, tenham resistido às formas tradicionais de representação, como UNE e Ubes, e rejeitado qualquer vinculação político-partidária. Ao mesmo tempo, desenvolveram uma forma de organização que privilegiou a participação direta, por meio das deliberações em assembleias. Por isso, o baixo grau de confiança nos partidos e no Congresso Nacional revela mais uma insatisfação com o modelo formal da democracia do que com a democracia em si. Segundo Inglehart e Welzel (2009), é a compreensão da democracia que muda

A dinâmica da transição democrática mobiliza apoio de massa à democracia. Quase sempre, entretanto, esse apoio não é intrinsecamente motivado, mas reflete motivos instrumentais, como, por exemplo, a crença de que a democracia trará prosperidade, a exemplo do que ocorre nas democracias estabelecidas. O apoio à democracia é intrinsecamente motivado se as pessoas valorizam as liberdades civis e políticas da democracia como fins em si próprias. Os valores de autoexpressão propiciam essa motivação intrínseca porque atribuem grande valor às liberdades individuais, essenciais para autoexpressão livre. (p. 154)

Os estudantes entrevistados não souberam se posicionar-se ou não quiseram responder sobre o grau de confiança nos sindicatos, 40,45%, apesar de 39,32% assinalarem “não confia”. Verifica-se que, nos índices de confiança na escola, 47,19% dos entrevistados não souberam ou não quiseram se posicionar sobre o tema. Essa divisão entre os entrevistados pode indicar um conflito de percepções sobre ambiente escolar. Como não é possível mensurar qual tipo de conflito está presente, o que se pode supor é que, de um lado, há uma visão positiva da escola como lugar de formação e socialização, e de outro, uma visão negativa da escola como lugar de laços impostos externamente, baseados em mecanismos de controle social. Essa segunda perspectiva apareceu também nos artigos que foram pesquisados, quando trataram da insatisfação dos estudantes tanto com a estrutura escolar quanto com o currículo proposto.

As variáveis “trabalho” e “casamento” remetem a realizações futuras para maioria dos entrevistados e representam uma mudança de ambiente de segurança, da família para o casamento e da escola para o trabalho. O que chama atenção nessas variáveis que receberam maior grau de confiança é que todas envolvem questões individuais, não dizem respeito diretamente à esfera pública. Esses dados indicam que as orientações valorativas dos entrevistados caracterizam um perfil mais individualizado, dados reforçados quando

consideramos outros indicadores: ao se confessar “sem religião”, ao dedicar horas do seu dia à Internet – que também pode se refletir num tipo de comportamento mais solitário –, e ao mesmo tempo buscar a satisfação pessoal e adotar uma posição tolerante sobre temas de orientação sexual e papéis de gênero. Ainda assim, importa registrar que o grau de confiabilidade estatística para os resultados da Tabela 6 são de  $\alpha = 0,43$ , valor abaixo do recomendado.

**Tabela 7 – Grau de simpatia pelas seguintes modalidades de participação política**

	Muita simpatia	Alguma simpatia	Nenhuma simpatia	Não sabe / Não respondeu
	(%)	(%)	(%)	(%)
Passeatas	67,41	24,72	6,74	1,13
Redes Sociais	53,93	39,32	4,50	2,25
Eleições	33,71	32,58	31,46	2,25
Plebiscitos	32,58	28,09	7,87	31,46
Assinaturas de Petições	31,46	49,44	7,87	11,23
Partidos Políticos	10,11	26,96	53,93	9,00

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,69$  /  $\sigma < 0,05$

A Tabela 7 traz informações sobre grau de simpatia em relação a algumas formas de participação política. As variáveis “passeatas”, 67,41%, e “redes sociais”, 53,93%, obtiveram os maiores percentuais na ordem “muita simpatia”. As variáveis “eleições”, 31,46%, e “partidos políticos”, 53,93%, obtiveram os maiores percentuais na ordem “nenhuma simpatia”. Pela primeira vez, os dados apontam para formas alternativas de ação política entre os entrevistados e que foram largamente utilizadas no processo de ocupações – manifestações e o ativismo *on-line*. Esses tipos de ação política são mais individualizados, especialmente, o ativismo por via das redes sociais e aplicativos de mensagem. Por outro lado, outras duas variáveis – eleições e partidos políticos – reforçam a percepção de que, entre os entrevistados, existe um descrédito com a política tradicional. Sobre os plebiscitos, 31,46% dos estudantes entrevistados não souberam se posicionar ou não quiseram responder.

No livro *Cultura política, cidadania e voto*, os autores apresentam alguns dados sobre o Brasil, que servem de comparativo para esta dissertação. Destaco o fato de os estudantes do ensino médio possuírem interesse pelas formas de ação política como abaixo-assinado e

assinatura de petições. Contudo, têm pouco interesse em participar de manifestações, contatar ou aparecer na mídia, participar de fórum ou grupo de discussão na Internet (AZEVEDO, RIBEIRO, SANTOS JUNIOR, 2012, p. 46). Essa pesquisa foi realizada pelo Observatório das Metrôpoles, Iuperj, ICS-UL, ISRP (2006). As entrevistas realizadas com os estudantes que ocuparam as escolas indicam uma modificação nas formas de ação política, privilegiando as passeatas e as redes sociais. Sobre o uso da Internet, deve-se levar em conta que, no ano de 2006, esse instrumento ainda era incipiente, já que a Internet começou a se popularizar no Brasil depois dos anos 2000.

**Tabela 8 – Posição em relação a temas diversos da agenda política**

	Considero importante e mobiliza minha ação	Considero importante, mas não mobiliza minha ação	Não considero importante	Não sabe / Não respondeu
	(%)	(%)	(%)	(%)
Direito de Minoria	86,51	10,11	1,13	2,25
Direitos Humanos	80,90	16,85	0,00	2,25
Meio Ambiente	76,40	21,35	0,00	2,25
Saneamento Básico	69,66	29,21	0,00	1,13
Distribuição de Renda	69,66	21,35	0,00	8,99
Segurança Pública	67,41	29,21	2,25	1,13
Participação Política	59,55	29,21	6,74	4,50

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,80$  /  $\sigma < 0,05$

A Tabela 8 procura compreender qual a posição dos entrevistados em relação a diversos temas da agenda pública. Os dados apontam para o alto grau de interesse em todas sete variáveis pesquisadas na ordem “considero importante e mobiliza minha ação”, com destaque para “direito de minoria”, com 86,51%, “direitos humanos”, com 80,9% e “meio ambiente”, com 76,4%. É interessante observar a opção dos estudantes por temas comportamentais em detrimento dos temas voltados para questões de subsistência. Essas três variáveis em destaque são indicadores da inclinação para valores pós-materialistas entre os entrevistados. Nota-se que a variável “participação política” obteve o menor grau de interesse em relação a todas as outras variáveis, embora tenha alcançado 59,55%. Não é possível saber

o que os entrevistados entendem por participação política. Provavelmente, havia um conflito de ideias, de maneira que, para alguns, a participação política estava ligada a associações, movimentos e partidos e, para outros, ligada a manifestações e passeatas. A ideia presente na Tabela 8 é identificar o grau de mobilização e desmobilização em relação aos temas apresentados, independente da importância dele para os entrevistados. Apesar do baixo grau de desmobilização sobre os temas, as variáveis “saneamento básico”, “segurança pública” e “participação política” se destacaram, ambas com 29,21%. Inglehart e Welzel (2009) afirmam que “os valores de autoexpressão levam as pessoas a apoiar mais as liberdades individuais e os direitos humanos”. Por isso, são fortes os dados que indicam a influência dos valores de autoexpressão na forma de ação dos estudantes.

**Tabela 9 – Sua relação com os seguintes movimentos e instituições**

	Apoio e me envolvo	Apoio, mas não me envolvo	Não apoio	Não sabe / Não respondeu
	(%)	(%)	(%)	(%)
Movimento estudantil	83,14	12,36	2,24	2,24
Redes sociais	67,41	23,59	1,12	7,86
Manifestações espontâneas	55,05	23,59	5,61	15,73
Movimento feminista	52,81	34,83	7,86	4,49
Movimento negro	31,46	62,92	1,12	4,49
Movimento sem teto	13,48	69,66	2,24	14,60
Partidos Políticos	12,36	28,09	42,69	16,85
Movimento sem-terra	10,11	49,44	8,99	31,46
Associação de moradores	8,99	71,91	2,24	16,85

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,78$  /  $\sigma < 0,05$

A Tabela 9 analisa o tipo de relação e envolvimento com movimentos e instituições. Destaco na ordem “apoio e me envolvo” as variáveis “movimento estudantil”, 83,14%, “redes sociais”, 67,41%, “manifestações espontâneas”, 55,05%, “movimento feminista”, 52,81%. Na ordem “apoio, mas não me envolvo”, destaco as variáveis “associação de moradores”, 71,91%, “movimento sem teto”, 69,66%, “movimento negro”, 62,92%. Os dados disponibilizados na Tabela 9 indicam a preferência por ações mais individuais, sem o envolvimento com associações e movimentos tradicionais. Vale pontuar na ordem “não apoio”, a variável

“partidos políticos”, com 42,69%, embora os dados da Tabela 8 indiquem que os partidos políticos sejam importantes. Contudo, o grau de importância indicado na Tabela 8 não se sustenta quando comparado com a Tabela 7, na qual os partidos políticos na ordem “nenhuma simpatia” alcançou 53,93%. Na ordem “não sabe, não respondeu”, a variável “movimento sem-terra” alcançou 31,46%, valor que varia acima da média. O desinteresse por movimentos e instituições tradicionais caracterizam o perfil dos jovens que ocuparam as escolas.

**Tabela 10 – Grau de conhecimento e interesse em relação aos seguintes movimentos**

	Conheço e me interesse	Conheço, mas não me interesse	Desconheço	Não sabe / Não respondeu
	(%)	(%)	(%)	(%)
Mov. Estudantil	91,01	7,86	0,00	1,13
Mov. Feminista	79,77	19,10	0,00	1,13
Mov. Negro	77,53	19,10	1,13	2,24
Mov. Sindical	48,31	33,71	8,99	8,99
Mov. Hippie	40,45	49,44	5,61	4,50
Primavera Árabe	37,08	13,48	40,45	8,99
Occupy Wall Street	20,22	11,24	53,94	14,60

Obs. N = 89 /  $\alpha = 0,76$  /  $\sigma < 0,05$

A Tabela 10 tem como objetivo verificar se existe alguma relação entre o repertório de ação dos estudantes e o grau de conhecimento que eles têm sobre movimentos de massa. Conforme os dados, os entrevistados apresentam maior grau de conhecimento e interesse por movimentos que poderíamos chamar de clássicos, com destaque para “movimento estudantil”, 91,01%, “movimento feminista”, 79,77% e “movimento negro”, 77,53%. A maioria dos entrevistados desconhece os movimentos de massa “Occupy Wall Street”, 53,94%, e “primavera árabe”, 40,45%, processos de ação com perfil muito semelhante, em especial, o estilo de automobilização. O fato de os entrevistados apresentarem, em sua maior parte, desconhecimento por movimentos com perfil de ação semelhante ao seu indica não haver relação entre a forma de ação e o conhecimento em relação a movimentos de massa.

Embora a análise descritiva dos dados já tenha fornecido uma leitura sobre as orientações políticas dos entrevistados, importa reduzir o conjunto de informações a uma compreensão mais simplificada. Diante disso, optei por realizar uma análise fatorial, que tem

por objetivo a redução das dimensões de estudo pela síntese e agrupamento de variáveis. Fator é a combinação linear das variáveis originais e é responsável pela covariação entre as variáveis. Nesta dissertação, optei pela modalidade de análise fatorial exploratória (AFE) com a finalidade de explorar o conjunto de variáveis, indicando padrões de correlação. A análise de dados segue pelo seguinte planejamento: 1) verificação da adequação da base de dados; 2) determinação da técnica de extração; 3) opção por um tipo de rotação. Segundo Dalson Brito Figueiredo Filho e José Alexandre da Silva Júnior (2010), a literatura sobre análise fatorial aponta para alguns valores de referência a serem considerados.

**Para adequação dos dados à análise fatorial**

- O tamanho da amostra deve ter mais de 50 observações, sendo uma inicial de 100 observações o valor recomendado.
- As variáveis analisadas devem ser contínuas.
- Recomenda-se que a razão entre o número de observações e a quantidade de variáveis deva alcançar 5/1.
- O valor mínimo de correlação entre as variáveis deve ser > 0,3.
- Adota-se como referência KMO > 0,6 e BTS < 0,05.

Nesta dissertação, trabalho com 89 observações e 48 variáveis, dentre as quais 41 são contínuas (razão de 2,17/1). O KMO obtido foi 0,75 e p-valor < 0,05 (BTS).

**Teste de KMO e Bartlett**

Medida Kaiser-Meyer-Olkin de adequação de amostragem.		0,75
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui-quadrado	1230,890
	df	300
	Sig.	0,000

Como técnica de extração, adotei a análise dos componentes principais (ACP), que procura captar o máximo possível da variância entre as variáveis observadas. Pela impossibilidade em determinar com certeza se as variáveis são independentes entre si, optei pelo tipo de rotação *direct oblimin*. Conforme indicado pela literatura sobre análise fatorial, é recomendado que os fatores extraídos devam ter valor do *eigenvalue* acima de 1 (Regra de Kaiser).

Utilizei o *software* SPSS para o tratamento dos dados. Inicialmente, rodei 41 variáveis no SPSS, dentre as quais, 16 foram excluídas, ou por inadequação à amostra ou pela baixa capacidade para explicar a variabilidade quando agrupada em fator. Após o primeiro tratamento, restaram 25 variáveis (razão 3,6/1). A partir do teste de anti-imagem, encontrei, em 30% dos casos, resíduos maiores que 0,05, quando o ideal é que esse percentual esteja abaixo de 20%, o que indica uma possível inadequação dos resultados. Contudo, com base nos testes KMO e BTS, admito a adequação da amostra para análise fatorial.

**Quadro 13 – Carga fatorial das variáveis**

Comunalidades	Inicial	Extração
Grau de apoio e militância em favor da legalização de drogas leves	1,00	0,73
Grau de simpatia por partidos políticos	1,00	0,70
Grau de confiança no casamento	1,00	0,65
Grau de importância e mobilização em favor do saneamento básico	1,00	0,79
Grau de importância e mobilização em favor do meio ambiente	1,00	0,70
Grau de apoio e envolvimento em favor do movimento sem-terra	1,00	0,62
Grau de apoio e envolvimento em favor da associação de moradores	1,00	0,75
Grau de conhecimento e interesse pelo movimento hippie	1,00	0,63
Grau de apoio e militância em favor da união homoafetiva	1,00	0,91
Grau de apoio e militância em favor da adoção de crianças por casais homoafetivos	1,00	0,88
Grau de apoio e militância em favor da legalização do aborto	1,00	0,68
Grau de simpatia por passeatas	1,00	0,68
Grau de importância e mobilização em favor dos direitos humanos	1,00	0,78
Grau de importância e mobilização em favor da distribuição de renda	1,00	0,82
Grau de importância e mobilização em favor da participação política	1,00	0,66
Grau de importância e mobilização em favor do direito das minorias	1,00	0,66
Grau de apoio e envolvimento com movimento negro	1,00	0,71
Grau de apoio e envolvimento com movimento feminista	1,00	0,73
Grau de apoio e envolvimento com o movimento estudantil	1,00	0,81
Grau de apoio e envolvimento com partido político	1,00	0,79
Grau de conhecimento e interesse pela “primavera árabe”	1,00	0,70
Grau de conhecimento e interesse pelo movimento feminista	1,00	0,85
Grau de conhecimento e interesse pelo movimento estudantil	1,00	0,76
Grau de conhecimento e interesse pelo movimento negro	1,00	0,75
Grau de conhecimento e interesse pelo movimento sindical operário	1,00	0,65

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

O Quadro 13 indica o quanto cada variável pode explicar os resultados obtidos com a análise de componente principal. Destacam-se o grau de apoio e militância em favor da união homoafetiva (0,91) e adoção de crianças por casais homoafetivos (0,88), seguido do grau de apoio e envolvimento em favor do movimento estudantil (0,81) e do grau de importância e mobilização em favor da distribuição de renda (0,82). Em princípio, a análise aponta para

convivência de valores materialistas e pós-materialistas, já que temos uma inclinação positiva forte para temas identitários e aqueles relacionados a necessidades imediatas. Esse resultado não destoia dos dados publicados por Inglehart e Welzel sobre o Brasil (ver INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 85 / Gráfico 2.1). Ainda assim, com objetivo de reduzir ainda mais o conjunto de informações, analisei as variáveis agrupadas em cinco fatores (critério de extração: rotação *direct oblimin*).

**Fator 1:** Grau de conhecimento e interesse pelo movimento feminista, movimento estudantil, movimento negro, primavera árabe e movimento sindical operário; Grau de apoio e envolvimento com movimento feminista, movimento estudantil, movimento negro e partido político; Grau de importância e mobilização por distribuição de renda, direitos humanos, participação política e direito de minorias; Grau de simpatia por passeata; Grau de apoio e militância em relação à união homoafetiva, adoção de crianças por casais homoafetivos e legalização do aborto.

**Fator 2:** Grau de importância e mobilização por saneamento básico e meio ambiente; Grau de simpatia por partidos políticos.

**Fator 3:** Grau de conhecimento e interesse pelo movimento hippie; Grau de apoio e envolvimento com o movimento sem-terra.

**Fator 4:** Grau de apoio e envolvimento com a associação de moradores; Grau de confiança no casamento.

**Fator 5:** Grau de apoio e militância à legalização de drogas leves

O Fator 1 explica 28,67% da variância com grau de confiabilidade  $\alpha = 0,88$ . Aponto o alto grau de conhecimento e interesse pelos movimentos listados, em especial, aqueles que detêm agenda pró-identidade (o negro, a mulher e o jovem). Essa agenda pró-identidade é reforçada pelo alto grau de apoio, envolvimento e militância. Ao lado dela, verificamos outra orientada para o bem-estar social, classificada pelo alto grau de importância e mobilização pelos temas “distribuição de renda”, “direitos humanos”, “participação política” e “direito de minorias”. Por isso, nomeio o Fator 1 de “orientação pró-identidade e bem-estar social”.

**Quadro 14 – Carga fatorial das variáveis agrupadas no fator “orientação pró-identidade e bem-estar social”**

Variáveis	Carga fatorial
<b>Grau de apoio e militância</b>	
União homoafetiva	0,91
Adoção de crianças por casais homoafetivos	0,88
Legalização do aborto	0,59
<b>Grau de simpatia</b>	
Passeata	0,60
<b>Grau de importância e mobilização</b>	
Direitos humanos	0,83
Distribuição de renda	0,87
Participação política	0,67
Direito das minorias	0,64
<b>Grau de apoio e envolvimento</b>	
Movimento negro	0,67
Movimento feminista	0,66
Movimento estudantil	0,81
Partido político	0,41
<b>Grau de conhecimento e interesse</b>	
Primavera árabe	0,70
Movimento feminista	0,80
Movimento sindical operário	0,59
Movimento estudantil	0,74
Movimento negro	0,61

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

O Fator 2 explica 11,78% da variância com confiabilidade  $\alpha = 0,26$  (quando o ideal é  $\alpha > 0,5$ ), no qual prevalece o tema do bem-estar social. O Fator 3 explica 7,42% da variância com confiabilidade  $\alpha = 0,03$  no qual a forma de mobilização se destaca. O Fator 4 e 5 explicam juntos 11,96% da variação. Embora o grau de confiabilidade dos fatores 2, 3, 4 e 5 separados estejam muito baixos, quando agrupados ( $\alpha = 0,33$ ) tornam-se interessantes para observação. Quando o Fator 4 é excluído, deixando os fatores 2, 3 e 5 agrupados, obtemos  $\alpha = 0,48$ . Diante disso, identifiquei dois tipos de comportamentos. O primeiro, com ênfase na mobilização em favor do meio ambiente, que se interessa pela forma de organização do movimento hippie e com alto grau de apoio e militância pela legalização de drogas leves. O segundo é o apoio sem envolvimento ao MST, com baixo grau de simpatia pelos partidos

políticos. Esse resultado indica uma preferência por formas mais individualizadas de organização política. Por isso, nomeio esse agrupamento de “preferência por formas de ação política mais individualizada”.

**Quadro 15 - Carga fatorial das variáveis agrupadas no fator “preferência por formas de ação política mais individualizada”**

Variáveis	Carga fatorial
<b>Grau de apoio e militância</b>	
Legalização de drogas leves	0,65
<b>Grau de simpatia</b>	
Partido político	0,63
<b>Grau de confiança</b>	
Casamento	0,75
<b>Grau de importância e mobilização</b>	
Saneamento básico	0,83
Meio ambiente	0,78
<b>Grau de apoio e envolvimento</b>	
Movimento sem-terra	0,77
Associação de moradores	0,72
<b>Grau de conhecimento e interesse</b>	
Movimento hippie	0,68

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Com base na análise fatorial, posso dizer que a “orientação pró-identidade e bem-estar social”, bem como a “preferência por formas de ação política mais individualizada”, explicam 54,01% da variância. Esses dois fatores indicam que, entre os entrevistados, existem valores pós-materialistas, embora os materialistas ainda sejam verificados. Diante disso, não é possível afirmar com certeza quais valores são determinantes para se compreender a forma de ação dos estudantes entrevistados. O que se pode afirmar é que temas identitários, voltados para qualidade de vida e a orientação por formas de ação mais individualizadas se destacam entre os entrevistados. Esses valores se correlacionam com as descrições levantadas pela revisão bibliográfica do Capítulo 2. Por isso, mesmo que não se possa exportar os dados levantados nesta dissertação para todo o conjunto de ocupações, indico que existe um forte paralelo entre os valores encontrados nas entrevistas e a descrição do processo de ocupações organizado no Capítulo 2.

## CONCLUSÃO

O contexto político brasileiro de corrupção generalizada, crise financeira dos estados e ineficácia dos canais de diálogo entre a população e as instâncias políticas fizeram surgir mobilizações de todos os tipos pelo Brasil, com destaque para o período que remonta ao ano de 2013. Dentre eles, alguns se caracterizaram por uma agenda heterogênea e sem uma liderança reconhecida. No caso das ocupações das escolas, destaco especificamente o perfil mais descentralizado de mobilização. É interessante observar que se, por um lado, no início, as reivindicações variavam de escola para escola, indicando a falta de uma agenda comum, por outro lado, a forma de ação e os valores políticos tinham similaridade, indicando certa unidade entre os eventos. Esse perfil foi debatido na revisão bibliográfica e nas entrevistas que realizei.

Em diálogo com Maria Glória Gohn (2003, p. 35), pude verificar que existem características comuns entre algumas mobilizações que ocorreram no Brasil desde 2013 com outras que ocorreram pelo mundo, conhecidas pelo nome “movimentos antiglobalização”. Como principal característica, destaco a heterogeneidade de sua composição social e a rede de movimentos e organizações sociais de espectro variado. Essa composição heterogênea, no caso das ocupações das instituições de ensino, se mostra mais no nível dos valores, representados pelos assuntos preferidos entre os estudantes durante o processo de ação. O maior interesse por temas identitários – feminismo, negro, orientação sexual – sobressaiam em relação a temas imediatos como segurança pública, saneamento básico, distribuição de renda. Além disso, a mobilização dos estudantes, nos anos de 2015 e 2016, não tiveram um perfil que possa ser chamado de “novo”, já que, dentro e fora do Brasil, podemos identificar mobilizações com perfil semelhante. Por isso, mais do que estudar a forma de ação, nesta dissertação, procurei compreender qual a importância política da ascensão de alguns valores quando relacionados às formas de ação.

Optei por analisar as ocupações das escolas a partir do marco teórico da cultura política. O debate nesse campo é passível de diversas abordagens, mas todas têm como eixo comum a reflexão sobre as condições de sobrevivência da democracia. Dentre as várias

vertentes, podemos nomear ao menos duas interpretações: uma mais institucional e outra mais cultural. Nesta dissertação, eu segui pela interpretação culturalista, que considera os valores subjetivos como uma variável importante para explicar a sobrevivência da democracia. Uma questão de fundo pode ser colocada: será que numa sociedade com baixo estoque de capital social pode existir um tipo de democracia que não seja unicamente formal? Em diálogo com Oliveira Viana, Nestor Duarte e Sérgio Buarque de Holanda, indiquei que esse é o caso brasileiro. A tradicional apatia ou mesmo a desconfiança em relação às instituições políticas são alguns exemplos disso. Como, num ambiente desfavorável à cooperação, resistente a agendas liberais que valorizam o reconhecimento de novas identidades, com pouca tradição cívica, pôde surgir um fenômeno tão extenso e diverso quanto as ocupações das escolas nos anos de 2015 e 2016?

Utilizei como principal referência nesta dissertação o pensamento de Ronald Inglehart. Para o autor, a baixa confiança nas instituições políticas, especialmente aquelas que são a base da democracia representativa, não indica necessariamente uma crise da democracia. Segundo Inglehart e Welzel (2009), mais importante do que a confiança nas instituições, “a confiança interpessoal tem um impacto significativo na democracia efetiva e parece ser um indicador válido de uma cultura cívica pró-democrática (...) mas esse efeito é consideravelmente mais fraco do que aquele das aspirações de liberdade” (p. 303-304). A referida aspiração de liberdade se materializa em temas voltados para satisfação com a vida, como tolerância, inclusão e reconhecimento.

Por isso, as demandas políticas assumem perfis mais individuais e a forma de ação um perfil mais autônomo. Nesse sentido, o baixo grau de envolvimento, interesse e/ou conhecimento em relação aos movimentos e associações também não representa um declínio do ativismo político. Em última análise, o que muda é a maneira de entender e de viver a política. Essa mudança tem por base a ascensão de valores que Inglehart chama de “valores de autoexpressão”. De maneira mais objetiva, a mudança cultural ocorre em três estágios: (1) socioeconômico: em decorrência da melhoria das condições de vida, os indivíduos modificam seus interesses imediatos – alimentação, segurança, distribuição de renda, moradia, trabalho – para preferências menos imediatas – qualidade de vida, espiritualidade, meio ambiente, reconhecimento identitário; (2) crescem os valores de autoexpressão, quanto menos restrição à sobrevivência, maior a especialização (instrução), maior a autonomia do indivíduo, o que

provoca uma tensão social para criação de mais espaços onde o indivíduo seja reconhecido e valorizado; (3) cresce a demanda por democracia efetiva, seja na formulação de leis, seja por mais transparência da administração pública, seja por maior poder nas decisões políticas sem a mediação de partidos.

Essa lógica, presente no pensamento de Inglehart, explica, em parte, não só o perfil das ocupações das escolas, como também o perfil de diversas outras manifestações que ocorreram dentro e fora do Brasil. Contudo, como numa sociedade profundamente desigual, na qual as restrições à sobrevivência são muito altas, valores de autoexpressão podem sobressair? Essa questão não foi respondida nesta dissertação. Ainda assim, as ocupações das escolas, como também outras mobilizações que ocorreram no Brasil desde 2013, levantam uma questão sobre a real importância do desenvolvimento socioeconômico para a ascensão de valores de autoexpressão.

Apesar da profunda desigualdade social, o Brasil conheceu, nos últimos anos, uma transformação que modificou o modo de vida das pessoas, seja na área da educação, seja pela maior possibilidade de especialização para o mercado de trabalho, como também pela ampliação das liberdades civis com reconhecimento e produção de leis em favor da agenda identitária. As mudanças rápidas estimularam reações defensivas entre setores não alinhados a agenda identitária. Talvez, uma explicação para o cenário político atual no Brasil possa seguir por essa perspectiva, daquilo que outro autor, Francis Fukuyama (2018), chama de política “contraidentidade”. Embora o cenário atual indique um retrocesso nas transformações que o Brasil viveu nos últimos anos, se a perspectiva defendida por Inglehart estiver correta e com base nos dados presentes nesta dissertação, posso sugerir um cenário otimista em relação ao futuro da democracia no Brasil.

No caso investigado nesta pesquisa, no qual analisei a relação entre as formas de ação e as preferências políticas dos estudantes que ocuparam as escolas, os resultados indicam que, entre os entrevistados, há uma forte correlação entre os valores e as formas de ação adotadas no processo de ocupação e que os valores identificados se associam aos valores de autoexpressão. Diante disso, postulo que o fenômeno de ocupações das escolas aponta para um novo tipo de civismo, crítico dos modelos tradicionais de mobilização e favorável aos modelos mais espontâneos de ação direta, com perfil mais individualizado e com foco em temas voltados para qualidade de vida. Mesmo que não possa generalizar os resultados que

observei para toda a população, posso ao menos dizer que as ocupações das escolas representam um forte indicador de mudanças em favor de uma democracia efetiva, em que a “forma representativa tradicional da democracia centrada nas elites transforma-se em uma democracia centrada nas pessoas” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p. 69).

Entre os entrevistados, pude identificar ao menos duas orientações predominantes: uma, “pró-identidade e bem-estar social”, e outra, orientada para “formas de ação política mais individualizadas”. Os altos níveis de apoio, militância, envolvimento e mobilização em favor da agenda identitária sobressaem. A posição crítica e apática em relação aos partidos, Congresso Nacional, associação de moradores, sindicatos também são valores representativos desse grupo. Esses dados confirmam que, ao menos entre os entrevistados, existe um comportamento político mais individualizado. Será que essa é uma tendência para toda a sociedade brasileira? Com os dados registrados nesta dissertação, não posso responder essa questão. No entanto, esse limite não impede de se pensar em estratégias para refletir de maneira mais concreta. Pensei em duas estratégias: (1) realizar um estudo sobre movimentos de massa, especialmente dos valores que são compartilhados entre aqueles que se mobilizam; (2) realizar um estudo com jovens residentes em regiões metropolitanas do Brasil com idades entre 15 e 21 anos. Embora ainda não tenha clareza sobre qual estratégia a seguir, meu desejo é continuar este estudo sobre valores políticos, em especial, o que significa uma “democracia centrada nas pessoas” e se essa é uma tendência para o futuro no Brasil.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. La cultura cívica. **Madrid, FOESSA, 1970.**
- ALONSO, Angela. Teoria dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n.76, p. 49-86, 2009.
- ÁLVAREZ-VALDÉZ, Carolina; GARCÉS-SOTOMAYOR, Antonia. La construcción de generación en los discursos juveniles del Chile actual. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, p. 991-1004, 2017.
- AVENDAÑO, Octavio. Fracturas y representación política en el movimiento estudiantil: Chile 2011. **Última década**, v. 22, n. 41, p. 41-68, 2014.
- AZEVEDO, Sérgio de; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (Eds.). **Cultura política, cidadania e voto: desafios para a governança metropolitana.** Rio de Janeiro: LetraCapital, 2012.
- BECKER, Howard S. **Segredos e truques da pesquisa.** Rio de Janeiro: Zahar, 2007
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política.** Local de publicação: editora, 1998. V. 1
- CÁRDENAS, Camila; PÉREZ, Carolina. Representación mediática de la acción de protesta juvenil: la capucha como metáfora. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 15, n. 2, p. 1067-1084, 2017.
- CÁRDENAS, Camila. El movimiento estudiantil chileno (2006-2016) y el uso de la web social: nuevos repertorios de acción e interacción comunicativa. **Última década**, v. 24, n. 45, p. 93-116, 2016.
- CARNEIRO, Silvio. Ocupar, resistir e a luta nas redes sociais. **Comunicações**, v. 24, n. 2, p. 137-150, maio-agosto, 2017.
- CORTI, Ana Paula de Oliveira; CORROCHANO, Maria Carla; SILVA, José Alves da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, 2016
- DAMÁSIO, Bruno Figueiredo. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment**, v. 11, n. 2, p. 213-228, 2012.
- DÍAZ, Araceli Mateos. Una aproximación a las actitudes políticas de los españoles mediante una estructura dimensional inductiva. **Estudios Socio-Jurídicos**, v. 6, n. 2, p. 90-116, 2004.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional: contribuição à sociologia política brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião pública**, v. 16, n. 1, p. 160-185, 2010.

FLEET, Nicolás. Movimiento estudiantil y transformaciones sociales en Chile: una perspectiva sociológica. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 30, p. 99-116, 2011

FUKUYAMA, Francis. Against identity politics: the new tribalism and the crisis of democracy. **Foreign Affairs Magazine**, set-out 2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/americas/2018-08-14/against-identity-politics>>. Acesso em: 16/09/2018

GIROTTO, Eduardo Donizeti. A dimensão espacial da escola pública: leituras sobre a reorganização da rede estadual de São Paulo. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 137, p. 1121-1141, 2016

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, p. 1-26, 2016.

JUNQUEIRA, Marili Peres. Primavera secundarista: as ocupações nas escolas estaduais públicas de Uberlândia-MG em 2016. **Teoria e Cultura**, v. 12, n. 1, p. 149-162, 2017.

LEVIN, Jack. Estatística aplicada às ciências humanas. São Paulo: Harbra, 1977.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

OLIVEIRA, T.M.V. de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração On Line**, v. 2, n. 3, p. 01-10, 2001.

PRZEWORSKI, Adam; CHEIBUB, José Antônio; LIMONGI, Fernando. Democracy and culture: a non-culturalist view. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 9-35, 2003.

PUTNAN, Robert D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. 5ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RENÓ, Lúcio. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. **BIB**, n. 45, p. 71-92, 1º semestre 1998.

ROLNIK, Raquel et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROMO, Andrés Donoso. Constantes en los movimientos estudiantiles latinoamericanos: Aproximación a partir del caso chileno de 2011. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, v. 19, n. 28, p. 71-90, 2017.

RUIZ, Oscar Aguilera. Acontecimiento y acción colectiva juvenil. El antes, durante y después de la rebelión de los estudiantes secundarios chilenos en el 2006. **Propuesta Educativa**, n. 35, p. 11-26, 2011.

SEGURADO, Rosemary; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel. Ocupação dos espaços públicos e a produção do comum: a ação política dos estudantes secundaristas nas escolas públicas de São Paulo. In: **40º Encontro Anual da ANPOCS**. Anais, ST13. Hotel Glória, Caxambú (MG), 2016, p. 1-22.

SILVA, Bárbara Virgínia Groff da; SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. "Uma pá de ocupação": ocupações escolares e atuação juvenil no Rio Grande do Sul. **Revista Teias**, v. 18, n. 50, p. 228-244, 2016.

SILVA, Caio Ramos da; SILVA, Danielle Miranda da; ROSÁRIO, Nísia Martins do. Ocupações dos secundaristas do RS: tensões culturais e reconfigurações comunicativas. **Intexto**, n. 37, p. 193-214, set-dez 2016.

SILVA, Camila Farias. "ISSO AQUI VAI VIRAR TURQUIA": Limites e possibilidades metodológicas para o estudo das inovações nos repertórios de contestação. In **III Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**. Anais, ST 11. UFES, Vitória (ES), 2017.

TATAGIBA, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.11 n. 33 | p. 71-98 | jan.-abr. 2017**

VIANA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2005.

## ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

### 1. Sexo

Masculino  Feminino

### 2. Religião

Católico  Evangélico  Espírita  Sem religião  Outros

### 3. Instrução

Médio incompleto  Médio completo  Superior incompleto  Superior completo

### 4. Tempo na Internet

Mais de 5 horas  Entre 3 e 5 horas  Entre 1 e 3 horas  Menos de 30 min

### 5. Na escolha do curso universitário e da carreira profissional, o que é mais importante?

Satisfação pessoal  Prestígio profissional  Realização material  Outro  Não sabe / Não respondeu

### 6. Como você se posiciona em relação aos seguintes temas:

#### União homoafetiva

Apoio e milito a favor  Apoio  Não apoio  Não apoio e milito contra  Não sabe / Não respondeu

#### Adoção de crianças por casais homoafetivos

Apoio e milito a favor  Apoio  Não apoio  Não apoio e milito contra  Não sabe / Não respondeu

#### Legalização do aborto

Apoio e milito a favor  Apoio  Não apoio  Não apoio e milito contra  Não sabe / Não respondeu

#### Legalização de drogas leves

Apoio e milito a favor  Apoio  Não apoio  Não apoio e milito contra  Não sabe / Não respondeu

### 7. Indique agora se você confia ou não confia nas seguintes instituições

#### Família

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

#### Escola

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Casamento**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Trabalho**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Sindicato**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Igreja**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Partidos Políticos**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**Congresso Nacional**

Confia  Não confia  Não sabe  Não respondeu

**8. Indique agora qual o seu grau de simpatia pelas seguintes modalidades de participação política****Passeatas**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**Redes Sociais**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**Eleições**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**Plebiscitos**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**Assinatura de Petições**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**Partidos Políticos**

Muita simpatia  Alguma simpatia  Nenhuma simpatia  Não sabe / Não respondeu

**9. Indique agora como você se posiciona sobre os seguintes temas da agenda política**

**Direito de minorias**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Direitos humanos**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Meio ambiente**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Saneamento básico**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Distribuição de renda**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Segurança pública**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

**Participação política**

Considero importante e mobiliza minha ação  Considero importante, mas não mobiliza minha ação  Não considero importante  Não sabe / Não respondeu

10. Indique agora qual seu grau de apoio e envolvimento em relação aos seguintes tipos de mobilização

**Movimento estudantil**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Redes Sociais**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Manifestações espontâneas**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Movimento feminista**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Movimento negro**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Movimento sem teto**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Partidos Políticos**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Movimento sem-terra**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

**Associação de moradores**

Apoio e me envolvo  Apoio, mas não me envolvo  Não apoio  Não sabe / Não respondeu

11. Indique agora qual seu grau de conhecimento e interesse pelos seguintes tipos de mobilização

**Movimento estudantil**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Movimento feminista**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Movimento negro**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Movimento sindical operário**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Movimento Hippie**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Primavera Árabe**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu

**Occupy Wall Street**

Conheço e me interesso  Conheço, mas não me interesso  Desconheço  Não sabe / Não respondeu